

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MELISSA NEVES PETROPULOS FONTÃO

**RETORNO DE INVESTIMENTOS: ANÁLISE DA MELHOR OPÇÃO DE
INVESTIMENTO ENTRE OS QUATRO MAIORES BANCOS DE 2008.**

**Florianópolis
2009**

Melissa Neves Petropulos Fontão

**RETORNO DE INVESTIMENTOS: ANÁLISE DA MELHOR OPÇÃO DE
INVESTIMENTO ENTRE OS QUATRO MAIORES BANCOS DE 2008.**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção de título acadêmico de bacharel em Ciências Contábeis. Orientador: Professor Dr. Loreci João Borges.

**Florianópolis
2009**

Melissa Neves Petropulos Fontão

RETORNO DE INVESTIMENTOS: ANÁLISE DA MELHOR OPÇÃO DE INVESTIMENTO ENTRE OS QUATRO MAIORES BANCOS DE 2008.

Esta monografia foi apresentada no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota final _____ atribuída pela banca examinadora constituída pelo professor orientador e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, 30 de novembro de 2009.

Professora Valdirene Gasparetto, Dra.
Coordenadora de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

Professor Dr. Loreci João Borges
Orientador
Departamento de Ciências Contábeis

Professora Dra. Eleonora Milano Falcão Vieira
Departamento de Ciências Contábeis

Professora Kamille Simas Ebsen de Paiva
Departamento de Ciências Contábeis

Dedico este trabalho ao meu pai que sempre me incentivou aos estudos e sempre se esforçou para que seus filhos alcançassem a graduação. E à minha falecida mãe que se estivesse presente estaria extremamente orgulhosa de mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a realização deste trabalho à minha família, pela compreensão pelos meses de distância, especialmente ao meu esposo Cristiano, que me acompanhou nas noites em claro e demonstrou tanto amor e carinho, mesmo em momentos de estresse e cansaço. Agradeço também ao meu irmão Philippe que me compreendeu quando não pude lhe atender em seus pedidos de ajuda, por estar tão ocupada com esta pesquisa.

Ao meu pai, que sempre me incentivou a levar adiante os estudos e à minha falecida mãe, que mesmo estando gravemente doente me incentivava a estudar para passar no vestibular.

Agradeço com muito carinho o professor Dr. Loreci que me acompanha nesta pesquisa desde a escolha do tema, ainda na época da realização do projeto.

Um agradecimento especial aos meus amigos Bruno, Mariana, Sabrina, Juliana e Ana Carolina que sempre acreditaram que eu conseguiria terminar o trabalho em tempo, me apoiando e me ajudando com as tarefas das disciplinas do semestre.

Agradeço também aos professores do Departamento de Ciências Contábeis desta universidade por todo conhecimento transmitido e pela dedicação que cada um demonstrou ao ministrar suas disciplinas.

RESUMO

FONTÃO, Melissa Neves Petropulos. **Retorno de Investimentos: Análise da melhor opção de investimentos entre os quatro maiores bancos de 2008**. Florianópolis, 2009, 148 p. Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

Trimestralmente o Banco Central do Brasil (BACEN) divulga relatório dos 50 maiores bancos do país elaborado com base nas últimas informações contábeis disponíveis dos conglomerados bancários. Apresenta-se aqui a metodologia utilizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) para classificação dos 50 maiores bancos e analisa-se qual foi o melhor banco para investir, do ponto de vista do investidor, entre os quatro maiores bancos, assim classificados pelo BACEN no ano de 2008. Para a análise acerca de qual banco foi o melhor para investimento, realiza-se dois tipos de análise: a) análise de demonstrações contábeis através de índices financeiros e b) análise da variação da cotação das ações dos bancos na BM&F BOVESPA. Apesar de as maiores empresas obterem, naturalmente, maior procura dos consumidores em geral, o maior banco do país, assim intitulado pelo BACEN, pode não oferecer o maior retorno para seus investidores. O trabalho teve por objetivo demonstrar que o título de “maior banco” não confere automaticamente à instituição bancária o status de “melhor banco para investir” e que é necessária maior investigação para se concluir qual das instituições realmente fornece maior retorno aos investidores. O Banco Itaú, que se apresentou como maior banco do quarto trimestre de 2008 não foi o banco que apresentou os melhores índices em todos os critérios analisados. As quatro empresas analisadas apresentaram desempenhos diversos, mostrando que a metodologia do BACEN para classificar os maiores bancos não é determinante para verificar-se qual banco fornece maior retorno dos investimentos e também que decidir em qual banco investir depende do perfil do investidor.

Palavras-Chaves: Maiores bancos. Investimento. Índices Financeiros.

LISTA DE FIGURAS

Figura	1	–	Organograma
CMN.....			42
Figura 2 – Organograma do BACEN.....			45
Figura 3 – Organograma da CVM.....			61
Figura 4 – Organograma dos tipos de sociedades.....			67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Brasil - evolução da relação média entre população e agência bancária....	30
Gráfico 2: Brasil – relação média entre população e agência bancária por grandes regiões em 2006.....	31
Gráfico 3: Brasil – distribuição das operações de crédito bancário por grande região geográfica (em %)......	32
Gráfico 4: Brasil – evolução da participação dos 20 maiores bancos no total dos ativos bancários.....	35
Gráfico 5: Comportamento das ações Itaú – 2008.....	103
Gráfico 6: Comportamento das ações Banco do Brasil – 2008.....	106
Gráfico 7: Comportamento das ações Bradesco – 2008.....	110
Gráfico 8: Comportamento das ações Santander – 2008.....	113
Gráfico 9: Índice IBOVESPA 2008.....	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Banco x Lucro Líquido 2008.....	19
Quadro 2 - Composição do Sistema Financeiro Nacional.....	40
Quadro 3 – Estrutura do Balanço Patrimonial.....	76
Quadro 4 – Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA.....	85
Quadro 5 – Estrutura Demonstração do Resultado do Exercício.....	86
Quadro 6 – DFC – Método Direto.....	89
Quadro 7 – DFC – Método Indireto.....	89
Quadro 8 – Demonstração do Valor Adicionado – DVA.....	90
Quadro 9 – Resumo de dados dos 4 maiores bancos de 2008.....	98
Quadro 10 – Dados contábeis Banco Itaú 2008 (em mil reais).....	101
Quadro 11 – Cotação do Valor das ações Itaú ano 2008 (em R\$).....	102
Quadro 12 – Dados Contábeis Banco do Brasil S/A 2008 (em mil reais).....	104
Quadro 13 – Valor das ações do Banco do Brasil 2008 (em R\$).....	105
Quadro 14 – Dados contábeis Banco Bradesco S/A 2008(em mil reais).....	108
Quadro 15 – Valor das ações Banco Bradesco S/A em 2008 (em R\$).....	109
Quadro 16 – Dados contábeis Banco Santander Brasil S/A 2008 (em mil reais).....	112
Quadro 17 – Valor das ações Banco Santander Brasil S/A (em R\$).....	113
Quadro 18 – Resumo de desempenho dos 4 maiores bancos do país de 2008.....	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa Média anula de juros reais no Brasil, EUA e Nona do Euro para pessoas físicas e jurídicas em %.....	26
Tabela 2 – Taxa anual real de juros total sobre empréstimos pessoais em instituições bancárias em países selecionados na primeira semana de abril de 2009.....	27

LISTA DE SIGLAS

BACEN – Banco Central do Brasil

BESC – Banco do Estado de Santa Catarina

BEP – Banco do Estado do Piauí

BM&F – Bolsa de Mercadorias e Futuros

BM&F BOVESPA – BM&F BOVESPA S.A – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

BNC – Banco Nossa Caixa

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo

BP – Balanço Patrimonial

BV – Banco Votorantim

CEF – Caixa Econômica Federal

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CGPC – Conselho de Gestão da Previdência Complementar

CMN – Conselho Monetário Nacional

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

COMOC – Comissão Técnica da Moeda e do Crédito

CRC-SC – Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina

CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa

DLPA – Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

DVA – Demonstração do Valor Adicionado

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOVESPA – Índice Bovespa

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IR – Imposto de Renda

ISS – Imposto sobre Serviços

LLE - Lucro Líquido do Exercício

ML – Margem Líquida

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade

PIS – Programa de Integração Social

PL – Patrimônio Líquido

RA – Rentabilidade do Ativo

ROL - Resultado Operacional Líquido

RPL – Rentabilidade do Patrimônio Líquido

SA – Sociedade Anônima

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

SFN – Sistema Financeiro Nacional

SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito

TA - Total do Ativo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	16
1.2 OBJETIVOS.....	17
1.2.1 Objetivo Geral	17
1.2.2 Objetivos Específicos	18
1.3 JUSTIFICATIVA.....	18
1.4 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	19
1.4.1 Conceituação de Pesquisa	20
1.4.2 Conceituação de Metodologia	21
1.4.3 Classificação da Metodologia deste trabalho	21
1.4.4 Coleta e Análise dos Dados	22
1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	23
1.6 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA.....	23
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	25
2.1 CENÁRIO ATUAL DO SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL.....	25
2.1.2 Juros cobrados no Brasil são os mais altos do mundo	25
2.1.2 Redução de bancos públicos e expansão de instituições estrangeiras	28
2.1.3 Redução do número de instituições bancárias e do número de agências	29
2.1.4 Má distribuição geográfica e redução na inclusão social	31
2.1.5 Aumento da concentração bancária: redução da concorrência e solidez do sistema bancário brasileiro perante à crise financeira	33
2.2 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL – SFN.....	38
2.2.1 Conselho Monetário Nacional – CMN	41
2.2.2 Banco Central do Brasil – BACEN	43
2.2.2.1 Instituições Financeiras Captadoras de depósito à vista.....	46
2.2.2.1.1 <i>Bancos Múltiplos com carteira comercial</i>	47

2.2.2.1.2 Bancos Comerciais.....	49
2.2.2.1.3 Caixa Econômica Federal – CEF.....	50
2.2.2.1.4 Cooperativas de Crédito.....	52
2.2.2.2 Demais instituições financeiras.....	54
2.2.2.4 Bancos de Câmbio.....	56
2.2.2.5 Outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros.....	57
2.2.3 Comissão de Valores Mobiliários – CVM.....	59
2.2.3.1 Bolsas de Valores.....	62
2.2.3.2 Bolsas de Mercadorias e Futuros.....	65
2.3 FORMAS SOCIETÁRIAS OU FORMAS DE SOCIEDADE.....	66
2.3.1 Sociedades Anônimas.....	68
2.3.1.1 Sociedades Anônimas de Capital Aberto.....	69
2.3.1.2 Sociedades Anônimas de Capital Fechado.....	71
2.3.2 Outras formas societárias.....	72
2.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	74
2.4.1 Balanço Patrimonial – BP.....	75
2.4.2 Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA.....	84
2.4.3 Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.....	86
2.4.4 Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC.....	88
2.4.5 Demonstração do Valor Adicionado – DVA.....	90
3 ANÁLISE DE INVESTIMENTOS.....	92
3.1 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	92
3.1.1 Margem Líquida.....	95
3.1.2 Rentabilidade do Ativo.....	96
3.1.3 Rentabilidade do Patrimônio Líquido.....	97
3.2 METODOLOGIA DO BACEN PARA CLASSIFICAÇÃO DOS 50 MAIORES BANCOS DO PAÍS.....	98
3.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DE QUOCIENTES E ANÁLISE DA VARIAÇÃO DA COTAÇÃO DAS AÇÕES.....	99

3.3.1	Análise de dados Itaú Unibanco Holding S/A.....	100
3.3.2	Análise de dados – Banco do Brasil S/A.....	104
3.3.3	Análise de dados – Banco Bradesco S/A.....	107
3.3.4	Análise de dados – Banco Santander Brasil S/A.....	111
3.4	ANÁLISE GERAL.....	114
3.4.1	Desempenho geral pela análise das demonstrações contábeis	115
3.4.2	Desempenho geral pela oscilação no valor das ações na BM&F BOVESPA.....	116
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	119
4.1	QUANTO AOS OBJETIVOS.....	119
4.2	QUANTO AO PROBLEMA.....	120
4.3	SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS.....	121
	REFERÊNCIAS.....	122
	ANEXOS.....	130
	Anexo A.....	130
	Anexo B.....	131
	Anexo C.....	134
	Anexo D.....	135
	Anexo E.....	139
	Anexo F.....	140
	Anexo G.....	144
	Anexo H.....	145
	Anexo I.....	149

1 INTRODUÇÃO

É de conhecimento geral a concorrência acirrada entre os bancos de todo o país, para alcançarem o posto de “maior banco do Brasil”. Os meios de comunicação trazem com bastante frequência notícias sobre compras, fusões, incorporações e aquisições entre bancos nacionais e de controle estrangeiro com o intuito de tornarem-se cada vez maiores e melhores, aumentando a concentração bancária no país. Os números comprovam isto: de acordo com dados do BACEN (Banco Central do Brasil), no fim de 2007 os cinco maiores bancos do país na época (Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Real e Caixa Econômica Federal) concentravam 52,32% dos ativos bancários, o equivalente a R\$ 1,3 trilhão. Ainda de acordo com os balancetes de setembro de 2008, após as aquisições e fusões realizadas por estes bancos este número subiu para 65,72% dos ativos bancários, o equivalente a R\$ 2,04 trilhões (CARVALHO, 2009).

Em seus comerciais, estas instituições financeiras fazem questão de mencionar sua primeira posição no *ranking* dos maiores bancos do Brasil. Esta concorrência entre os bancos facilitou a vida dos clientes: melhores produtos, maior tecnologia e mais canais de atendimento. No entanto, o maior objetivo dos bancos em tornarem-se o maior, além da obtenção de maiores lucros, é a incessante busca por maior quantidade não só de clientes, mas como de investidores. Quanto mais investidores, maiores investimentos no banco e conseqüentemente, maiores reservas para crédito e negociações da própria instituição. Quem tem o mérito de maior banco atrai mais investidores pelo simples fato de que ele aparenta ser também o melhor em tudo: melhor para usuários, clientes e investidores.

O BACEN elabora trimestralmente um relatório dos 50 maiores bancos do Brasil, baseando-se nas últimas informações contábeis disponíveis dos conglomerados bancários. O *ranking* baseia-se no maior ativo dos bancos. A divulgação de quem é atualmente o maior banco do país causa influência no mercado interno. As ações do banco classificado como maior disparam, enquanto as ações do menor tendem a desvalorizar ainda mais, porque os investidores e clientes tendem a transferir seus depósitos para os grandes bancos, abandonando as pequenas e médias instituições.

O BACEN classifica os 50 maiores bancos pelo maior ativo. Mas esta classificação não necessariamente indica qual deles é o melhor para investimento aos que esperam retorno financeiro relativo ao lucro.

Apresenta-se neste trabalho a metodologia utilizada pelo BACEN para classificação dos maiores bancos do país e em seguida aplica-se técnicas de análise de retorno sobre investimentos para verificar qual dos quatro maiores bancos de 2008 foi a melhor opção de investimento.

1.2 TEMA E PROBLEMA

Os investimentos na área bancária são muito procurados devido à confiança no retorno dos investimentos. Os meios de comunicação divulgam constantemente os altos lucros anuais obtidos pelas instituições financeiras e os resultados divulgados em bilhões atraem os investidores que desejam obter retornos financeiros.

Escolher em qual das instituições investir deve envolver uma análise criteriosa. Tomar esta decisão considerando apenas qual das instituições é a maior no *ranking* do BACEN pode ser um erro, afinal a classificação oficial dos maiores bancos é dada pelo BACEN considerando o maior ativo dos conglomerados bancários, informação esta retirada das últimas demonstrações contábeis disponíveis.

O ativo das empresas, como nos bancos, se constitui de seus bens e direitos que em linhas gerais são contas a receber, investimentos, imobilizado, estoques, entre outros. Quando o BACEN classifica os “maiores bancos” baseia-se nas informações contábeis destas instituições, que traduz a situação geral financeira da empresa. Mas, os investidores nem sempre estão interessados em investir em um banco baseando-se simplesmente em sua situação contábil. Existem vários tipos de investidores: investidores preocupados com o bom tratamento que a empresa dá aos seus colaboradores, investidores preocupados com a questão ambiental, outros que investem em um determinado tipo de mercado (transporte, cosméticos, alimentos etc).

Mas, indiscutivelmente, todo e qualquer tipo de investidor espera retorno de seus investimentos e não prejuízo.

O setor bancário é bastante dinâmico e vem crescendo gradativamente ao longo dos anos. As fusões, incorporações e compras de uma instituição por outra traz, a cada período, um novo “maior banco”, influenciando os investidores a depositarem seus investimentos naquela instituição bancária que por ser classificada como a “maior” induz o investidor a acreditar que terá os melhores retornos financeiros.

Mas para escolher em qual banco investir, não basta escolher a maior instituição. Uma análise mais profunda é necessária para que se identifique em qual delas o investidor terá maiores retornos financeiros.

Diante desta situação, identifica-se o problema central deste trabalho: *Entre os quatro maiores bancos assim classificados pelo BACEN no quarto trimestre de 2008, qual foi a melhor opção para os investidores, em termos de retorno financeiro relativo ao lucro?*

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar qual foi o melhor banco para investir entre os quatro maiores bancos assim classificados pelo BACEN no quarto trimestre de 2008, em termos de retorno financeiro relativo ao lucro.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar o cenário atual do sistema bancário nacional;
- Apresentar a estrutura do sistema financeiro nacional, as instituições financeiras e seus órgãos normativos;
- Apresentar as diversas formas societárias e identificar os tipos de ações;
- Apresentar a estrutura das Demonstrações Contábeis.
- Apresentar a técnica de análise das demonstrações contábeis através de quocientes;
- Analisar o retorno sobre investimentos através da análise das demonstrações contábeis e da oscilação das ações das quatro empresas em questão.

1.5 JUSTIFICATIVA

Existem vários tipos de investidores: os investidores sociais, ambientais, os que só investem em empresas de um determinado ramo de atividade. As instituições financeiras são empresas muito procuradas por investidores que visam lucros sobre seus investimentos. Os bancos atraem estes tipos de investidores por causa das constantes notícias nos meios de comunicação com relação aos lucros anuais alcançados pelas instituições financeiras.

Sabe-se que o dinheiro é o produto mais caro do mundo e que o Brasil é um país que apóia os juros e *spread* atuais aplicados pelos bancos. Godoy (2009) explica, em artigo publicado no site da Folha de São Paulo *On Line*, sobre o *spread* bancário no Brasil: “O ‘*spread*’ (diferença entre os juros pagos pelos bancos na captação de recursos e a taxa aplicada por eles nos empréstimos que concedem) no Brasil é o maior do mundo e 11 vezes o dos países desenvolvidos.”

Os resultados dos bancos são maiores a cada ano que passa. O Quadro 1 relaciona os lucros líquidos divulgados nas respectivas “Demonstrações do Resultado do Exercício” referentes ao ano de 2008 dos quatro maiores bancos de 2008:

BANCO	LUCRO LÍQUIDO EM 2008
Itaú	R\$ 6,8 bilhões
Banco do Brasil	R\$ 8,8 bilhões
Bradesco	R\$ 7,6 bilhões
Santander	R\$ 1,5 bilhão

Quadro 1: Banco x Lucro Líquido 2008.

Fonte: DREs das respectivas empresas - Site BM&F BOVESPA – Sistema de divulgação externa
Elaborado pelo autor.

Os números mostram porque as instituições financeiras são tão atraentes. Resultados anuais em cifras bilionárias chamam a atenção dos investidores que esperam retornos sobre seus investimentos.

O Quadro 1 também revela que o Itaú, classificado pelo BACEN como maior banco por possuir maior ativo, não é o que possui maior lucro líquido e sim o Banco do Brasil que vem em segundo lugar. O Bradesco, que ocupa o terceiro lugar no *ranking*, também tem lucros líquidos anuais superiores ao “maior” banco.

Este detalhe nos mostra que nem sempre o maior banco é o que tem a maior lucratividade, apesar da tendência da sociedade em achar que as maiores empresas necessariamente são as que oferecem os maiores retornos financeiros.

Este é o ponto chave desta pesquisa: verificar se o topo da lista dos maiores bancos do BACEN traz também as melhores opções de investimento para aqueles investidores que procuram os bancos para obterem retorno sobre seus investimentos.

Para se obter esta resposta é necessária maior investigação acerca destas empresas para decidir se realmente as maiores são as que proporcionam maior retorno sobre os investimentos.

1.6 METODOLOGIA DE PESQUISA

Para a elaboração de um trabalho acadêmico é necessário que se realize pesquisa em torno do objeto de estudo, para que não se incorra em descobertas já realizadas ou informações incorretas, que constituir-se-iam em erros inaceitáveis em um processo de pesquisa.

Parte dos trabalhos e pesquisas científicas destinam-se a mencionar a metodologia de pesquisa, que mostra de que forma a pesquisa foi realizada e como o autor chegou ao seu resultado.

1.4.1 Conceituação de Pesquisa

Para a realização de um trabalho científico, seja uma monografia ou qualquer outro tipo de trabalho, é exigido do escritor, pesquisador iniciante, um grande trabalho de pesquisa para que este chegue às respostas do problema proposto.

Diversos autores definem o termo “pesquisar”. Para Silva e Menezes (2001) “Pesquisar, significa de forma bem simples, procurar respostas para indagações propostas.”

De acordo com Lakatos (1985) pesquisa “é uma indagação minuciosa ou exame crítico e exaustivo na procura de fatos e princípios: uma diligente busca para averiguar algo.”

Ruiz (1991) menciona que “pesquisa científica é a realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagradas pela ciência.”

Já para Andrade (2001) “pesquisa científica é um conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para os problemas propostos mediante o emprego de métodos científicos.”

Através destas conceituações, verifica-se que, de modo geral pesquisar envolve procurar respostas a questionamentos previamente realizados, com base em pesquisas anteriores sobre o assunto em estudo, aprofundando, assim, o conhecimento acerca de determinados conceitos.

1.4.2 Conceituação de Metodologia

A metodologia de pesquisa é a forma como iremos realizar o trabalho. Pode-se substituir a palavra metodologia pela palavra método, pois é nela que se determinam o caminho que seguir-se-á em busca das respostas aos objetivos definidos previamente.

Gómez (2000) menciona que a “metodologia da pesquisa designa, de maneira ampla, o início e orientação de um movimento de pensamento cujo esforço e intenção direciona-se à produção de um novo conhecimento [...]”.

O objetivo da metodologia consiste em mostrar os procedimentos e métodos utilizados na pesquisa. De acordo com Lakatos e Marconi (1991, p. 44): “A pesquisa pode ser considerada um procedimento formal e um método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho de conhecer.”

1.4.3 Classificação da Metodologia deste trabalho

Cientificamente a metodologia de pesquisa tem diversas classificações. A seguir apresenta-se a classificação utilizada para este trabalho.

O presente estudo pode ser classificado, quanto aos objetivos, como exploratório porque tem a finalidade de ampliar o conhecimento em torno de um problema. Utilizam-se dados e informações contábeis dos quatro maiores bancos do país para determinar qual deles é o mais rentável. Interpreta-se a realidade das quatro empresas em análise; a pesquisa utilizará dados das empresas para transformar em

informações úteis. Ou seja, explora-se a realidade das empresas para ter-se maior conhecimento sobre elas e abrem-se portas para pesquisas mais aprofundadas.

Quanto à abordagem, esta pesquisa classifica-se como qualitativa, pois, apesar de utilizar dados numéricos, as conclusões assim o são. Os dados são interpretados e se depreendem conclusões dos números, ou extraem-se informações dos dados coletados. Não há dados estatísticos e sim dados que nos trazem informações para uma utilidade, no caso, qual banco foi melhor para investir entre os quatro maiores bancos do país no ano de 2008.

Quanto aos procedimentos, classifica-se como *ex-post-facto* porque o estudo foi realizado após a ocorrência dos fatos. A análise dos dados das empresas tem por base o ano de 2008 e relaciona variáveis como “maiores bancos” e “melhores bancos para investimento”.

Quanto ao objeto, esta pesquisa pode ser classificada como bibliográfica porque é elaborada através de materiais já publicados como livros, periódicos e as divulgações dos dados contábeis das empresas.

1.4.4 Coleta e Análise dos Dados

O instrumento de pesquisa deste trabalho é classificado como documentação indireta, pois o levantamento de dados baseia-se em documentos pré-existentes. No caso, dados extraídos das divulgações de dados contábeis obrigatórias dos bancos.

A coleta de dados é classificada como pesquisa documental porque são utilizados como fontes, documentos, escritos ou não. No caso deste estudo, as maiores fontes de dados são as demonstrações contábeis divulgadas pelos bancos referentes ao exercício de 2008. Tais demonstrações estão disponíveis no site da BM&F BOVESPA ou nos sites das respectivas empresas e sua divulgação é obrigatória. Artigos em jornais, revistas e em meio eletrônico também foram utilizados para levantamento de dados com relação ao crescimento dos bancos e a divulgação de seus resultados.

Utilizou-se duas formas de análise para verificar qual dos quatro maiores bancos foi o melhor para investimento no ano de 2008: a) técnicas de análise das demonstrações contábeis para verificar os melhores índices de retorno sobre os investimentos e b) média dos valores das ações na BM&F BOVESPA ao longo do ano de 2008.

O site da BM&F BOVESPA também foi importante para a pesquisa dos valores das ações dos bancos na bolsa de valores durante o ano de 2008 e então interpretar qual empresa teve melhor negociação pela bolsa de valores no ano em questão.

Outro site muito utilizado nesta pesquisa foi o do BACEN. Órgão regulamentador dos bancos no país, o BACEN traz diversas informações acerca da situação de cada instituição financeira e é responsável pela classificação trimestral dos maiores bancos do país.

1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa é realizada entre os quatro maiores bancos brasileiros, assim classificados pelo BACEN no quarto trimestre do ano de 2008. A classificação teve como base as demonstrações contábeis daquele ano e o *ranking* foi apresentado da seguinte forma: 1º Itaú Unibanco Holding S/A, 2º Banco do Brasil S/A, 3º Banco Bradesco S/A e 4º Banco Santander Brasil S/A.

Para verificar o retorno sobre os investimentos destas instituições aplicou-se, primeiramente, o método de análise das demonstrações contábeis sobre as demonstrações contábeis do exercício de 2008 das quatro empresas em questão, utilizando os seguintes índices financeiros: Margem Líquida, Rentabilidade do Ativo e Rentabilidade do Patrimônio Líquido.

Em seguida, foi pesquisado na BM&F BOVESPA, o valor das cotações das ações negociadas na bolsa de valores de cada instituição durante todo o ano de 2008 para verificar qual delas teve maior valorização e rentabilidade.

1.7 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Para atender ao objetivo desta pesquisa o trabalho foi estruturado em três capítulos. O trabalho inicia-se com resumo seguido do sumário.

O primeiro capítulo traz as considerações iniciais acerca do assunto abordado através da introdução, seguido do tema e problema. Em seguida apresenta-se objetivo geral e objetivos específicos seguidos da justificativa, metodologia com a apresentação da forma de coleta de dados e a limitação da pesquisa.

O segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica que traz os conceitos em torno dos temas apresentados. Inicialmente apresenta-se o cenário atual do sistema bancário nacional e em seguida apresenta-se a estrutura do SFN - Sistema Financeiro Nacional com seus diversos componentes, como CVM – Comissão de Valores Mobiliários, BACEN, bancos múltiplos, instituições financeiras, bolsas de valores e demais instituições. Conceituam-se Sociedades Anônimas e ações, apresentando-se, também, as demais formas societárias. A seguir apresenta-se os relatórios contábeis de obrigatoria elaboração das empresas.

O terceiro capítulo é destinado à parte prática do estudo. Apresenta-se, inicialmente, a técnica de análise das demonstrações contábeis e os quocientes utilizados nesta pesquisa. Apresenta-se a forma de classificação dos maiores bancos do país pelo BACEN e após a coleta de dados das quatro empresas pesquisadas, iniciam-se as análises propostas: análise das demonstrações contábeis e análise da oscilação das ações em 2008.

Por fim, apresentam-se as considerações finais e conclusões do presente estudo, respondendo as questões iniciais do trabalho e apresentando recomendações para continuação da pesquisa; seguidas das referências que embasaram e nortearam esta pesquisa e dos anexos, necessários para a melhor compreensão do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica destina-se a esclarecer termos técnicos e teóricos acerca do assunto abordado no trabalho. Por isso, neste capítulo apresentam-se termos e conceitos relacionados ao sistema bancário, ao sistema financeiro nacional e termos de contabilidade importantes para a efetiva compreensão do texto e facilitar o entendimento da pesquisa.

2.1 CENÁRIO ATUAL DO SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL

O IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada é uma fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. De acordo com seu *site* (2009): “suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros”.

Em abril deste ano, o IPEA divulgou um estudo intitulado “Transformações na indústria bancária brasileira e o cenário de crise” que mostra a situação atual do sistema bancário nacional e sua transformação no período de 1996 a 2008, realizando inclusive, algumas comparações com outros países do mundo.

A seguir, evidencia-se as principais conclusões deste estudo para apresentar o cenário atual do sistema bancário no Brasil.

2.1.1 Juros cobrados no Brasil são os mais altos do mundo

De acordo com o estudo do IPEA (2009), os juros cobrados no Brasil para concessão de crédito são os mais altos do mundo. Chegam a ser quase 10 vezes mais

altos que os cobrados em outros países. Inclusive as instituições multinacionais praticam juros mais altos no Brasil do que nos seus países de origem.

O mesmo estudo apresenta a seguinte tabela que compara os juros cobrados na concessão de empréstimos para pessoas físicas e jurídicas no Brasil, nos Estados Unidos e na Zona do Euro:

Tabela 1: Taxa média anual de juros reais no Brasil, EUA e Zona do Euro para pessoas físicas e jurídicas em %.

	EUA		ZONA DO EURO		BRASIL	
	PF	PJ	PF	PJ	PF	PJ
	Pessoal	Capital Giro	Pessoal	Capital Giro	Pessoal	Capital Giro
2000	13,11	7,16	-	-	59,32	25,89
2001	11,37	2,51	-	-	68,35	25,82
2002	10,57	2,13	-	-	67,20	24,00
2003	9,21	1,60	3,53	3,04	63,36	23,03
2004	9,77	2,75	3,47	2,86	58,64	28,81
2005	12,30	5,26	3,75	3,26	59,24	28,21
2006	10,62	5,22	2,96	2,87	52,88	27,49
2007	13,01	4,91	3,97	4,19	38,65	21,65
2008	14,75	4,47	6,86	6,74	50,67	29,70

Fonte: IPEA, 2009.

Observa-se que no ano passado, na Zona do Euro a média de juros cobrada para concessão de empréstimos, para pessoas físicas, foi de 6,86%. No Brasil, essa média foi 7,4 vezes maior: 50,67%.

No caso das pessoas jurídicas esta diferença é um pouco menor. Enquanto que nos Estados Unidos a taxa média anual cobrada foi de 4,47%, no Brasil esta taxa foi 6,6 vezes maior: 29,70%.

O IPEA (2009) também apresenta uma comparação entre as taxas de juros cobradas pelas multinacionais no Brasil e nos seus países de origem:

Tabela 2: Taxa anual real de juros total* sobre empréstimos pessoais em instituições bancárias em países selecionados na primeira semana de abril de 2009

Instituição	País	Juro real (em %)
HSBC	Reino Unido	6,60
	Brasil	63,42
Santander	Espanha	10,81
	Brasil	55,74
Citibank	EUA	7,28
	Brasil	60,84
Banco do Brasil	Brasil	25,05
Itaú	Brasil	63,25

*Juros adicionados aos serviços administrativos, riscos de inadimplência, margem de lucro e tributação.

Fonte: IPEA

O HSBC Bank Brasil S/A, por exemplo, pratica juros 9,6 vezes maior no Brasil do que no Reino Unido e o Banco Santander pratica juros 5 vezes maior no Brasil do que na Espanha. Com relação às altas taxas de juros cobradas no Brasil, explica-se:

O ex-diretor do Banco Central Carlos Eduardo de Freitas diz que os principais fatores que elevam as taxas de juros no Brasil são a carga tributária de cerca de 30% incidente sobre a margem bruta de intermediação financeira dos bancos e o forte recolhimento de compulsório em cerca de 50% do total dos depósitos a vista que são recolhidos aos cofres do Banco Central. Para Freitas, o recolhimento de compulsórios reduz a oferta de crédito no mercado e eleva os custos dos bancos com pessoal e segurança, por exemplo. A Taxa SELIC¹[Sistema Especial de Liquidação e Custódia] elevada também incentiva o aumento de juros dos empréstimos bancários. Ele lembra que na Inglaterra, por exemplo, o recolhimento dos compulsórios é de apenas 10% dos depósitos à vista (MONTEIRO, 2009).

Mesmo com tais justificativas econômicas, os juros cobrados no Brasil ainda são muito mais elevados que em outros países. O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, em entrevista ao Jornal da Globo mostrou uma opinião diferente com relação às elevadas taxas de juros cobradas no Brasil:

Ao cobrar uma taxa de juros mais elevada, você cria a inadimplência, dificulta ao cidadão de pagar a conta. Eu acho que essa política dos bancos é totalmente equivocada. É claro que leva a lucros elevados dos bancos, mas depois é um tiro no

¹ Taxa SELIC: “Obtida mediante o cálculo da taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no referido sistema ou em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas. Esclarecemos que, neste caso, as operações compromissadas são operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante com compromisso de revenda assumido pelo comprador, para liquidação no dia útil seguinte” (BACEN, 2009).

pé, porque se o cidadão depois ficar inadimplente, ele não vai pagar (GLOBO NOTÍCIAS, 2009).

Os bancos no Brasil, mesmo com a possibilidade de inadimplência, continuam com a política de altos juros, pois os lucros são garantidos. A conclusão do IPEA (2009, p. 26), responsável pelo estudo em questão, é de que “o custo do crédito (no Brasil) supera e muito os patamares internacionais”.

2.1.2 Redução de bancos públicos e expansão de instituições estrangeiras

A pesquisa do IPEA (2009) mostra que, em geral, houve redução de número de instituições presentes no país. Mas que, enquanto houve redução de instituições bancárias públicas, aumentou o número de instituições estrangeiras no Brasil.

Em 1996, havia 32 bancos públicos no Brasil. Em 2007, este número passou para 13. Constatou-se um movimento inverso no caso das instituições estrangeiras, que em 1996 eram 41 e em 2007 tornaram-se 56, um crescimento de 36,6%. Com relação a este fenômeno, comenta-se que:

Segundo o levantamento, a decisão da autoridade monetária de privatizar boa parte do sistema bancário oficial, na década de 1990, deu resultado. O número de bancos estatais foi reduzido em 59,4%, no período de 1996 a 2007, com a arrecadação de US\$ 6,5 bilhões [...] À época, o argumento do BC é o de que as várias instituições financeiras públicas tinham uso político e serviam como emissores paralelos de moeda. Isto é, os governos controladores usavam os bancos como canais de endividamento público, sem a fiscalização ou controle da sociedade (RODRIGUES, 2009).

Com relação à abertura do mercado às empresas estrangeiras, Rodrigues (2009) também comenta que: “a justificativa do BC para abrir o mercado a instituições financeiras de capital externo foi a de que a presença dos estrangeiros aumentaria a competição e poderia reduzir custos ao consumidor final”.

O objetivo de reduzir custos ao consumidor final foi muito inferior ao que se esperava. A Tabela 1 mostra redução muito pequena na taxa média anual cobrada no Brasil de 2000 a 2008. Para pessoas físicas a taxa média reduziu de 59,32% para

50,67%, redução em torno de 14,5%. No caso da concessão de crédito para pessoas jurídicas observa-se, inclusive, ligeiro aumento, de 25,89% para 29,70%.

Pochmann (2009), presidente do IPEA, após a apresentação do estudo, concluiu que: “no cenário brasileiro, como há menos bancos dispostos a competir, os custos e a margem de lucro tendem a ser maiores”.

2.1.3 Redução do número de instituições bancárias e do número de agências

No período entre 1996 e 2007, o total de instituições financeiras diferentes presentes no país reduziu de 230 para 156. O número de bancos públicos reduziu de 32 para 13, os bancos privados em 1996 eram 198 e em 2007 passaram a ser 143. Foi observado aumento apenas entre os bancos estrangeiros que em 1996 eram 41 e em 2007 tornaram-se 56 (IPEA, 2009).

Concomitante com a redução no número de bancos presentes no país constatou-se a redução do número de agências, situação diferente dos Estados Unidos, que também apresentou redução de quantidade de bancos, mas ampliou o número de agências. Em 1990, os Estados Unidos possuíam 50.858 agências bancárias e em 2007, com aumento de 55,1% passaram a ter 78.867 agências no país. Já o Brasil, no mesmo período, apresentou redução de 8,4% no número de agências bancárias; o número passou de 19.996 para 18.308, ou seja, 1.688 agências a menos para atender à população crescente (IPEA, 2009).

Com esta redução no número de postos de atendimento, constatou-se maior aglomeração de pessoas por agência bancária. A presença física das agências bancárias em relação à população apresentou diminuição. O Gráfico 1 mostra esta evolução entre os anos de 1980 e 2007.

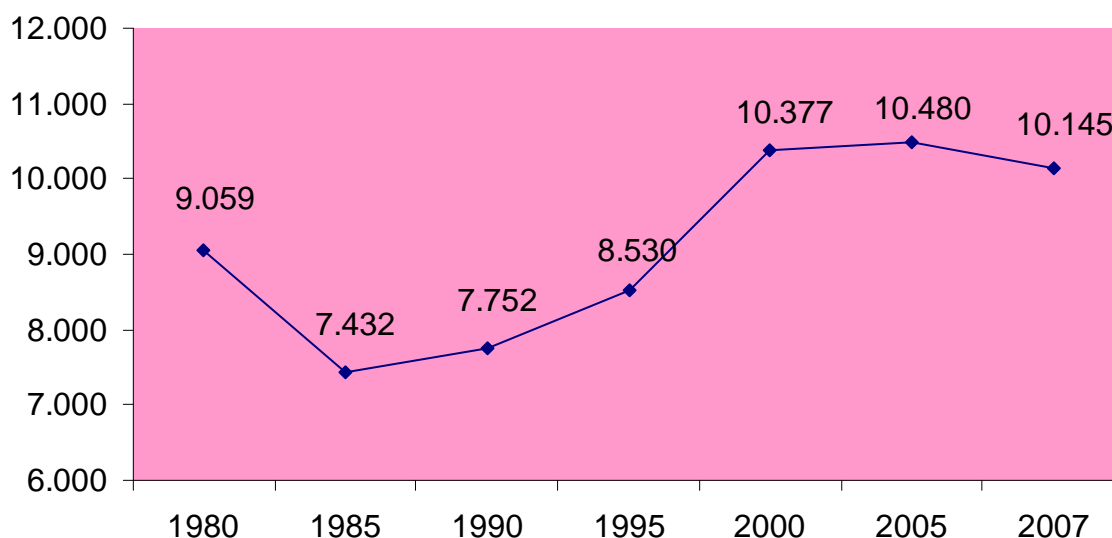


Gráfico 1: Brasil - evolução da relação média entre população e agência bancária.
 Fonte: IPEA, 2009
 Elaborado do autor

Entre 1980 e 1985 a situação foi de melhora, ou seja, menos pessoas por agência. No entanto, entre 1985 e 2005 essa relação aumentou em cerca de 41%: de 7.432 pessoas por agência para 10.480 pessoas por agência.

A pesquisa do IPEA (2009) compara estes dados com os de outros países. Em 2005, enquanto no Brasil a média atual de pessoas por agência era de 10.480, nos Estados Unidos este número era de 3.372 e na Espanha este número era de 1.089 (IPEA, 2009).

A relação entre número de agências bancárias e número de pessoas revela a qualidade no atendimento bancário. O estudo do IPEA (2009) menciona que a situação ideal é menos pessoas por agência, para que o atendimento bancário seja acessível a população em geral.

Ainda que seja possível argumentar que existe um importante número de postos ou correspondentes bancários, o atendimento à população e a disponibilidade de serviços não possui a mesma abrangência e magnitude, embora exerça de fato um relevante papel social (IPEA, 2009, p. 26).

2.1.4 Má distribuição geográfica e redução da inclusão social

As regiões Sul e Sudeste são privilegiadas com maior número de postos de atendimentos bancários (IPEA, 2009). A relação entre população e número de agências é três vezes maior nas regiões Norte e Nordeste do que nas regiões Sul e Sudeste. Em 2006, os estados do país que se destacaram em número de agências bancárias foram: São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. No estado de São Paulo concentram-se as sedes dos principais bancos privados, enquanto que as sedes dos bancos públicos se concentram no Distrito Federal.

Nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina observa-se a importante presença dos bancos públicos, que responde por quase 1/3 do total das agências bancárias. Os estados com menor presença das agências bancárias no conjunto da população são: Maranhão, Piauí, Alagoas, Pará e Ceará, que se situam no Norte e no Nordeste do país (IPEA, 2009, p. 11).

Observa-se no Gráfico 2, a relação entre população e agências bancárias disponíveis entre as grandes regiões do país, revelando a má distribuição do atendimento bancário no Brasil:

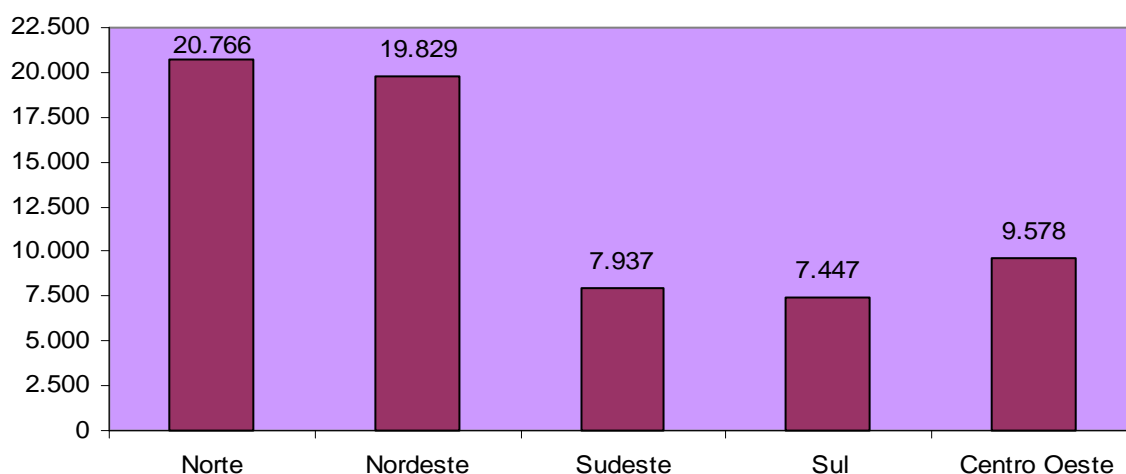


Gráfico 2: Brasil – relação média entre população e agência bancária por grandes regiões em 2006
Fonte: IPEA, 2009
Elaborado pelo autor

O Gráfico 2 mostra a concentração de agências bancárias por população nas regiões Sul e Sudeste. Enquanto nestas regiões cada agência atende em média 7.600 pessoas, nas regiões Norte e Nordeste esta média sobe para 20.300 pessoas, identificando-se assim uma limitação ao acesso aos serviços bancários nestas regiões.

O estudo (IPEA, 2009) mostra ainda que em 2006 havia 505 municípios sem nenhuma agência bancária e com relação a média de cobertura por km² nos estados, informa que no Distrito Federal encontra-se uma agência bancária a cada 18 km², mas que em Roraima, por exemplo, encontra-se uma agência a cada 11.843 km² (IPEA, 2009). Estes dados corroboram com a idéia de que a distribuição de agências no país é ineficiente.

Além do número de agências, existe concentração também na distribuição por região nas concessões de crédito. O estudo do IPEA (2009, p. 21) comenta que: “Os estados mais pobres perderam significativa participação no total do crédito bancário no país entre 1997 e 2006, enquanto as regiões Sul e Sudeste aumentaram ainda mais os seus pesos relativos”.

A seguir, o gráfico apresenta a distribuição das concessões de crédito entre as grandes regiões do país.

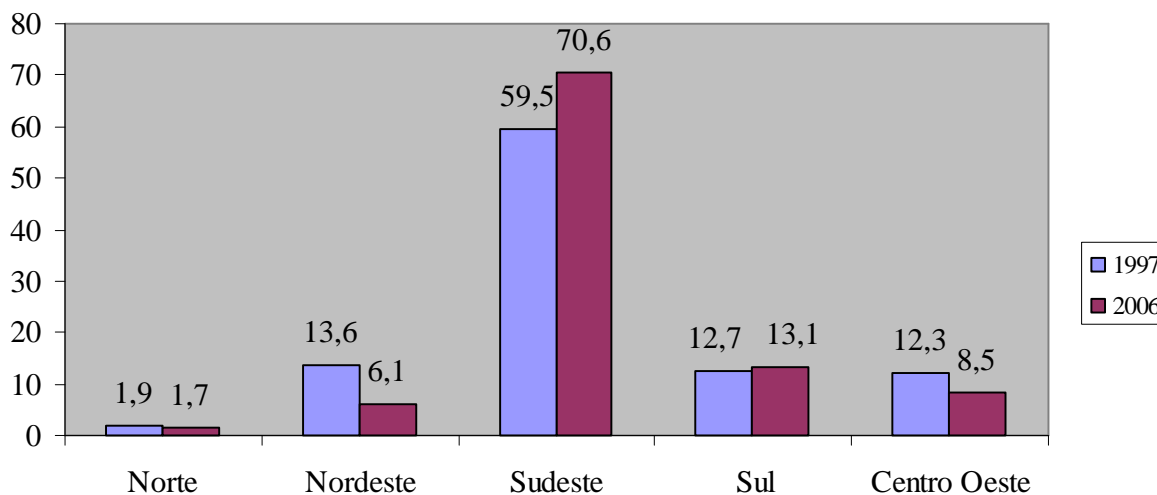


Gráfico 3: Brasil – distribuição das operações de crédito bancário por grande região geográfica (em %).

Fonte: IPEA, 2009

Elaborado pelo autor

Somente a região Sudeste apresentou concentração de 70,6% nas concessões de crédito em 2006, enquanto as regiões Norte e Nordeste alcançaram apenas 7,8% das concessões de crédito no mesmo período.

A concentração de agências e de concessão de crédito na região Sudeste representa a má distribuição geográfica do sistema bancário brasileiro e denotam baixa inclusão social.

Em qualquer sociedade moderna, os serviços financeiros fazem parte do padrão de bem estar socioeconômico. As dificuldades de acesso aos mecanismos bancários de poupança e crédito, por exemplo, não somente podem comprometer a necessária isonomia competitiva no interior das forças de mercado, como também tornam mais intensas as diferenças que separam os segmentos ricos da população pobre. Por conta disso, a literatura internacional especializada considera a dimensão dos serviços financeiros como um dos componentes do processo de inclusão social. No Brasil há espaço para o maior avanço nos estudos e debates acerca da inclusão financeira, especialmente em razão dos expressivos indicadores de desigualdades (POCHMANN, 2009).

No Brasil, ainda se discute a necessidade de melhor distribuição de renda. A concessão de crédito desenvolve a sociedade local, incentivando o comércio e a prestação de serviços e assim, fomentar a economia local, auxiliando no aumento de renda dos cidadãos.

2.1.5 Aumento da concentração bancária: redução da concorrência e solidez do sistema bancário brasileiro perante à crise financeira

O estudo do IPEA (2009) mostra o aumento da concentração bancária no país entre os anos 1996 a 2007. No entanto, o fenômeno da concentração bancária se iniciou bem antes desta época.

A Lei nº 4.595 de 31 de dezembro de 1964 instituiu a reforma bancária facilitando a proliferação de instituições financeiras no país, permitindo que surgissem novos grupos financeiros de portes diversos. Em 1988 o CMN – Conselho Monetário Nacional criou os bancos múltiplos através da Resolução 1.524 de 21 de setembro de 1988. Após estas mudanças, observou-se considerável aumento de instituições no

Brasil: em 1988 eram 124 e em 1995 passaram a ser 242 instituições. Com os altos índices de inflação, os bancos passaram a obter ganhos financeiros através das intermediações bancárias e deixaram a concessão de crédito para segundo plano. Com a instituição do Plano Real em 1994 e a consequente brusca queda da inflação fez com que muitos bancos sofressem intervenção do Banco Central. Na mesma época, ocorreram as privatizações de bancos estaduais pelo governo federal (BARBACHAN; FONSECA, 2004).

A redução do número de bancos foi bastante expressiva, uma vez que em 1995 existiam 242 instituições no sistema contra 165 em 2002. Nota-se, portanto que após esta “consolidação” o setor ficou mais concentrado, aumentando o poder de mercado dos agentes remanescentes (BARBACHAN; FONSECA, 2004).

Nos últimos anos, apesar de ser constatado aumento do número de instituições estrangeiras no país, o número de instituições diferentes reduziu de 230 em 1996 para 156 em 2007 (IPEA, 2009). As privatizações, fusões e incorporações reduziram o número de instituições facilitando ainda mais a concentração bancária no país. Cabral (2008), citando o consultor da FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos) Luiz Marques, diz que: “a concentração bancária é um fenômeno que se registra no mundo todo”. No entanto, o número de bancos no Brasil (156 em 2007) é muito inferior que em outros países. A Alemanha, por exemplo, em 2007, possuía 2.130 bancos diferentes e os Estados Unidos, 7.282.

Além de se apresentarem em menor número que em outros países, dos bancos em operação no Brasil apenas uma pequena parcela detém uma grande quantidade dos ativos bancários.

De maneira geral, isso [concentração bancária] pode ser facilmente percebível da participação dos 20 maiores bancos em operação no Brasil no total dos ativos bancários. Somente em dez anos (1996 – 2006), a participação dos 20 maiores bancos no total de ativos aumentou 20%, passando de 72% para mais de 86% (IPEA 2009, p. 5).

O Gráfico 4 mostra a evolução da participação dos 20 maiores bancos no total de ativos dos bancos.

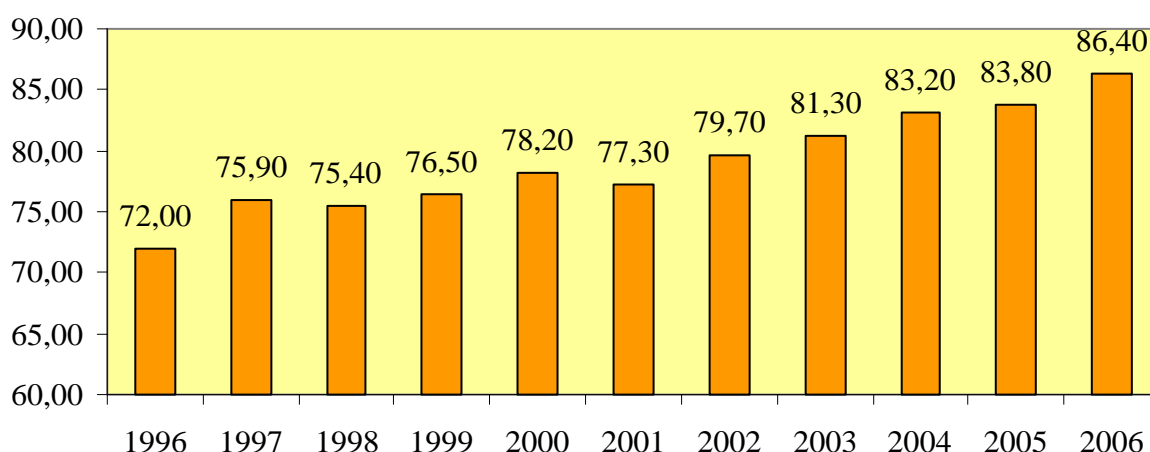


Gráfico 4: Brasil – evolução da participação dos 20 maiores bancos no total dos ativos bancários.
 Fonte: IPEA, 2009.
 Elaborado pelo autor

Em 10 anos a concentração bancária nos 20 maiores bancos do país aumentou 20%. Em 2006, os 20 maiores bancos do país detinham 86,4% dos ativos de todos os bancos em operação no Brasil contra 72% dos ativos em 1996.

Esta concentração evidencia-se ainda mais se for analisado apenas os cinco maiores bancos do país. Em 2008, após as aquisições realizadas pelo Itaú, Banco do Brasil e Santander, o grupo dos cinco maiores bancos se tornou ainda mais forte.

No fim de 2007, os cinco maiores bancos brasileiros - Banco do Brasil (BB), Itaú, Bradesco, Real e Caixa Econômica Federal - concentravam 52,32% dos ativos bancários, o equivalente a R\$ 1,3 trilhão, de acordo com dados do Banco Central [...]. De lá para cá, o Banco do Brasil comprou a Nossa Caixa; o Itaú se fundiu ao Unibanco; e o Santander adquiriu o Real. Com isso, esses bancos mais o Bradesco e a Caixa, que continuam nesse primeiro pelotão, passaram a concentrar 65,72% dos ativos bancários (CARVALHO, 2009).

Uma das consequências da concentração bancárias é a redução da concorrência. Com uma quantidade menor de bancos em atuação, a tendência é que as instituições mantenham juros altos e tarifas mais elevadas.

Uma das regras básicas de economia é que a concorrência é a forma de controlar os preços praticados no mercado. Quando o mercado é muito concentrado, o poder de determinação de preços aumenta. A redução da concorrência pode consolidar o atual processo de elevação das tarifas bancárias (CURADO, 2008).

Esta também é a opinião demonstrada por Paul quando menciona que:

Concentração bancária não é um fenômeno apenas brasileiro. Mas, com menos concorrentes, é natural que as instituições queiram maximizar seus lucros. A entrada dos bancos estrangeiros no mercado nacional nos anos 90 não levou à queda das taxas, como se dizia na época (PAUL, 2009).

O presidente do IPEA, Marcio Pochmann, após publicação do estudo, concluiu que a redução do número de bancos públicos no país também colaborou para a redução da concorrência entre os bancos no Brasil. Para que se aumente a concorrência é necessário que se aumente o número de empresas do ramo no mercado.

É preciso avançar rapidamente na popularização dos bancos. Pochmann atribuiu o fenômeno da “concentração bancária” à redução do papel do Estado no sistema bancário e ao aumento da internacionalização de bancos. ‘No Brasil, os bancos públicos compensavam essa competição, porque operavam em regiões de menor renda. Seu desaparecimento fez com que essas regiões perdessem o acesso ao banco, uma vez que o sistema privado não tem interesse’ (LABOISSIERE, 2009).

Monteiro (2009) menciona que Marcio Pochmann “atribuiu a distorção na taxa de juros à redução da participação do setor público no sistema bancário”. A mesma autora também cita a opinião de Pochmann com relação a maximização de lucros dos bancos: “Essa taxa praticada no Brasil está fora dos parâmetros normais. É natural que os bancos operem maximizando lucro, mas é necessário que haja competição no sistema, pois a margem de lucro elevada está ligada ao monopólio do setor.”

Por outro lado, o sistema bancário nacional mostrou-se forte diante da crise mundial desencadeada em 2008. A concentração dos grandes bancos proporcionou solidez a todo o sistema, que manteve a estabilidade de seus lucros em comparação com outras áreas produtivas do país.

Mencionando dados do CNI – Confederação Nacional da Indústria, Lyra (2009) comenta a queda da produção industrial no Brasil com a chegada da crise mundial em 2008: “A crise econômica internacional atingiu a economia brasileira em cheio, no final do ano passado, encerrando o último trimestre com uma redução de 12,4% na produção industrial [...]. Foi a maior queda já registrada, desde 1998.”

Os dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística confirmam a redução na produção industrial e Lyra (2009) menciona os estados onde a redução da produção foi mais forte: “As maiores quedas foram registradas em Minas Gerais (-16,4%), na Bahia (-15,6%) e em São Paulo (-14,9%).” Em contrapartida, o setor bancário permaneceu com a média de lucros dos últimos anos.

Diferentemente da indústria, o setor bancário brasileiro continua praticamente intacto, sem nenhuma grande marca da crise e comemora os elevados lucros obtidos em 2008. De acordo com a Austin Rating, agência de classificação de risco, os quatro gigantes do setor, Bradesco, Itaú, Banco do Brasil e Unibanco, podem ter alcançado ganhos em torno de R\$ 29 bilhões, cerca de 15% a mais do que o registrado em 2007 (LYRA, 2009).

Após a fusão entre Itaú e Unibanco, que aconteceu no mesmo período que a crise bancária internacional, Curado (2009) fala sobre a consequente: “ampliação da solidez do sistema bancário nacional decorrente do processo de concentração”. O sistema bancário brasileiro passou bem pela crise enquanto grandes bancos norte-americanos e europeus passaram por grandes problemas financeiros e arcaram com altos prejuízos.

Esta solidez é alcançada, sobretudo, graças à eficácia da política monetária do Banco Central brasileiro no que diz respeito à manutenção da taxa básica de juros real do país, entre as maiores do mundo, o que garante ao sistema financeiro do Brasil um retorno certo e fácil (LYRA, 2009).

Um sistema bancário forte é resultado de uma política monetária eficiente. Lyra (2009) acrescenta: “a blindagem dos bancos, criada pela política monetária, vem se mostrando consistente, resistindo até mesmo à crise econômica internacional.”

Ainda para corroborar com a eficiência do sistema bancário brasileiro, o Fórum Econômico Mundial divulgou em outubro deste ano o relatório anual sobre desenvolvimento financeiro que analisou a economia de 55 países. O Fórum elegeu o sistema de supervisão bancária brasileiro como o mais eficaz do mundo junto com Suíça e Hungria (O ESTADÃO ON LINE, 2009).

O cenário atual do sistema bancário nacional consiste em juros altos, menor quantidade de bancos em operação e também de agências, concentração de agências

nas regiões mais ricas do país e maiores índices de concessão de crédito nas regiões Sul e Sudeste; menos bancos públicos e mais bancos estrangeiros e maior concentração bancária, porém com sistema bancário sólido e resistente à crise internacional. É diante deste cenário que esta pesquisa é realizada.

2.2 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Os bancos estão fortemente presentes no cotidiano das pessoas: ao comprar, vender, ao receber seus proventos e realizar seus pagamentos. Os pequenos estabelecimentos já contam com a tecnologia bancária no atendimento ao público e já considera-se indispensável o uso do cheque e cartão eletrônico. Sem contar o uso da Internet onde o cidadão tem como realizar transações bancárias sem nem mesmo sair de casa. As grandes empresas utilizam-se dos empréstimos, financiamentos e capital de giro para dar continuidade às suas atividades produtivas.

Colli e Fontana (1996, p. 13) definem o objeto social da empresa bancária como: “o comércio do dinheiro, quer como fornecedora de capitais, quer como depositária de capitais de terceiros, quer ainda como intermediária do crédito”.

As operações de crédito e financiamento fomentam a economia. E por exercerem influência direta nas decisões econômicas e políticas do país, o sistema bancário nacional e o sistema financeiro como um todo sofrem uma atenção redobrada por parte das autoridades monetárias competentes.

O Sistema Financeiro Nacional é composto de instituições responsáveis pela captação de recursos financeiros, pela distribuição e circulação de valores e pela regulação deste processo. O Conselho Monetário Nacional - CMN, seu organismo maior, presidido pelo Ministro da Fazenda, é quem define as diretrizes de atuação do sistema. Diretamente ligados a ele estão o Banco Central do Brasil, que atua como seu órgão executivo, e a Comissão de Valores Mobiliários que responde pela regulamentação e fomento do mercado de valores mobiliários (BOVESPA, 2008, p. 6).

Ferreira (2007, p. 1) define o SFN como “o conjunto de instituições e órgãos que regulam, fiscalizam, e executam as operações relativas à circulação da moeda e do crédito.”

De acordo com o mesmo autor, a primeira instituição que surgiu com este mesmo fim foi a Inspetoria Geral de Bancos, em 1920, que tinha o objetivo de “exercer a fiscalização das instituições financeiras”. Em 1945 é criada a Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC que passou a exercer um “controle monetário mais amplo”.

O Sistema Financeiro Nacional surgiu com a Lei nº 4.595 de 31/12/1964, que definiu os órgãos que o constituía na época: Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central da República do Brasil (hoje o Banco Central do Brasil - BACEN), Banco do Brasil, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDE (que hoje é o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES) e demais instituições financeiras públicas e privadas.

O SFN é dividido em: órgãos normativos, entidades supervisoras e operadores, cada qual com suas funções específicas, que garantem o funcionamento legal de tantas instituições financeiras no país. A harmonia entre elas é que garante a liquidez do próprio sistema onde uma crise grave comprometeria o funcionamento de todos os outros setores da economia. É por isso que o Governo federal possui entidades com o objetivo específico de regular e fiscalizar a atuação dessas instituições.

De acordo com o BACEN (2009), o Sistema Financeiro Nacional é composto, atualmente, da seguinte forma:

Órgãos normativos	Entidades supervisoras	Operadores			
Conselho Monetário Nacional - CMN	Banco Central do Brasil - BACEN	Instituições Financeiras Captadoras de depósito à vista	Demais Instituições Financeiras Bancos de Câmbio	Outros Intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros	
	Comissão de Valores Mobiliários - CVM	Bolsas de mercadorias e futuros	Bolsas de Valores		
Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP	Superintendência de Seguros Privados - Susep	Resseguradores	Sociedades seguradoras	Sociedades de capitalização	Entidades abertas de previdência complementar
Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC	Secretaria de Previdência Complementar - SPC	Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)			

Quadro 2: Sistema Financeiro Nacional
Fonte: BACEN, 2009.

Pode-se observar que o SFN é dividido em três grandes grupos de instituições, cada qual encabeçado pelos seguintes órgãos normativos:

- **CMN** - possui duas entidades supervisoras, o BACEN e a CVM. Seus operadores são: instituições financeiras captadoras de depósitos à vista, demais instituições financeiras, bancos de câmbio, bolsas de valores, bolsas de mercadorias e futuros e outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros.
- **CNSP** – possui uma entidade supervisora que é a SUSEP e tem como operadores os resseguradores, as sociedades seguradoras, as sociedades de capitalização e as entidades abertas de previdência complementar.
- **CGPC** - possui uma entidade supervisora que é a SPC e seus operadores são entidades fechadas de previdência complementar.

A seguir, descrevemos a composição, as funções, os objetivos e as atribuições de cada componente deste primeiro grande grupo que tem como órgão normativo o CMN.

2.2.1 Conselho Monetário Nacional – CMN

O Conselho Monetário Nacional foi criado pela Lei nº 4.595 de 31 de dezembro de 1964 (Reforma Bancária) e substituiu a antiga Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC. De acordo com o artigo 2º esta lei, o CMN tem a finalidade de “formular a política da moeda e do crédito como previsto nesta lei, objetivando o progresso econômico e social do País.”

O CMN é: “o órgão responsável por expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do SFN” (BACEN, 2009). De acordo com o Ministério da Fazenda (www.fazenda.gov.br) o CMN “é o órgão deliberativo máximo do Sistema Financeiro Nacional”.

O artigo 3º da Lei nº 4.595/64 estabelece todos os objetivos do CMN; destaca-se os principais objetivos a seguir:

Dentre suas funções estão: adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia; regular o valor interno e externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos; orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras; propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros; zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras; coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária e da dívida pública interna e externa (BACEN, 2009).

O artigo 4º da Lei nº 4.595/64 define todas as competências do CMN de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República; mas, destaca-se suas principais competências como sendo:

Responsável por reformular a política da moeda e do crédito, objetivando a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do país; responsável por zelar pela liquidez e pela solvência de todas as instituições financeiras brasileiras; responsável por estabelecer a meta para a inflação; responsável pela aprovação dos orçamentos monetários preparados pelo Banco Central do Brasil; responsável pela autorização de emissões de papel-moeda (CVM, 2009).

Pode-se visualizar o organograma do CMN da seguinte forma:

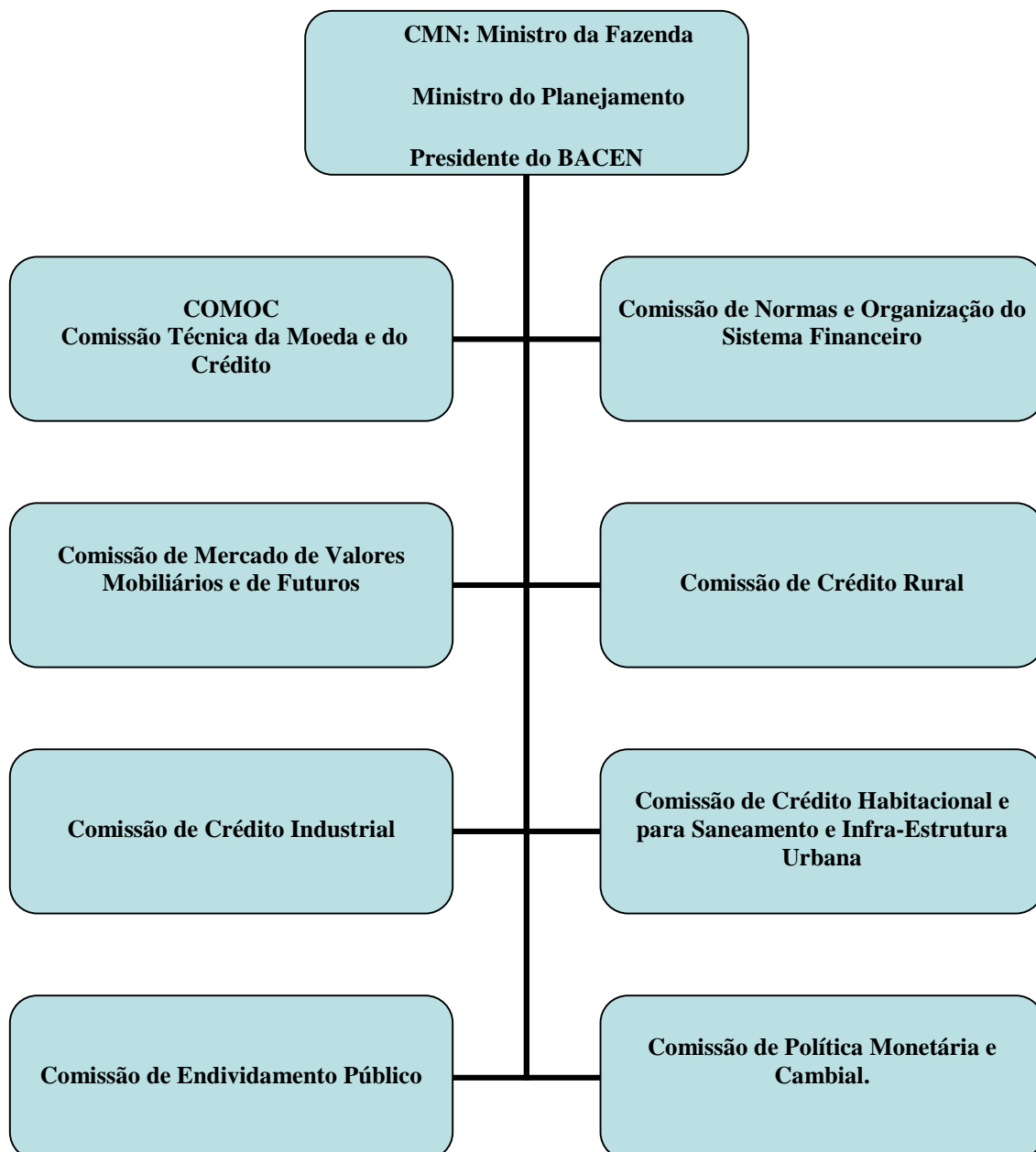


Figura 1: Organograma CMN.

Fonte: CVM, 2009

Elaborado pelo autor

A composição do CMN é definida pela Lei nº 4.595/64, em seu artigo 6º. De acordo com o BACEN (2009), sua composição atual é:

- Ministro da Fazenda, como Presidente do Conselho
- Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
- Presidente do Banco Central do Brasil

Junto ao CMN funcionam outras comissões:

Junto ao CMN funciona a Comissão Técnica da Moeda e do Crédito (COMOC), composta pelo Presidente do BACEN, na qualidade de Coordenador, pelo Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Secretário Executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, pelo Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, pelo Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, pelo Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e por quatro diretores do Bacen, indicados por seu Presidente. Está previsto o funcionamento também junto ao CMN de comissões consultivas de Normas e Organização do Sistema Financeiro, de Mercado de Valores Mobiliários e de Futuros, de Crédito Rural, de Crédito Industrial, de Crédito Habitacional e para Saneamento e Infra-Estrutura Urbana, de Endividamento Público e de Política Monetária e Cambial (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2009).

Como vemos, o CMN é o órgão máximo deliberativo do Sistema Financeiro Nacional e é responsável por expedir normas e diretrizes gerais para seu bom funcionamento. Segundo Siqueira (2007, p. 147): “o CMN tem sido o órgão responsável pelas decisões relativas à política monetária e cambial, além de normatizador de todo o sistema financeiro.”

2.2.2 Banco Central do Brasil – BACEN

A Lei nº 4.595 de 31 de dezembro de 1964 foi sancionada com o objetivo de dispor sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias e criar o Conselho Monetário Nacional. Nesta lei o BACEN ainda surgia com a denominação de Banco Central da República do Brasil. Mais tarde, com o Decreto Lei nº 278 de 28 de fevereiro de 1967 é que o BACEN passou a denominar-se como é conhecido hoje: Banco Central do Brasil. De acordo com o BACEN (2009), “antes da criação do Banco Central, o papel de autoridade monetária era desempenhado pela Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC, pelo Banco do Brasil - BB e pelo Tesouro Nacional.”

Uma das propostas que vinham sendo discutidas antes da reforma era a transformação do Banco do Brasil em Banco Central, abandonando as atividades de banco comercial. Embora a orientação do Governo fosse de estimular a iniciativa privada, entendeu-se, que, pela sua posição de destaque, tal alternativa seria

inconveniente aos interesses nacionais, pois privaria o Governo de um organismo aparelhado para exercer importante ação direta de suplementação da rede bancária privada, na distribuição seletiva de crédito às atividades econômicas (SIQUEIRA, 2007, p. 147).

De acordo com o BACEN: “após a criação do Banco Central buscou-se dotar a instituição de mecanismos voltados para o desempenho do papel de ‘banco dos bancos’”. Siqueira (2007, p. 147) acrescenta que “o Banco Central é o órgão executor, que cumpre e faz cumprir as determinações do CMN.”

O artigo 14 da Lei nº 4.595/64 determina a formação da Diretoria do BACEN: “O Banco Central do Brasil será administrado por uma Diretoria de cinco (5) membros, um dos quais será o Presidente, escolhidos pelo Conselho Monetário Nacional dentre seus membros mencionados no inciso IV do art. 6º desta Lei.”

A CVM (2009) destaca que “o presidente do BC [Banco Central] e os seus diretores são nomeados pelo Presidente da República após a aprovação prévia do Senado Federal, que é feita por uma argüição pública e posterior votação secreta.”

O BACEN é dividido em diversas diretorias e gerências, cada qual com sua função específica para, juntas, cumprirem com os objetivos determinados para o Banco Central do Brasil. De acordo com o BACEN seu organograma se apresenta da seguinte forma:

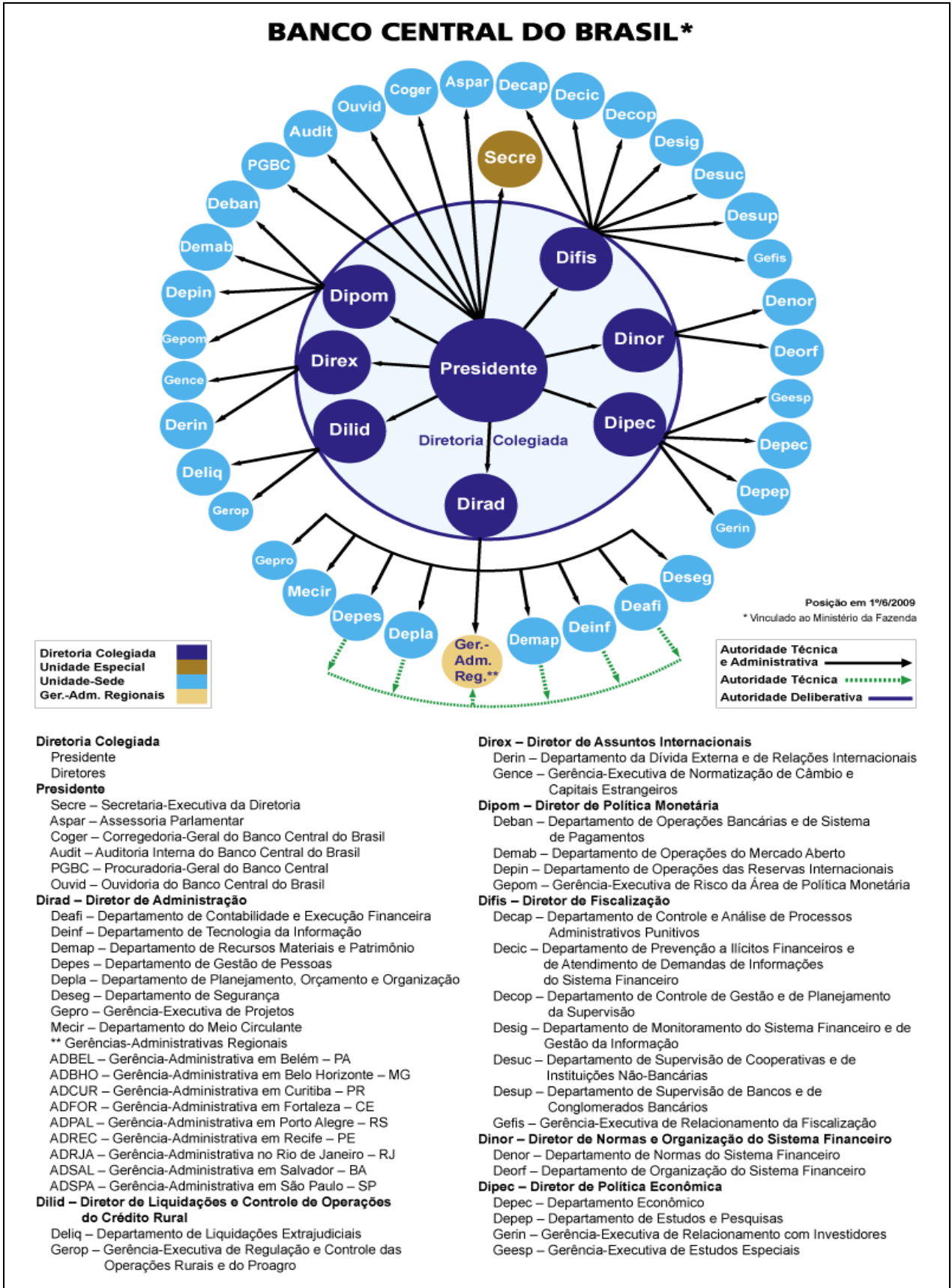


Figura 2: Organograma do BACEN
Fonte: BACEN, 2009

O BACEN é uma autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional e principal executor das orientações do Conselho Monetário Nacional e responsável por garantir o poder de compra da moeda nacional.

O artigo 9º da Lei nº 4.595/64 menciona a principal atribuição do BACEN: “cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional.”

Os artigos 10 e 11 da mesma Lei relacionam todas as competências do BACEN, mas destaca-se seus principais objetivos e atribuições como sendo:

Zelar pela adequada liquidez da economia; manter as reservas internacionais em nível adequado; estimular a formação de poupança; zelar pela estabilidade e promover o permanente aperfeiçoamento do sistema financeiro. Dentre suas atribuições estão: emitir papel-moeda e moeda metálica; executar os serviços do meio circulante; receber recolhimentos compulsórios e voluntários das instituições financeiras e bancárias; realizar operações de redesconto e empréstimo às instituições financeiras; regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis; efetuar operações de compra e venda de títulos públicos federais; exercer o controle de crédito; exercer a fiscalização das instituições financeiras; autorizar o funcionamento das instituições financeiras; estabelecer as condições para o exercício de quaisquer cargos de direção nas instituições financeiras; vigiar a interferência de outras empresas nos mercados financeiros e de capitais e controlar o fluxo de capitais estrangeiros no país (BACEN, 2009).

O BACEN figura no Sistema Financeiro Nacional como órgão executor do CMN com o objetivo de regular a economia do país e, principalmente, autorizar e fiscalizar o funcionamento das instituições financeiras captadoras de depósitos a vista e demais instituições financeiras.

2.2.2.1 Instituições Financeiras Captadoras de depósito à vista

O Sistema Financeiro Nacional é composto de diversas instituições, cada qual com seus fins e objetivos específicos.

Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros (BRASIL, Lei nº 4.595/64, art. 17).

São instituições financeiras: os Bancos Comerciais, os Bancos de Desenvolvimento, as Cooperativas de Crédito, os Bancos de Investimento, as Sociedades de Créditos, Financiamentos e Investimentos, as Sociedades Corretoras, as Sociedades Distribuidoras, as Sociedades de Arrendamento Mercantil, as Associações de Poupança e Empréstimo, as Sociedades de Crédito Imobiliário, Os Investidores Institucionais, as Companhias Hipotecárias, as Agências de Fomento, os Bancos Múltiplos e os Bancos Cooperativos.

Ao descrever a composição do Sistema Financeiro Nacional, O BACEN (2009) considera “Instituições Financeiras Captadoras de depósito à vista” as seguintes instituições: Bancos Múltiplos com carteira comercial, Bancos Comerciais, Caixa Econômica Federal e as Cooperativas de Crédito. Descreve-se, a seguir, cada uma destas instituições.

2.2.2.1.1 Bancos Múltiplos com carteira comercial

Os bancos múltiplos foram legalmente criados pela Resolução CMN nº 1.524/88. Porém, o surgimento de bancos múltiplos seria inevitável com a evolução dos serviços das instituições financeiras no país.

A criação dos bancos múltiplos, como reflexo da própria evolução dos bancos comerciais e crescimento do mercado, foi um processo inevitável. Diversas instituições financeiras, motivadas por problemas conjunturais e de sua estrutura organizacional, passaram a transmitir sinais de crise nos anos 80. Os bancos de investimento [...] conviviam com sérias dificuldades de prover o sistema produtivo da economia de recursos de longo prazo. O processo inflacionário e a frágil estrutura de captação de poupança no mercado desestimulavam as aplicações de prazos mais longos. [...] As dificuldades de captação de algumas instituições e a proximidade operacional de atuação de outras uniram bastante os conglomerados de forma a se confundir, numa única instituição diversas especialidades financeiras (ASSAF NETO, 1998, p. 257).

As diversas atividades exercidas por um banco, com o tempo passaram a estar disponíveis em uma única empresa, os bancos múltiplos.

O banco múltiplo deverá constituir-se com, no mínimo, duas das seguintes carteiras, sendo uma delas obrigatoriamente comercial ou de investimento:

I - Comercial; II - De investimento e/ou de desenvolvimento, a última exclusiva para bancos públicos; III - De crédito imobiliário; IV - De crédito, financiamento e investimento; e V - De arrendamento mercantil (RES CMN 2.099/94, art. 7º).

A Lei nº 5.710/71 alterou o artigo 25 da Lei nº 4.595/64 que passou a vigorar com a seguinte redação: “As instituições financeiras privadas, exceto as cooperativas de crédito, constituir-se-ão unicamente sob a forma de sociedade anônima, devendo a totalidade de seu capital com direito a voto ser representada por ações nominativas.”

Os bancos múltiplos são instituições financeiras privadas ou públicas que realizam as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento. [...] A carteira de desenvolvimento somente poderá ser operada por banco público. O banco múltiplo deve ser constituído com, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento, e ser organizado sob a forma de sociedade anônima (BACEN, 2009).

Quando o BACEN classifica que um dos componentes das “Instituições Financeiras Captadoras de depósito à vista” são os “Bancos Múltiplos **com carteira comercial**” se refere aos bancos que possuem a carteira comercial em uma de suas operações. Pois, também podem ser classificados como bancos múltiplos alguns bancos que operem em duas outras carteiras, que não esteja incluída a carteira comercial.

Os bancos múltiplos têm grande influência na economia de um país, porque auxiliam o BACEN na oferta de moeda. Por um lado, ajudam os pequenos e médios poupadores no seu acúmulo de riquezas e por outro financiam o crédito de pessoas físicas e jurídicas que necessitam de captação de recursos. De acordo com o BACEN (2009), atualmente, “as principais instituições estão constituídas em forma de banco múltiplo porque estes oferecem ampla gama de serviços bancários.”

As quatro instituições objeto desta pesquisa, Itaú Unibanco Holding S/A, Banco do Brasil S/A, Banco Bradesco S/A e Banco Santander Brasil S/A, são todas instituições financeiras classificadas como bancos múltiplos.

2.2.2.1.2 Bancos Comerciais

Os bancos comerciais são intermediários financeiros que transferem recursos dos agentes superavitários para os deficitários, ou seja, captam recursos financeiros das pessoas físicas e jurídicas que podem poupar, para conceder crédito às que necessitam destes recursos.

O surgimento dos bancos comerciais foi em 1808 com a criação do Banco do Brasil, que foi não só o primeiro banco no país, mas também de Portugal.

Para a história bancária, 1808 foi um ano particularmente marcante porque, em 12 de outubro, foi publicado o alvará de criação do primeiro banco que viria a funcionar no Brasil, aliás, o primeiro banco a ser criado em todo o império português incluída a própria metrópole (SIQUEIRA, 2007. p. 32).

As operações realizadas por este primeiro banco seriam operações características dos bancos comerciais:

Banco de desconto, de depósito, de emissão e de câmbio: faria 'desconto mercantil de letras de câmbio sacadas ou aceitas por negociantes de crédito, nacionais ou estrangeiros'; receberia 'depósitos de toda e qualquer coisa de prata, ouro, diamantes ou dinheiro'; seria um banco de emissão, autorizado a 'emitir letras ou bilhetes pagáveis ao portador e à vista (SIQUEIRA, 2007. p. 32-33).

Atualmente os bancos comerciais são regulamentados pela Resolução CMN nº 2.099, de 17 de agosto de 1994 e podem ser descritos como:

Instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. A captação de depósitos à vista, livremente movimentáveis, é atividade típica do banco comercial, o qual pode também captar depósitos a prazo (BACEN, 2009).

Os bancos comerciais desenvolvem principalmente a atividade de intermediação financeira que consiste na captação de recursos e concessão de crédito. Outras atividades realizadas pelos bancos comerciais são a cobrança e o câmbio.

2.2.2.1.3 Caixa Econômica Federal - CEF

Para apresentar a Caixa Econômica Federal, recorreremos a seu próprio *site* que faz sua própria apresentação e informa suas principais atividades e características:

Criada em 1861, a CAIXA é o principal agente das políticas públicas do governo federal e, de uma forma ou de outra, está presente na vida de milhões de brasileiros. Isso porque a CAIXA – uma empresa 100% pública – atende não só os seus clientes bancários, mas todos os trabalhadores formais do Brasil, estes por meio do pagamento de FGTS, PIS e seguro-desemprego; beneficiários de programas sociais e apostadores das Loterias.

Além disso, ao priorizar setores como habitação, saneamento básico, infra-estrutura e prestação de serviços, a CAIXA exerce um papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no país, contribuindo para melhorar a qualidade de vida da população, especialmente a de baixa renda (CEF, 2009).

A Caixa Econômica Federal é empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda e foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, mas seu surgimento se deu ainda na época da monarquia.

O dia 12 de janeiro de 1861 marcou o início da história da CAIXA e de seu compromisso com o povo brasileiro. Foi nesse dia que Dom Pedro II assinou o Decreto nº 2.723, dando origem à Caixa Econômica e Monte de Socorro. Criada com o propósito de incentivar a poupança e de conceder empréstimos sob penhor, a instituição veio combater outras que agiam no mercado, mas que não ofereciam garantias sérias aos depositantes ou que cobravam juros excessivos dos devedores (CEF, 2009).

Siqueira (2007, p. 46) também explica sobre a criação da CEF: “Em janeiro de 1861 foi criada a Caixa Econômica da Corte, o ‘Banco dos Pobres’, como descreveu o Barão do Rio Branco.”

O artigo 2º do Decreto-Lei nº 759/69 menciona as finalidades da CEF, que em resumo podem ser definidas como sendo:

- Receber em depósito sob a garantia da União, economias populares, incentivando os hábitos de poupança;
- Conceder empréstimos e financiamentos de natureza assistencial;
- Operar no setor habitacional;

- Explorar, com exclusividade, os serviços da Loteria Federal do Brasil e da Loteria Esportiva Federal;
- Exercer o monopólio das operações sobre penhores civis;
- Prestar serviços que se adaptem à sua estrutura de natureza financeira, delegados pelo Governo Federal ou por convênio com outras entidades ou empresas.

Desde sua criação em 1969, os objetivos da Caixa Econômica Federal não se alteraram; apenas se fortaleceram.

Uma característica distintiva da Caixa é que ela prioriza a concessão de empréstimos e financiamentos a programas e projetos nas áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho, transportes urbanos e esporte. Pode operar com crédito direto ao consumidor, financiando bens de consumo duráveis, emprestar sob garantia de penhor industrial e caução de títulos, bem como tem o monopólio do empréstimo sob penhor de bens pessoais e sob consignação e tem o monopólio da venda de bilhetes de loteria federal. Além de centralizar o recolhimento e posterior aplicação de todos os recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), integra o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) (BACEN, 2009).

A CEF foi criada com os principais objetivos de incentivar a poupança da população, conceder crédito de forma assistencial, operar no setor habitacional, explorar a loteria federal e operar com penhor civil. Percebemos que todas estas atividades ainda são realizadas pela CEF e com ampla cobertura nacional. Seu site informa que “a CAIXA é o maior banco público da América Latina [...]. Sua rede, a maior do País, abrange todos os 5.561 municípios brasileiros, com mais de 17 mil pontos de atendimento entre agências, lotéricas e correspondentes CAIXA AQUI.”

Por se tratar de empresa 100% pública não possui ações negociáveis na bolsa de valores. Veremos nos próximos subitens que todos os bancos alvo de nossa pesquisa são sociedades que possuem ações negociáveis na bolsa de valores por se tratarem de sociedades anônimas de capital aberto, que não é o caso da CEF.

2.2.2.1.4 Cooperativas de Crédito

As cooperativas de crédito foram instituídas e são reguladas pela Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que foi sancionada para definir a Política Nacional de Cooperativismo e instituir o regime jurídico das sociedades cooperativas. As cooperativas se caracterizam pela associação de pessoas com interesses comuns e por ser economicamente organizada de forma democrática sem fins lucrativos.

Atuando tanto no setor rural quanto no urbano, as cooperativas de crédito podem se originar da associação de funcionários de uma mesma empresa ou grupo de empresas, de profissionais de determinado segmento, de empresários ou mesmo adotar a livre admissão de associados em uma área determinada de atuação, sob certas condições. Os eventuais lucros auferidos com suas operações - prestação de serviços e oferecimento de crédito aos cooperados - são repartidos entre os associados (BACEN, 2009).

O artigo 4º da Lei nº 5.764/71 menciona que “as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados [...]”. O artigo menciona também todas as características das sociedades cooperativas. Destacamos as seguintes:

- O principal objetivo da cooperativa é a prestação de serviços;
- Pode ser formada com número ilimitado de cooperados;
- O controle da cooperativa é democrático, ou seja, cada cooperado tem direito a um voto nas assembleias;
- Nas assembleias, o “quorum” é baseado no número de cooperados e não no capital;
- Não é permitida a transferência das quotas-parte a terceiros, estranhos à sociedade, ainda que por herança;
- Retorno proporcional ao valor das operações.

A constituição das sociedades cooperativas também é regulamentada na Lei nº 5.764/71. Seu artigo 14 menciona que: “a sociedade cooperativa constitui-se por

deliberação da Assembléia Geral dos fundadores, constantes da respectiva ata ou por instrumento público.”

O ato constitutivo, sob pena de nulidade, deverá declarar: I - a denominação da entidade, sede e objeto de funcionamento; II - o nome, nacionalidade, idade, estado civil, profissão e residência dos associados, fundadores que o assinaram, bem como o valor e número da quota-parte de cada um; III - aprovação do estatuto da sociedade; IV - o nome, nacionalidade, estado civil, profissão e residência dos associados eleitos para os órgãos de administração fiscalização e outros (BRASIL, Lei nº 5.764/71 art. 15).

O BACEN (2009) ainda acrescenta que as cooperativas de crédito podem realizar captação por meio de depósitos à vista e a prazo, mas somente dos seus associados e que: “podem conceder crédito, somente a associados, por meio de desconto de títulos, empréstimos, financiamentos, e realizar aplicação de recursos no mercado financeiro.”

As cooperativas de crédito devem adotar, obrigatoriamente, em sua denominação social, a expressão "Cooperativa", vedada a utilização da palavra "Banco". Devem possuir o número mínimo de vinte cooperados e adequar sua área de ação às possibilidades de reunião, controle, operações e prestações de serviços (BACEN, 2009)

De acordo com o artigo 1º da Resolução CMN nº 2.788 de 30 de novembro de 2000 é facultada a constituição de bancos comerciais e bancos múltiplos sob controle acionário de cooperativas centrais de crédito.

Parágrafo 1º As cooperativas centrais de crédito integrantes do grupo controlador devem deter, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das ações com direito a voto das instituições financeiras de que trata esta Resolução.

Parágrafo 2º Os bancos múltiplos constituídos na forma desta Resolução devem possuir, obrigatoriamente, carteira comercial.

Parágrafo 3º A denominação das instituições financeiras de que trata esta Resolução deve incluir a expressão “Banco Cooperativo” (CMN, Res. 2.788/00, art. 1º).

As cooperativas de crédito fomentam as atividades do próprio cooperado via assistência de crédito. É atividade própria da cooperativa de crédito a realização de atividades de captação de recursos, de concessão de crédito aos seus cooperados, bem como a realização de aplicações financeiras no mercado, que propiciam melhores condições de financiamento aos associados.

2.2.2.2 Demais instituições financeiras

O BACEN (2009) elenca como “demais instituições financeiras” as seguintes instituições: Agências de Fomento, Associações de Poupança e Empréstimo, Bancos de Desenvolvimento, Bancos de Investimento, o BNDES, Companhias Hipotecárias, Cooperativas Centrais de Crédito, Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, Sociedades de Crédito Imobiliário e Sociedades de Crédito ao Microempreendedor. A seguir, com base nas informações do BACEN (2009), discorreremos brevemente sobre a atividade principal de cada uma delas.

Agências de Fomento: O objeto social da agência de fomento é a concessão de financiamento de capital e de giro associado a projetos na Unidade da Federação onde tenham sede. Não podem captar recursos junto ao público, recorrer ao redesconto, ter conta de reserva no Banco Central, contratar depósitos interfinanceiros na qualidade de depositante ou de depositária e nem ter participação societária em outras instituições financeiras. Cada estado ou unidade de federação possui apenas uma agência de fomento. Devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e sua denominação deve conter o termo “Agência de Fomento” e em seguida a unidade de federação a que pertence. Por exemplo: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC).

Associações de Poupança e Empréstimo: São sociedades civis de propriedade comum de seus associados. Suas operações ativas são, basicamente, direcionadas ao mercado imobiliário e ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH). As operações passivas são: emissão de letras e cédulas hipotecárias, depósitos de cadernetas de poupança, depósitos interfinanceiros e empréstimos externos. Os depositantes dessas entidades são considerados acionistas da associação e, por isso, não recebem rendimentos, mas dividendos.

Bancos de Desenvolvimento: são instituições financeiras controladas pelos respectivos governos estaduais, e têm como objetivo proporcionar o suprimento dos recursos necessários ao financiamento, a médio e a longo prazos, de programas e

projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do respectivo Estado.

Bancos de Investimento: são instituições financeiras privadas especializadas em operações de participação societária de caráter temporário, de financiamento da atividade produtiva para suprimento de capital fixo e de giro e de administração de recursos de terceiros. Devem ser constituídos sob a forma de sociedade anônima e adotar, obrigatoriamente, em sua denominação social, a expressão “Banco de Investimento”.

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): criado pela Lei 5.662/71 como autarquia federal, foi enquadrado como uma empresa pública federal, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio. O BNDES é um órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e tem como objetivo apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do país. Suas linhas de apoio contemplam financiamentos de longo prazo e custos competitivos, para o desenvolvimento de projetos de investimentos e para a comercialização de máquinas e equipamentos novos, fabricados no país, bem como para o incremento das exportações brasileiras.

Companhias Hipotecárias: Sociedades anônimas com o objetivo social de conceder financiamentos destinados à produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais aos quais não se aplicam as normas do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Suas principais operações passivas são: letras hipotecárias, debêntures, empréstimos e financiamentos no país e no exterior. Suas principais operações ativas são: financiamentos imobiliários residenciais ou comerciais, aquisição de créditos hipotecários, refinanciamentos de créditos hipotecários e repasses de recursos para financiamentos imobiliários.

Cooperativas Centrais de Crédito: As cooperativas centrais de crédito, formadas por cooperativas singulares, organizam em maior escala as estruturas de administração e suporte de interesse comum das cooperativas singulares filiadas, exercendo sobre elas, entre outras funções, supervisão de funcionamento, capacitação de administradores, gerentes e associados e auditoria de demonstrações financeiras.

Sociedades Crédito, Financiamento e Investimento: São instituições financeiras privadas, constituídas sob a forma de sociedades anônimas, com o objetivo básico de realizar financiamento para a aquisição de bens, serviços e capital de giro. Sua denominação deve constar a expressão “Crédito, Financiamento e Investimento”. Tais entidades captam recursos por meio de aceite e colocação de Letras de Câmbio e Recibos de Depósitos Bancários.

Sociedades de Crédito Imobiliário: sociedades anônimas com o principal objetivo de atuar no financiamento habitacional. Constituem operações passivas dessas instituições os depósitos de poupança, a emissão de letras e cédulas hipotecárias e depósitos interfinanceiros. Suas operações ativas são: financiamento para construção de habitações, abertura de crédito para compra ou construção de casa própria, financiamento de capital de giro a empresas incorporadoras, produtoras e distribuidoras de material de construção. Devem adotar obrigatoriamente em sua denominação social a expressão “Crédito Imobiliário”.

Sociedades de Crédito ao Microempreendedor: Seu objeto social exclusivo é a concessão de financiamentos e a prestação de garantias a pessoas físicas, bem como a pessoas jurídicas classificadas como microempresas, com o intuito de viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial de pequeno porte. São impedidas de captar, sob qualquer forma, recursos junto ao público, bem como emitir títulos e valores mobiliários destinados à colocação e oferta públicas. Devem ser constituídas sob a forma de companhia fechada ou de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, adotando obrigatoriamente em sua denominação social a expressão “Sociedade de Crédito ao Microempreendedor”, vedada a utilização da palavra “Banco”.

2.2.2.4 Bancos de Câmbio

Os bancos de câmbio são instituições financeiras autorizadas a realizar, sem restrições, operações de câmbio e operações de crédito vinculadas às de câmbio, como

financiamentos à exportação e importação e adiantamentos sobre contratos de câmbio, e ainda a receber depósitos em contas sem remuneração, não movimentáveis por cheque ou por meio eletrônico pelo titular, cujos recursos sejam destinados à realização das operações acima citadas. Na denominação dessas instituições deve constar a expressão “Banco de Câmbio”.

2.2.2.5 Outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros

O BACEN é uma das duas entidades supervisoras do CMN e sob sua responsabilidade estão diversas instituições financeiras. Já discorremos aqui sobre as instituições que o BACEN classifica como “Instituições financeiras captadoras de depósito à vista” que são os próprios bancos e outras instituições que possuem características e atividades muito similares aos dos bancos. Também já discorremos sobre as instituições que o BACEN classifica como “Demais instituições financeiras”, onde se classificam as instituições que não possuem atividades comuns aos bancos comerciais, mas sim outras atividades bancárias, como investimento, financiamento e desenvolvimento.

Os “outros intermediários financeiros”, como o próprio nome diz, são os demais intermediadores financeiros que não possuem nem atividades próprias dos bancos, nem funções de investimento e desenvolvimento. Trata-se de operadores do BACEN que administram outras atividades como consórcio, arrendamento mercantil e as corretoras de câmbio e distribuidoras de títulos e valores mobiliários.

O BACEN considera como “outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros” as seguintes instituições: Administradoras de consórcio, Sociedades de Arrendamento Mercantil, Sociedades Corretoras de Câmbio e Sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários.

Administradoras de Consórcio: São pessoas jurídicas prestadoras de serviços relativos à formação, organização e administração de grupos de consórcio. Seu

objetivo básico é a coleta de poupança com vistas à aquisição de bens, conjunto de bens ou serviço turístico, por meio de autofinanciamento.

Sociedades de arrendamento mercantil: As operações passivas dessas sociedades são emissão de debêntures, dívida externa, empréstimos e financiamentos de instituições financeiras. Suas operações ativas são constituídas por títulos da dívida pública, cessão de direitos creditórios e, principalmente, por operações de arrendamento mercantil de bens móveis, de produção nacional ou estrangeira, e bens imóveis adquiridos pela entidade arrendadora para fins de uso próprio do arrendatário. Devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima, devendo constar obrigatoriamente na sua denominação social a expressão “Arrendamento Mercantil”.

Sociedades corretoras de câmbio: As sociedades corretoras de câmbio têm por objeto social exclusivo a intermediação em operações de câmbio e a prática de operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes. São constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, devendo constar na sua denominação social a expressão “Corretora de Câmbio”.

Sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários: Dentre seus objetivos estão: operar em bolsas de valores, subscrever emissões de títulos e valores mobiliários no mercado; comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros; encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários; exercer funções de agente fiduciário; instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento; emitir certificados de depósito de ações e cédulas pignoratícias de debêntures; intermediar operações de câmbio; praticar operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes; praticar operações de conta margem; realizar operações compromissadas; praticar operações de compra e venda de metais preciosos, no mercado físico, por conta própria e de terceiros; operar em bolsas de mercadorias e de futuros por conta própria e de terceiros. Podem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada.

Sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários: Algumas de suas atividades são: intermedeiam a oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; administram e custodiam as carteiras de títulos e valores mobiliários; instituem, organizam e administram fundos e clubes de investimento;

operam no mercado acionário, comprando, vendendo e distribuindo títulos e valores mobiliários, inclusive ouro financeiro, por conta de terceiros; fazem a intermediação com as bolsas de valores e de mercadorias; efetuam lançamentos públicos de ações; operam no mercado aberto e intermedeiam operações de câmbio. Podem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, devendo constar na sua denominação social a expressão “Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários”.

2.2.3 Comissão de Valores Mobiliários

A Comissão de Valores Mobiliários é autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda e foi criada pela Lei 6.385 de 7 de dezembro de 1976, lei esta que foi alterada pelas Leis: 6.422/77; 9.457/97; 10.303/01 e 10.411/02. De acordo com a CVM (2009) “tem poderes para disciplinar, normatizar e fiscalizar a atuação dos diversos integrantes do mercado”.

[A CVM] É responsável por regulamentar, desenvolver, controlar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários do país. Para este fim, exerce as funções de: assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa e de balcão; proteger os titulares de valores mobiliários; evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação no mercado; assegurar o acesso do público a informações sobre valores mobiliários negociados e sobre as companhias que os tenham emitido; assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários; estimular a formação de poupança e sua aplicação em valores mobiliários; promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações e estimular as aplicações permanentes em ações do capital social das companhias abertas (BACEN, 2009).

A CVM foi criada com o objetivo de absorver toda a responsabilidade de regulação, legislação e fiscalização do mercado de ações em especial das companhias de capital aberto. As principais matérias que devem ser disciplinadas pela CVM são:

Registro de companhias abertas; Registro de distribuições de valores mobiliários; Credenciamento de auditores independentes e administradores de carteiras de valores mobiliários; Organização, funcionamento e operações das bolsas de valores; Negociação e intermediação no mercado de valores

mobiliários; Administração de carteiras e a custódia de valores mobiliários; Suspensão ou cancelamento de registros, credenciamentos ou autorizações; Suspensão de emissão, distribuição ou negociação de determinado valor mobiliário ou decretar recesso de bolsa de valores (CVM, 2009).

O artigo 6º da Lei nº 6.385/76 explica como deve ser formada a administração da CVM: “será administrada por um Presidente e quatro Diretores, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado Federal, dentre pessoas de ilibada reputação e reconhecida competência em matéria de mercado de capitais.”

A CVM (2009) expõe seu organograma como na figura a seguir:

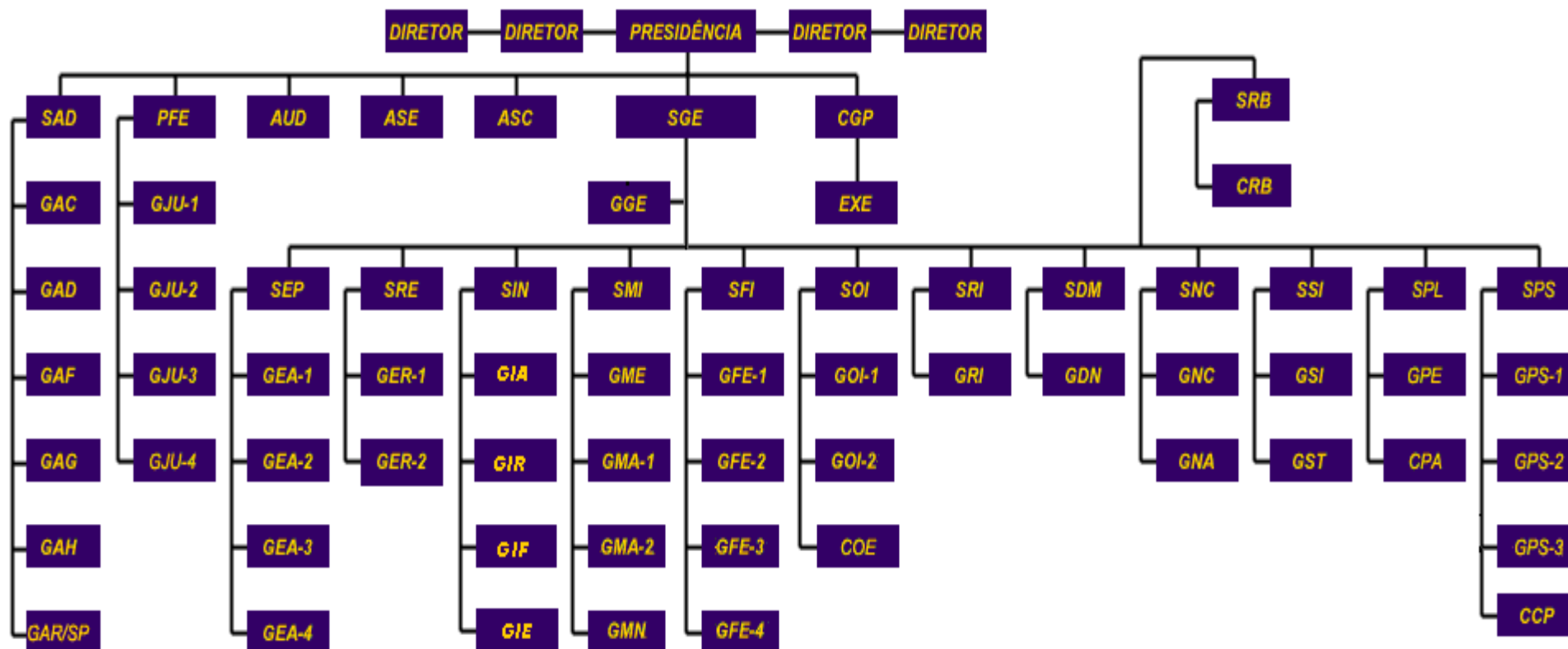


Figura 3: Organograma da CVM
Fonte: CVM, 2009

A legenda de cada componente do organograma acima, pode ser consultada, ao final deste trabalho no Anexo A.

A CVM é entidade supervisora do CMN, assim como o BACEN. Mas sob sua responsabilidade, ao invés das instituições financeiras, estão as bolsas de valores e as bolsas de mercadorias e futuros.

2.2.3.1 Bolsas de Valores

As bolsas de valores são instituições que estão inseridas no mercado de capitais.

O mercado de capitais é um sistema de distribuição de valores mobiliários, que tem o propósito de proporcionar liquidez aos títulos de emissão de empresas e viabilizar seu processo de capitalização. É constituído pelas bolsas de valores, sociedades corretoras e outras instituições autorizadas (BOVESPA, 2008. p. 7).

O mercado de capitais nada mais é que um conjunto de instituições responsáveis pela negociação dos títulos. A Lei que disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para seu funcionamento, e conseqüentemente disciplina as bolsas de valores é a Lei nº 4.728 de 14 de julho de 1965. O artigo 5º desta Lei menciona que o mercado de capitais é constituído:

I - das Bolsas de Valores e das sociedades corretoras que sejam seus membros; II - das instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais; III - das sociedades ou empresas que tenham por objeto a subscrição de títulos para revenda, ou sua distribuição no mercado, e que sejam autorizadas a funcionar nos termos do art. 11; IV - das sociedades ou empresas que tenham por objeto atividade de intermediação na distribuição de títulos ou valores mobiliários, e que estejam registradas nos termos do art. 12 (BRASIL, Lei nº 4.728/65, art. 5º).

A BOVESPA (2008, p. 14) explica que: “as bolsas de valores são locais que oferecem condições e sistemas necessários para a realização de negociação de compra e venda de títulos e valores mobiliários de forma transparente.” Ou seja, as bolsas de valores são os locais onde são negociados a compra e venda de títulos e valores

mobiliários e, principalmente, as ações das sociedades anônimas registradas na bolsa. São fiscalizadas e autorizadas a funcionar pela CVM.

Os investidores realizam suas negociações através das corretoras, que de acordo com a BM&F BOVESPA (2009): “são instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Executam operações de compra e venda de ações ou de derivativos na Bolsa, em nome de seus clientes”.

As bolsas de valores são instituições administradoras de mercados [...]. As bolsas de valores são também os centros de negociação de valores mobiliários, que utilizam sistemas eletrônicos de negociação para efetuar compras e vendas desses valores. No Brasil, atualmente, as bolsas são organizadas sob a forma de sociedade por ações (S/A), reguladas e fiscalizadas pela CVM. As bolsas têm ampla autonomia para exercer seus poderes de auto-regulamentação sobre as corretoras de valores que nela operam. Todas as corretoras são registradas no Banco Central do Brasil e na CVM (CVM, 2009).

As bolsas de valores propiciam muitas vantagens às empresas que estão negociando seus papéis e aos seus investidores, fomentando a economia. Algumas vantagens das bolsas de valores para a população e para o mercado financeiro como um todo são:

Além de seu papel básico de oferecer um mercado para a cotação dos títulos nelas registrados, orientar e fiscalizar os serviços prestados por seus intermediários, facilitar a divulgação constante de informações sobre as empresas e sobre os negócios financeiros, que se realizam sob seu controle, as bolsas de valores propiciam liquidez às aplicações de médio e longo prazos, por intermédio e um mercado contínuo, representado por seus pregões diários. É por meio das bolsas de valores que se pode viabilizar um importante objetivo de capitalismo moderno: o estímulo à poupança do grande público e ao investimento em empresas em expansão, que, diante deste apoio, poderão assegurar as condições para seu desenvolvimento (BOVESPA, 2008, p. 14).

As vantagens que as bolsas de valores propiciam à economia vão muito além do que realizar transferência de capital entre empresas e investidores. Através da colocação de ações no mercado, as empresas têm a possibilidade de levantar capital para seus negócios. Por outro lado, o investidor, ao invés de deixar seu investimento em uma conta bancária, mobiliza seus investimentos em prol da movimentação do mercado, da economia e da geração de novos negócios. Além destas vantagens geradas pelas bolsas de valores, a CVM (2009), também menciona que: “Ao dar a

oportunidade para uma grande variedade de pessoas adquirir ações de companhias abertas [...] o mercado de capitais ajuda a reduzir a desigualdade da distribuição da renda de um país.”

As bolsas de valores criam, também, oportunidades de investimento para pequenos investidores e colaboram no financiamento de projetos sociais através da emissão de títulos públicos dos governos federal, estadual e municipal, que são negociados nas bolsas de valores (CVM, 2009).

Atualmente no Brasil a principal Bolsa de Valores é a BM&F BOVESPA, que surgiu em maio de 2008 com a integração da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) à Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F).

De acordo com a CVM (2009), a BOVESPA foi fundada em 23 de agosto de 1890. Na época, as bolsas de valores funcionavam como “entidades oficiais corporativas, vinculadas às secretarias de finanças dos governos estaduais e compostas por corretores nomeados pelo poder público”. O mesmo site explica ainda o que aconteceu depois da instituição das reformas do sistema financeiro e do mercado de capitais (1965 e 1966):

As bolsas assumiram a característica institucional que mantêm até hoje, transformando-se em associações civis sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial. A antiga figura individual do corretor de fundos públicos foi substituída pela da sociedade corretora, empresa constituída sob a forma de sociedade por ações nominativas ou por cotas de responsabilidade limitada. [...] Em 28 de agosto de 2007, a BOVESPA deixou de ser uma instituição sem fins lucrativos e se tornou uma sociedade por ações: a BOVESPA Holding S/A. A BOVESPA Holding possui como subsidiárias integrais a Bolsa de Valores de São Paulo (BVSP) - responsável pelas operações dos mercados de bolsa e de balcão organizado - e a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), que presta serviços de liquidação, compensação e custódia (CVM, 2009).

Já a Bolsa de Mercadorias e Futuros foi criada em 1985 e em 1991 se fundiu com a Bolsa de Mercadorias de São Paulo que já existia desde 1917 com tradição em negociações de contratos agropecuários, particularmente café, boi gordo e algodão. Com a fusão, a BM&F logo conquistou excelente posição no mercado de *commodities*² de todo o mundo. Durante o ano de 2007 a BM&F iniciou seu processo

²

Commodities: Verificar significado no subtítulo 2.2.3.2

de desmutualização e a partir de 1º de outubro de 2007 tornou-se uma sociedade por ações com fins lucrativos (CVM, 2009).

De acordo com a BM&F BOVESPA (2009): “juntas, [Bovespa e BM&F] as companhias formam uma das maiores bolsas do mundo em valor de mercado, a segunda das Américas e a líder no continente latino-americano”.

É na BM&F BOVESPA que são negociadas as ações das 4 empresas alvo de nossa pesquisa, quais sejam: Itaú Unibanco Holding S/A, Banco do Brasil S/A, Banco Bradesco S/A e Banco Santander (Brasil) S/A.

2.2.3.2 Bolsas de Mercadorias e Futuros

As bolsas de mercadorias e futuros podem ser conceituadas da seguinte forma:

As bolsas de mercadorias e futuros são associações privadas civis, com objetivo de efetuar o registro, a compensação e a liquidação, física e financeira, das operações realizadas em pregão ou em sistema eletrônico. Para tanto, devem desenvolver, organizar e operacionalizar um mercado de derivativos livre e transparente, que proporcione aos agentes econômicos a oportunidade de efetuarem operações de *hedging* (proteção) ante flutuações de preço de *commodities* agropecuárias, índices, taxas de juro, moedas e metais, bem como de todo e qualquer instrumento ou variável macroeconômica cuja incerteza de preço no futuro possa influenciar negativamente suas atividades. Possuem autonomia financeira, patrimonial e administrativa e são fiscalizadas pela Comissão de Valores Mobiliários (BACEN, 2009).

Enquanto na Bolsa de Valores são negociados títulos e ações das empresas, as Bolsas de Mercadorias e Futuros negociam *commodities* e contratos futuros. *Commodities* é uma palavra inglesa que significa mercadorias. As *commodities* podem ser agrícolas (soja, suco de laranja congelado, trigo, borracha, café), minerais (minério de ferro, petróleo, ouro, prata), financeiras (moedas negociadas em vários mercados, títulos públicos de governos federais) ou ambientais (créditos de carbono).

As *commodities* são negociadas na bolsa de mercadorias e futuros em volumes vultosos porque as mercadorias são negociadas a nível internacional. Elder (2006, p. 15) explica o que são os mercados de futuros: “futuros são contratos para entrega de

uma quantidade específica de alguma *commodity* numa data específica. Os contratos futuros obrigam tanto o comprador como o vendedor.”

Trissotto (2007) utiliza a definição de mercados futuros dada por Luís Felipe Köppe, assessor de investimentos da *Intertrading*, empresa que presta assessoria em operações na BM&F: “O mercado futuro nada mais é que o reflexo do conjunto de expectativas que o mercado tem a respeito do preço de determinada mercadoria”.

Nas bolsas de mercadorias e futuros, as mercadorias são negociadas de forma antecipada, com data marcada para entrega e preço pré-estabelecido. Trissotto (2007) também se utiliza da explicação de Köppe sobre como funciona este mercado: “O agricultor acredita que no momento da colheita o preço da soja estará menor. Já a empresa que compra a mercadoria teme um aumento no valor da saca e prefere se precaver”.

Estas negociações típicas dos mercados futuros, onde se estabelecem preços no presente para uma negociação futura são chamadas de *hedge*. *Hedge* significa proteção, ou seja, proteção da oscilação futura de preço com relação à *commodity* em negociação (TRISOTTO, 2007). O mercado de futuros não abrange apenas as *commodities* agrícolas. Podem ser negociados no mercado futuro também ouro, dólar e títulos públicos.

2.3 FORMAS SOCIETÁRIAS OU FORMAS DE SOCIEDADE

As sociedades surgem através de um contrato que é celebrado entre duas ou mais pessoas, que concentram esforços e reúnem recursos para atingir fins comuns. O Novo Código Civil, a Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, intitula sociedade da seguinte maneira: “Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados”.

O Novo Código Civil divide as sociedades em dois grandes grupos e as classifica como: Não personificadas e Personificadas. A seguir, verifica-se como se subdividem estes dois grandes grupos de sociedades.

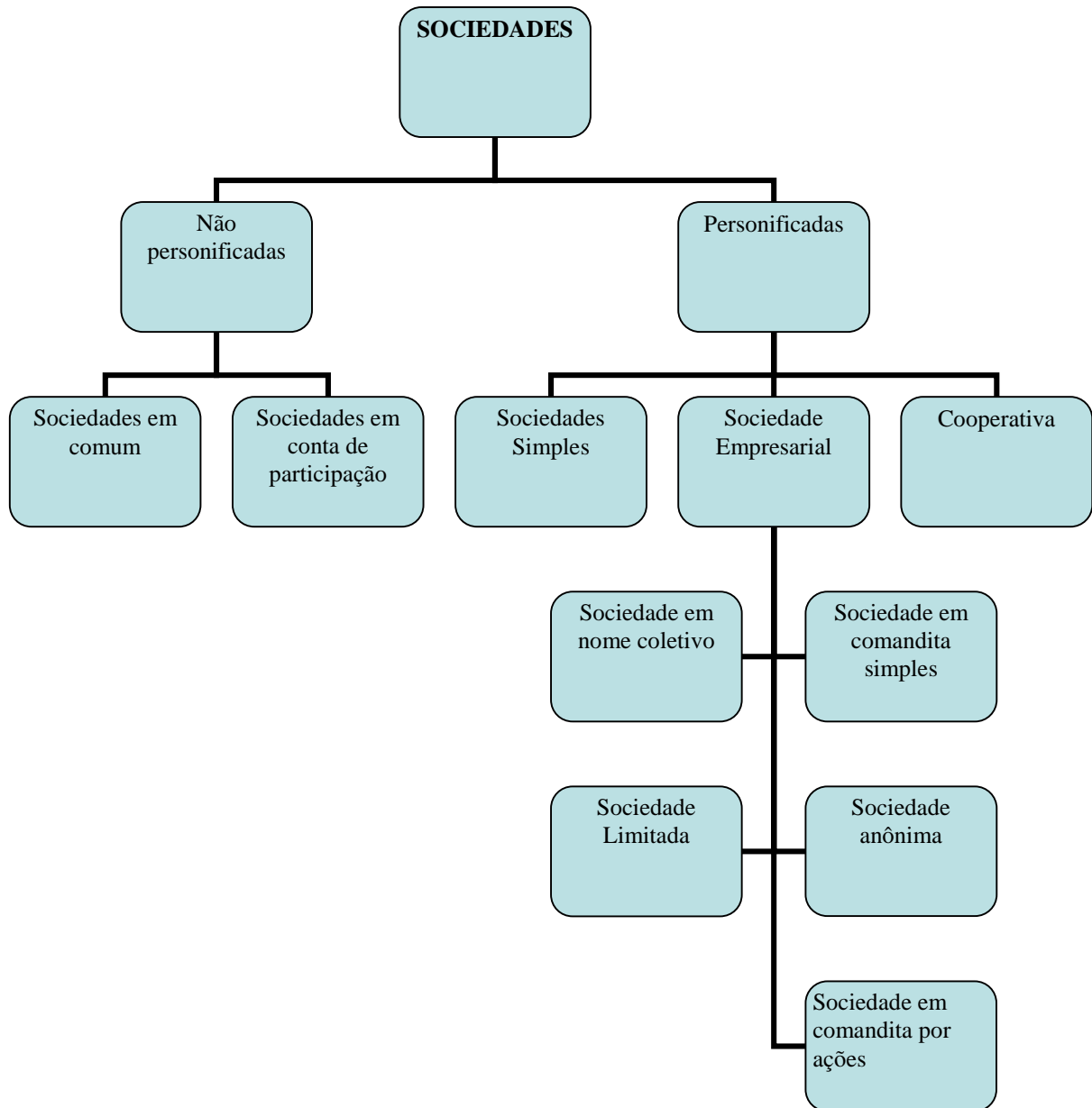


Figura 4: Organograma dos tipos de sociedades
 Fonte: Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002
 Elaborado pelo autor

De acordo com a Lei nº 5.710/71: “As instituições financeiras privadas, exceto as cooperativas de crédito, constituir-se-ão unicamente sob a forma de sociedade anônima, devendo a totalidade de seu capital com direito a voto ser representada por

ações nominativas.” Assim, as sociedades alvo de nossa pesquisa (bancos múltiplos) devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima. Por isso, a seguir, apresenta-se as principais características e a forma de constituição deste tipo específico de sociedade.

2.3.1 Sociedades Anônimas - SA

As sociedades anônimas são regidas pela Lei das Sociedades por Ações ou Lei das SAs, que é a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, lei esta que sofreu alterações pela Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007. Estas leis trazem detalhes de como devem ser constituídas as sociedades anônimas, características próprias, definem seu objetivo social, dispõe sobre sua denominação e sobre os tipos de ações que podem ser emitidos por ela.

As principais características das sociedades anônimas são: capital social dividido em ações, responsabilidade limitada aos sócios, objeto com fim lucrativo, o nome empresarial deverá ser uma denominação social e se dividirão em abertas e fechadas (JUNG, 2007).

O capital social das sociedades anônimas será dividido em partes iguais, cada parte desta denominada ação, conforme nos diz o artigo 1º da Lei das SAs: “A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações [...]”.

A continuação deste artigo diz: “[...] e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.” Ou seja, os sócios não respondem perante terceiros pelas obrigações assumidas pela sociedade. Sua responsabilidade se limita ao preço de aquisição das ações subscritas ou adquiridas.

O segundo artigo da Lei nº 6.404/76 dispõe sobre o objetivo social das sociedades anônimas: “Pode ser objeto da companhia qualquer empresa de fim lucrativo, não contrário à lei, à ordem pública e aos bons costumes.” As SAs poderão

ter qualquer tipo de atividade, desde que tenham fins lucrativos e que não seja contrário à lei, à ordem pública e aos bons costumes.

Essa é uma regra geral existente para a validade dos atos jurídicos, oriunda do artigo 6º do Código Civil francês e no direito brasileiro compreendida no objeto lícito [...]. É um limite dado pela lei geral para que o ato possa produzir efeitos capazes de ser amparados pelo direito (MARTINS, 1989, p. 25).

O artigo 3º da Lei nº 6.404/76 menciona outra característica das sociedades anônimas: “A sociedade será designada por denominação acompanhada das expressões ‘companhia’, ou ‘sociedade anônima’, expressas por extenso ou abreviadamente, mas vedada a utilização da primeira ao final.” O nome escolhido para a sociedade deverá conter no início ou final do nome a expressão “sociedade anônima” ou de forma abreviada. A expressão “companhia” poderá vir no início da denominação, nunca ao final. O parágrafo primeiro deste mesmo artigo também nos informa que a denominação pode trazer um nome próprio de um fundador ou de uma pessoa que se queira homenagear.

O artigo 4º da Lei nº 6.404/76 menciona mais uma característica, esta de grande importância para a presente pesquisa: “Para os efeitos desta Lei, a companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários”.

A principal diferenciação entre as companhias de capital aberto ou fechado é a forma de subscrição das suas ações. Se a companhia for de capital aberto terá suas ações subscritas de forma pública e as companhias de capital fechado terão suas ações subscritas de forma particular.

2.3.1.1 Sociedades Anônimas de Capital Aberto

As sociedades de capital aberto são as que abrem suas ações para a aquisição pelo público em geral. Por isso, diz-se que sua subscrição é pública. Para a proteção dos investidores, essas sociedades devem ser reguladas pela CVM e a subscrição das

ações somente poderão ser intermediadas por instituição financeira. É o que nos diz o artigo 82 da Lei nº 6.404/76: “A constituição de companhia por subscrição pública depende do prévio registro da emissão na Comissão de Valores Mobiliários, e a subscrição somente poderá ser efetuada com a intermediação de instituição financeira”.

Entende-se por subscrição pública aquela em que os fundadores da sociedade fazem um apelo ao público, para a subscrição do capital social, podendo, assim, qualquer pessoa participar da mesma, desde que cumpra os requisitos exigidos para tal subscrição (MARTINS, 1989, p. 503).

São essas ações de subscrição pública que são negociadas nas bolsas de valores. As bolsas de valores promovem a compra e venda de ações e outros valores mobiliários emitidos pelas companhias abertas. Além da bolsa de valores, é possível realizar outras operações do mercado de capitais no mercado de balcão, mas sempre por intermédio de uma instituição financeira.

As ações são a menor parte do capital social de uma companhia ou sociedade anônima. Elder (2006, p. 12) diz que ação “é um certificado de propriedade de uma empresa. Ao comprar ações de uma sociedade anônima que emitiu 100 milhões de ações você passa a ser dono de um milionésimo dessa organização”.

A BOVESPA (2008, p. 9) define ações como: “títulos de renda variável, emitidos por sociedades anônimas, que representam a menor fração do capital da empresa emitente”; classifica as ações em dois tipos (ordinárias e preferenciais) e duas formas (nominativas e escriturais):

Ordinárias: proporcionam participação nos resultados da empresa e conferem ao acionista o direito de voto em assembleias gerais. Preferenciais: Garantem ao acionista a prioridade no recebimento de dividendos (geralmente em percentual mais elevado do que o atribuído às ações ordinárias) e no reembolso de capital, no caso de dissolução da sociedade. Nominativas: cautelas ou certificados que apresentam o nome do acionista, cuja transferência é feita com a entrega da cautela e a averbação de termo, em livro próprio da sociedade emitente, identificando novo acionista. Escriturais: Ações que não são representadas por cautelas ou certificados, funcionando como uma conta corrente, no qual os valores são lançados a débito ou a crédito dos acionistas, não havendo movimentação física dos documentos (BOVESPA, 2008, p. 9).

Algumas empresas lançam no mercado apenas ações preferenciais, ou apenas ordinárias, mas de modo geral as empresas de capital aberto disponibilizam os dois tipos de ações aos investidores, para que, cada qual, faça o tipo de investimento que preferir. O mercado de ações funciona todos os dias úteis do mês e os preços das ações das empresas podem oscilar conforme o mercado. Os preços das ações são determinados da seguinte forma:

O preço das ações é determinado conforme o último negócio realizado. Se existir um pretense comprador de uma ação para determinado valor e um pretense vendedor querendo vender ao mesmo preço, o negócio será fechado. Assim, o mercado vai determinando o preço das ações a cada momento (HISSA, 2008. p. 39).

A BOVESPA (2008, p. 9) explica que: “As ações são conversíveis em dinheiro, a qualquer tempo, pela negociação em bolsas de valores ou no mercado de balcão”.

Quando há uma grande procura por ações de uma determinada companhia, a tendência é de alta no seu preço; já quando ocorre o movimento inverso, ou seja, muitos investidores vendendo ações de uma mesma empresa, o preço desta ação tende a cair. É a chamada lei da oferta e da procura.

2.3.1.2 Sociedades Anônimas de Capital Fechado

Conforme o artigo 4º da Lei nº 6.404/76: “Para os efeitos desta Lei, a companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.”

As sociedades de capital fechado não possuem ações negociáveis no mercado de valores mobiliários. A forma de subscrição de suas ações é particular, ou seja, não é oferecida ao público em geral. Os sócios da companhia escolhem seus acionistas, que podem ser pessoas da família ou outros companheiros de confiança.

O artigo 88 da Lei nº 6.404/76 ainda acrescenta: “A constituição da companhia por subscrição particular do capital pode fazer-se por deliberação dos subscritores em assembléia-geral ou por escritura pública, considerando-se fundadores todos os

subscritores”. Os parágrafos 1º e 2º deste mesmo artigo explicam os procedimentos para a constituição da companhia em cada uma dessas situações.

2.3.2 Outras formas societárias

Além das Sociedades Anônimas, a Lei nº 10.406/02 elenca outros tipos de sociedade, conforme descritas na Figura 8 (organograma dos tipos de sociedade) e as classifica em dois grandes grupos: as não personificadas e as personificadas.

As **sociedades não personificadas** são as que não têm personalidade jurídica por não possuírem registro em algum órgão competente. Fortes (2004) explica: “sociedade não personificada é aquela que, embora constituída mediante instrumento escrito, não formalizou o arquivamento ou registro dos seus atos constitutivos”. Dividem-se em: sociedades em comum e sociedades em conta de participação.

a) Sociedades em comum: são sociedades que exploram qualquer tipo de atividade econômica, mas que ainda não estão devidamente registradas.

b) Sociedades em conta de participação: este tipo de sociedade não possui registro por conta de interesse dos próprios sócios, que costumam firmar apenas um contrato de uso interno. Fortes (2004) explica que: “a conta de participação a bem da verdade não passa de um contrato de investimento comum, no qual duas ou mais pessoas se vinculam para a exploração de uma atividade econômica”. Neste tipo de sociedade a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, que é o empreendedor, dirige o negócio e é o responsável de forma ilimitada perante os atos negociais e relações daí decorrentes. Com relação ao registro destas sociedades, o artigo 993 da Lei nº 10.406/02 menciona que: “O contrato social produz efeito somente entre os sócios, e a eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro não confere personalidade jurídica à sociedade.”

O grupo das **sociedades personificadas** são legalmente constituídas e assim adquirem personalidade jurídica própria distinta de seus sócios. São classificadas em sociedades simples, cooperativas e sociedades empresariais que se subdividem em:

sociedade em nome coletivo, sociedade em comandita simples, sociedade limitada, sociedade em comandita por ações e as sociedades anônimas.

a) Sociedades Simples: As sociedades simples devem ser registradas no órgão competente e são aquelas de atividades econômicas não empresárias, geralmente constituídas pelos profissionais liberais do mesmo ramo, como dentista, médicos e engenheiros.

b) Cooperativas: são associações de pessoas com interesses comuns, economicamente organizadas, sem fins lucrativos, constituída para beneficiar seus próprios associados.

c) Sociedades Empresariais: exercem atividade econômica organizada, porém se diferenciam das sociedades simples porque realizam suas atividades através da empresa e não necessariamente com a administração direta de seus sócios, por isso não se confundem as figuras da empresa e de seus sócios.

c.1) Sociedades em nome coletivo: são sociedades onde os sócios são apenas pessoas físicas, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais. Menciona o artigo 1.042 da Lei nº 10.406/02: “A administração da sociedade compete exclusivamente aos sócios, sendo o uso da firma, nos limites do contrato, privativo dos que tenham os necessários poderes.”

c.2) Sociedades em comandita simples: são sociedades de responsabilidade mista, pois envolvem sócios de responsabilidade limitada e ilimitada. Neste tipo de sociedade figuram dois tipos de sócios: os comanditados e os comanditários. Os comanditários têm responsabilidade limitada às cotas integralizadas na sociedade e não têm influencia na administração da sociedade. Já os comanditados, têm responsabilidade ilimitada perante terceiros e colaboram não só com o capital subscrito, mas também, com trabalho na sociedade e sua administração.

c.3) Sociedades limitadas: são sociedades que desenvolvem atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social

c.4) Sociedades em comandita por ações: são sociedades que têm o capital dividido em ações, regendo-se pelas normas relativas à sociedade anônima. As a

diferença destas sociedades para as anônimas é que neste tipo de sociedade somente acionistas podem ser diretores ou gerentes, os quais são nomeados pelo próprio estatuto. Führer (2003, p. 53-54) destaca as diferenças existentes com relação à diretoria das comanditas por ações e as sociedades anônimas: “O diretor da comandita por ações tem muito mais poder do que o diretor da S/A, vez que não pode ser destituído facilmente, mas, em compensação, sua responsabilidade é infinitamente maior.”

2.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são relatórios de emissão obrigatória pelas sociedades e são essenciais para o entendimento da análise de índices financeiros que serão descritos no Capítulo 3.

A Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 foi sancionada para dispor sobre as sociedades por ações e teve alguns artigos modificados pela Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, entre eles o artigo 176 que determina que as sociedades, ao final de cada exercício social, elaborem as seguintes demonstrações contábeis:

I - balanço patrimonial; II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; III - demonstração do resultado do exercício; IV – demonstração dos fluxos de caixa; e [...] V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado [...] (BRASIL, Lei nº 11.638/07, art. 176).

As sociedades por ações no Brasil têm a obrigatoriedade de publicar suas demonstrações contábeis com ampla divulgação, sob a forma prevista nesta Lei e sob as condições da Resolução CFC nº 737/92, que aprovou a NBC T6 que informa de que maneira deve-se realizar a divulgação das demonstrações contábeis.

A NBC T6.1.1.2 determina, por exemplo, que “são meios de divulgação: a) a publicação das demonstrações contábeis na imprensa, oficial ou privada, em qualquer das suas modalidades.”

As demonstrações contábeis que também podem ser chamadas de relatórios contábeis nada mais são do que a exposição dos fatos ocorridos e registrados pela contabilidade, em determinado período (IUDÍCIBUS, 2008).

Além de ser uma obrigação expressa por lei, as demonstrações contábeis também são utilizadas na gestão das empresas. O Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina - CRC-SC (2004, p. 7) menciona que a “empresa [...] tem que manter sua escrituração contábil completa [...] para controlar o seu patrimônio e gerenciar adequadamente seus negócios.”

A contabilidade, atualmente, não é mais vista como uma área para cumprir exigências legais e formais. Os profissionais de contabilidade estão inseridos na administração das empresas, auxiliando nas tomadas de decisões em áreas diversas como consultoria tributária, planejamento de custos e controladoria.

O CRC-SC (2004, p. 9) explica a contribuição gerencial dada pela contabilidade: “O empresário que cuida de seu patrimônio, que planeja suas tomadas de decisões, o faz com base em dados concretos, confiáveis. E somente a Contabilidade oferece dados formais e científicos, que permitem atender essa necessidade.” A seguir, descreve-se os objetivos e o conteúdo de cada uma das demonstrações obrigatórias de publicação das sociedades por ações.

2.4.1 Balanço Patrimonial - BP

O Balanço Patrimonial é a demonstração que evidencia de forma qualitativa e quantitativa o patrimônio das empresas e sua situação financeira. Segundo Braga (2003, p. 78-79): “o objetivo do balanço patrimonial é demonstrar a situação do patrimônio da empresa, em determinada data – normalmente ao término de cada exercício social”.

Szuster *et al* (2009, p. 103) explicam que o objetivo do Balanço Patrimonial é “mostrar a posição financeira de determinada empresa em um momento específico e informar a capacidade de geração dos fluxos futuros de caixa.”

Assaf Neto (1998, p. 58) menciona a importância do Balanço Patrimonial: “pelas relevantes informações de tendências que podem ser extraídas de seus diversos grupos de contas, o balanço servirá como elemento de partida indispensável para o conhecimento da situação econômica e financeira de uma empresa.”

O balanço patrimonial se subdivide em três grandes grupos: ativo, passivo e patrimônio líquido. O ativo informa os bens e direitos da empresa e o passivo, suas obrigações. Podemos dizer que: $\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Patrimônio Líquido}$.

A diferença entre o ativo e o passivo é chamada de patrimônio líquido e representa o capital investido pelos proprietários da empresa, quer através de recursos trazidos de fora da empresa, quer gerados por esta em suas operações e retidos internamente (MATARAZZO, 1988, p. 49).

O ativo, passivo e patrimônio líquido são subdivididos em vários grupos. De acordo com a Lei nº 6.404/76 podemos visualizar estes três grandes grupos divididos nos seus principais sub-grupos conforme o quadro abaixo:

ATIVO	PASSIVO
1. Ativo Circulante	1. Passivo Circulante
2. Ativo Não Circulante	2. Passivo Não Circulante
<ul style="list-style-type: none"> • Ativo Realizável a Longo Prazo 	3. Patrimônio Líquido
<ul style="list-style-type: none"> • Investimentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Capital social
<ul style="list-style-type: none"> • Imobilizado 	<ul style="list-style-type: none"> • Reservas de capital
<ul style="list-style-type: none"> • Intangível 	<ul style="list-style-type: none"> • Ajustes de avaliação patrimonial
	<ul style="list-style-type: none"> • Reservas de lucros
	<ul style="list-style-type: none"> • Ações em tesouraria
	<ul style="list-style-type: none"> • Prejuízos acumulados

Quadro 3: Estrutura do Balanço Patrimonial

Fonte: Lei nº 11.941/09

Elaborado pelo autor.

O ativo mostra os bens e direitos da empresa, que representem benefícios presentes ou futuros. Listam, entre outros itens, as disponibilidades, como valores em caixa e em contas bancárias, direitos realizáveis como valores a receber de clientes, os estoques, equipamentos, bens móveis e imóveis e valores em aplicações.

Para ser considerado “ativo” qualquer item deve preencher a quatro requisitos de forma simultânea:

a) constituir bem ou direito para a empresa, b) ser de propriedade, posse ou controle de longo prazo da empresa, c) ser mensurável monetariamente, d) trazer benefícios presentes ou futuros (IUDÍCIBUS, 2008, p. 28).

Por isso, registramos no campo “ativo” itens como caixa (valores em caixa da empresa), bancos (valores em contas bancárias), clientes (valores a receber de clientes em cheques, notas promissórias ou duplicatas), equipamentos, terrenos, imóveis, veículos e etc.

Para Szuster *et al* (2009, p. 105), “as contas do ativo representam onde os recursos da empresa foram aplicados e são apresentados de acordo com sua ordem decrescente de liquidez [...]”. A liquidez é o nível de facilidade com que um ativo se transforma em moeda corrente ou dinheiro.

Os principais grupos e contas do ativo são o ativo circulante e o ativo não circulante. Este último composto de: ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

O ativo circulante deve conter os bens e direitos que estão em giro corrente. Devem abranger todos os bens que se realizarão até o final do próximo exercício. Szuster *et al* (2009, p. 110) esclarecem o período que abrange o ativo circulante: “as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte, ou seja, no período de 12 meses após o encerramento do Balanço.”

Esse grupo [ativo circulante] contempla os investimentos circulantes, ou seja, as aplicações em disponibilidades financeiras (caixa, bancos, aplicações em títulos vinculados ao mercado aberto, de liquidez imediata), bem como os direitos de crédito sobre clientes e outros devedores por operações realizadas a prazo (contas a receber, duplicatas a receber, clientes), os estoques (mercadorias, matérias primas, produtos em elaboração, produtos acabados) e outros bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte (BRAGA, 2003, p.79).

No grupo do ativo não circulante serão incluídos bens de permanência duradoura, assim como os direitos exercidos com essa finalidade. A Lei nº 6.404/76

menciona a subdivisão do ativo não circulante em: “ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.”

No ativo realizável a longo prazo devem ser registrados os direitos que se realizarão após o término do exercício seguinte. Com relação a este grupo de contas, Assaf Neto (1998, p. 64) explica que “nesse grupo devem ser relacionados todos os direitos da empresa, cujas contas possuam natureza idêntica das do ativo circulante, realizáveis (recebíveis) após o término do exercício seguinte ao encerramento do balanço.”

Para que se registre um ativo no grupo realizável a longo prazo, a Lei nº 6.404/76 em seu artigo 179 § 2º estabelece que deve-se levar em consideração não só o prazo de recebimento, mas também a pessoa do devedor.

Com relação à pessoa do devedor, são classificáveis nesse grupo os direitos derivados de adiantamento, empréstimos e vendas a administradores, sociedades coligadas e controladas e outras pessoas vinculadas, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto social da empresa. Portanto, as operações realizadas com as mesmas pessoas, mas dentro do objeto social da empresa, serão classificadas normalmente, em função dos prazos de realização – ativo circulante ou ativo realizável a longo prazo (BRAGA, 2003, p. 80).

Para que se registre um ativo no grupo realizável a longo prazo, o direito deve realizar-se após o término do exercício seguinte ou ser proveniente de negócios fora do objeto social da empresa, onde o devedor figure como sociedade coligada ou controlada, diretor, acionista ou participante no lucro da companhia.

A Lei nº 6.404/76 no seu artigo 179 § 3º explica quais bens registrar no grupo investimentos: “as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa.”

Szuster *et al* (2009, p. 111) explicam e exemplificam quais são os ativos classificáveis no grupo investimentos: “participações permanentes no capital social de outras sociedades e outros direitos permanentes que não se destinem à manutenção das atividades da sociedade. Exemplo: investimentos em ações ou quotas, obras de arte, imóveis para aluguel.”

Os ativos classificáveis na conta imobilizado são:

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens (BRASIL, Lei nº 6.404/76, art. 179).

Os bens registrados no imobilizados são os bens corpóreos, isto é, materiais, indispensáveis para a manutenção das atividades da empresa. Szuster *et al* (2009, p. 111) exemplificam: “terrenos, edifícios, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, instalações, obras em andamento”.

A Lei nº 6.404/76, artigo 179 § 5º classifica os intangíveis: “os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido”. Braga (2003, p. 81) explica e exemplifica os componentes do ativo intangível: “são intangíveis os elementos que não possuem existência física, constituindo direitos de propriedade ou de exploração de marcas, patentes, jazidas, transportes, energia e outros serviços públicos”. Também podemos definir como intangível, por exemplo, os direitos autorais.

Segundo Plácido e Silva (apud PLATT NETO, 2008, p. 9), fundos de comércio “pode ser representado pelo ‘ponto’ em que o negócio está estabelecido, pela popularidade [...], ‘nome comercial’ [...], enfim, por todo e qualquer elemento de que disponha o comerciante para desenvolvimento e realização de seus negócios”.

Enquanto no ativo são registrados os bens e direitos da companhia, no passivo são registradas as obrigações com terceiros. De acordo com Braga (2003, p. 83) os componentes do passivo “são as obrigações assumidas pela empresa para a realização de suas operações [...] e obrigações assumidas por financiamentos obtidos.”

Segundo Iudícibus (2008, p. 29), “o passivo é uma obrigação exigível, isto é, no momento em que a dívida vencer, será exigida (reclamada) a liquidação da mesma.” A ordem de registro do passivo deve obedecer ao grau de exigibilidades (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 1995).

As obrigações que serão lançadas no passivo são as obrigações a pagar, como contas a pagar de fornecedores, empréstimos, financiamentos, impostos a pagar, salários de funcionários a pagar entre outros.

A Lei nº 6.404/76 classifica o passivo nos seguintes grupos: passivo circulante, passivo não circulante e o patrimônio líquido subdividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

A Lei nº 6.404/76 determina quais obrigações devem ser registradas no passivo circulante: “As obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo não circulante, serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte [...]”.

A inclusão de obrigações no passivo circulante dependerá exclusivamente dos prazos de exigibilidade, isto é, as dívidas vencíveis no curso do exercício social [...] serão registradas nesse grupo, bem como as parcelas de obrigações contraídas a longo prazo que tenham vencimento a curto prazo. Assim podemos observar que a classificação do passivo circulante deve manter consistência com os critérios adotados para a classificação do ativo circulante (BRAGA, 2003, p. 83).

No passivo circulante serão classificadas as obrigações que o administrador espera receber até o final do próximo exercício, que podem ser provenientes de: fornecedores, salários, impostos a pagar, dividendos a serem pagos aos acionistas e empréstimos bancários de curto prazo.

No passivo não circulante, as exigibilidades que serão lançadas serão as que não se enquadrem no período alcançado pelo passivo circulante. Abrangem as obrigações que vencerão após o término do exercício seguinte.

Assaf Neto (1998, p. 69) explica que: “no exigível a longo prazo [atual passivo não circulante] classificam-se todas as obrigações da empresa cujo vencimento ocorrerá após o término do exercício seguinte ao encerramento do balanço [...]”.

Assaf Neto (1998, p. 69) acrescenta ainda que: “quando as obrigações forem tornando-se de curto prazo, ou seja, vencíveis no exercício social seguinte, deverão ser transferidas para o passivo circulante.”

O patrimônio líquido informa os investimentos próprios da empresa e de seus acionistas, como o capital social, que é integralizado na criação da empresa e pode

sofrer aumento pelos sócios no decorrer de suas atividades. No patrimônio líquido serão lançados também os rendimentos (lucro) provenientes dos investimentos dos acionistas (IUDÍCIBUS, 2008).

Segundo Braga (2003, p. 84) os bens que integrarão o patrimônio líquido serão: “as contas representativas dos capitais próprios, que registram os recursos provenientes de sócios ou acionistas, bem como suas variações em decorrência dos resultados da gestão econômico-financeira da empresa.”

Assaf Neto (1998, p. 70) explica que o patrimônio líquido indica “o volume dos recursos próprios da empresa, pertencente a seus acionistas ou sócios.”

A Lei 6.404/76 menciona a subdivisão do patrimônio líquido nas seguintes principais contas: “capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados”.

O capital social é o investimento inicial na empresa pelos fundadores. Inclui-se no capital social:

Os valores investidos pelos acionistas ou sócios da sociedade (integralização de capital), ou aqueles gerados pela própria empresa (lucros) que não foram distribuídos, por deliberação de seus proprietários, sob forma de dividendos (ASSAF NETO, 1998, p. 85).

A Lei nº 6.404/76 no artigo 182 explica a classificação do capital social: “A conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.” Braga (2003, p. 85) explica como pode ser classificado o capital social: “capital autorizado, capital subscrito, capital realizado e capital a realizar”.

Capital autorizado é o valor máximo que a empresa poderá integralizar de capital social, valor este previsto nos estatutos da empresa. O capital subscrito é o valor que a empresa emitiu de capital social que os sócios ainda irão integralizar. É o capital social efetivo da empresa. Capital realizado é o valor efetivamente integralizado pelos sócios e o capital a realizar é o valor que ainda falta integralizar de capital social, ou seja, o capital subscrito deduzido do capital realizado (BRAGA, 2003).

Reservas de capital são os resultados obtidos pela empresa em operações não decorrentes de sua operação normal (BRAGA, 2003). De acordo com as Leis nº

6.404/76 e 11.638/07 podem ser decorrentes de: a) ágio na emissão de ações e b) alienação de partes beneficiárias.

O ágio na emissão de ações é, segundo Assaf Neto (1998, p. 71), “o valor excedente da venda de ações em relação a seu valor nominal.”

A alienação de partes beneficiárias é a reserva formada pela alienação a terceiros de partes beneficiárias. São títulos negociáveis, que não possuem valor nominal e dão direito a participação nos lucros de até 10% ao ano (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 1995).

Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo (BRASIL, Lei nº 11.941/09).

Os ajustes de Avaliação Patrimonial são os acréscimos ou decréscimos de valor atribuído aos itens registrados no ativo ou no passivo, resultantes de uma reavaliação perante o mercado.

Serão classificadas como ajuste de avaliação patrimonial (uma espécie de realização positiva ou negativa, que se aplica tanto a elementos do ativo quanto do passivo), enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo (PLATT NETO, 2008, p. 11).

A conta reserva de lucros é constituída das seguintes reservas, de acordo com a Lei nº 6.404/76: legal, estatutária, para contingências, de incentivos fiscais, retenção de lucros e de lucros a realizar.

A Lei nº 6.404/76 determina o limite para saldo da conta reservas de lucros e explica os procedimentos para a destinação destes valores caso excedam este limite:

O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembléia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos (BRASIL, Lei nº 11.638/07, art. 199)

A **reserva legal** se constitui em uma destinação obrigatória pela Lei nº 6.404/76 de 5% do lucro líquido do exercício (máximo 20% do capital social) e feita antes de

qualquer outra destinação. A **reserva estatutária** é a reserva criada pela empresa para fins de interesse da própria companhia. Deverão ser estabelecidas as finalidades, a forma de destinação e os limites máximos da reserva. A **reserva para contingências** pode ser constituída destinando parte do lucro com a finalidade de compensar uma perda futura cujo valor possa ser estimado, como por exemplo, os fenômenos sazonais (BRAGA, 2003).

A Lei nº 6.404/76 no artigo 195 faculta a companhia a criar a **reserva de incentivos fiscais** onde poderão ser destinados os valores decorrentes de doações ou subvenções governamentais.

A **reserva de lucros** também é chamada de reserva de lucros para expansão. Deve ser aprovada em assembléia e se constitui em retenção de parte do lucro líquido para atender a projetos de investimentos, antecipadamente orçados pela companhia (IUDÍCIBUS, MARTINS, GELBCKE, 1995).

A **reserva de lucros a realizar** se refere a lucros economicamente existentes, mas que ainda não foram realizados. Assaf Neto (1998, p. 73) explica: “representam lucros ainda não realizados (transformados em dinheiro) no exercício atual e cuja realização também não está prevista para o próximo.”

Ações em tesouraria são as ações que foram adquiridas pela própria companhia. Não é permitido que as empresas adquiram suas próprias ações exceto quando para: a) operações de resgate, reembolso ou amortização de ações; b) aquisição para permanência em tesouraria ou cancelamento desde que até o valor do saldo de lucros ou reservas (exceto a reserva legal) e sem diminuição do capital social ou recebimento dessas ações por doação e c) aquisição para diminuição do capital social (IUDÍCIBUS, MARTINS, GELBCKE, 1995).

Szuster *et al* (2009, p. 114) mencionam que a conta ações em tesouraria é uma “conta devedora, redutora do PL [patrimônio líquido]”. À medida que as ações forem alienadas, gerarão resultados (positivos ou negativos), que não devem ser contabilizados nas contas de resultado da empresa e sim na conta ações em tesouraria.

A Lei nº 6.404/76 prevê o acúmulo de saldo apenas na conta prejuízos acumulados, obrigando que se realizem as devidas destinação (às reservas e aos sócios e acionistas) de saldos existentes na conta lucros acumulados do exercício. Na conta

prejuízos acumulados deve ser contabilizado o resultado de prejuízos dos resultados de cada exercício da empresa.

Com relação à esta previsão da Lei Szuster *et al* (2009, p. 114) explicam que: “observe que a conta Lucros Acumulados não deverá apresentar saldo ao final do exercício. Essa conta terá caráter transitório, reconhecendo o lucro líquido do período, as apropriações e reversões de reservas e a distribuição dos lucros.”

Como forma de coibir a retenção injustificada de lucros, os quais devem ser destinados à formação de reservas e à distribuição de dividendos de acordo com os fundamentos contidos nos artigos 193 a 203 da Lei nº 6.404/76, a nova legislação elimina do balanço a conta Lucros Acumulados (FERREIRA, 2008 apud PLATT NETO, 2008, p. 7-8).

Nota-se claramente o objetivo da Lei de evitar acúmulos desnecessários na conta lucros acumulados e acelerar as devidas destinações.

2.4.2 Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA

A DLPA tem como objetivo demonstrar as movimentações do lucro acumulado no período.

[A DLPA] fornece explicações sobre seu comportamento ao longo do exercício [...]. A demonstração do resultado evidencia a formação do lucro do exercício, e a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados evidencia as alterações verificadas nos lucros acumulados (LUNKES, 2004, p. 92).

O artigo 186 da Lei 6.404/76 em seus incisos I, II e III mostra o que a DLPA deve discriminar:

- O saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial;
- As reversões de reservas e o lucro líquido do exercício;
- As transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

A estrutura da DLPA apresenta-se da seguinte forma:

Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados - DLPA
Saldo inicial da conta “Lucros/Prejuízos Acumulados” (final do exercício anterior)
(+ /-) Ajustes de exercícios anteriores
(-) Dividendos extraordinários
(-) Valor dos lucros incorporados ao capital
(+) Reversões de reservas
(+ /-) Lucro/Prejuízo líquido do exercício
= Lucros/Prejuízos acumulados antes da proposta de destinação
(-) Proposta de destinação do lucro
Transferência para reservas
Reserva Legal
Reservas Estatutárias
Reservas para Contingências
Reservas de Lucros a Realizar
Outras Reservas de Lucros
Dividendos Propostos
= Saldo Final da conta “Lucros/Prejuízos Acumulados”

Quadro 4: Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA
Fonte: LUNKES (2004, p. 93)

Uma parte do lucro líquido da empresa é distribuída para os proprietários da companhia, mas outra grande parte destes lucros é reinvestida na empresa. As destinações realizadas pela companhia, seja como destinação aos proprietários, seja para reinvestimento na empresa, devem ser evidenciadas na DLPA (IUDÍCIBUS, 2008).

A DLPA pode ser substituída por outra demonstração, chamada DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, visto que todas as informações constantes na DLPA estão inseridas na DMPL.

2.4.3 Demonstração do Resultado do Exercício - DRE

Esta demonstração contábil mostra as receitas auferidas pela empresa e todos os custos e despesas incorridos para a obtenção destas receitas.

Segundo Braga (2003, p. 96): “A Demonstração do Resultado do Exercício deve apresentar o resumo das variações positivas (receitas e ganhos) e negativas (custos, despesas e perdas), ocorridas em determinado período de tempo”.

A demonstração do resultado do exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período (12 meses). É apresentada de forma dedutiva (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e, em seguida, indica-se o resultado (lucro ou prejuízo) (IUDÍCIBUS, 2008, p. 36).

A demonstração se inicia com a receita bruta que inclui tudo que foi auferido com vendas ou serviços prestados no período. Estão incluídas nesta conta todas as receitas auferidas, mesmo que ainda não realizadas.

A demonstração do resultado do exercício tem a seguinte estrutura:

Demonstração do Resultado do Exercício - DRE
Receita Bruta (vendas, prestação de serviços ou intermediação financeira)
(-) Deduções da Receita Bruta (Impostos sobre a receita – ISS, ICMS, PIS, COFINS; Descontos incondicionais e Devolução de Vendas)
= Receita Líquida
(-) Custos Operacionais da Receita (custo das mercadorias/produtos vendidos; custo serviços prestados)
= Lucro/Prejuízo (resultado) Bruto
(-) Despesas Operacionais (Vendas, Administrativas, Financeiras, Outras)
= Lucro/Prejuízo (resultado) Operacional Líquido
(+) Receitas não operacionais
(-) Despesas não operacionais
= Lucro antes Imposto de Renda
(-) Provisão para IR e Contribuição Social
(-) Destinação para participações estatutárias
= Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício

Quadro 5: Estrutura Demonstração do Resultado do Exercício

Fonte: SZUSTER *et al* (2009, p. 148)

Elaborado pelo autor

A DRE constitui-se em uma lista ou uma organização das receitas auferidas e das despesas incorridas pela empresa. Sua finalidade básica, segundo Braga (2003, p. 97) “é descrever a formação do resultado gerado no exercício, mediante especificação das receitas, custos e despesas por natureza dos elementos componentes, até o resultado líquido final – lucro ou prejuízo”.

A demonstração inicia-se com todas as receitas operacionais da empresa, sejam provenientes de vendas ou prestação de serviços.

Da **receita bruta** serão deduzidas as despesas relacionadas às vendas da empresa ou da sua prestação de serviços, quais sejam: impostos, descontos e custo das mercadorias vendidas ou custo dos serviços prestados, encontrando-se o resultado bruto ou **lucro bruto**. Do lucro bruto serão deduzidas as despesas operacionais que podem ser despesas com vendas (despesas comerciais, marketing, distribuição), despesas financeiras (juros sobre empréstimos) e despesas administrativas (gastos com a direção geral da empresa), encontrando-se o resultado operacional ou o **lucro/prejuízo operacional líquido**. Deste resultado deduz-se ou soma-se o resultado com operações não operacionais (receitas não operacionais menos as despesas não operacionais) encontrando-se o **Lucro antes do Imposto de Renda**. Após encontrarmos o Lucro antes do Imposto de Renda, faz-se a provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social e realizam-se as destinações. O resultado destas duas últimas operações é o lucro líquido do exercício.

Nesta pesquisa, para fins de análise das demonstrações contábeis serão utilizados, principalmente, os seguintes dados da DRE: Receita Operacional Líquida e Lucro Líquido do Exercício.

Salientamos que a **Receita Operacional Líquida** demonstra o valor de todas as receitas brutas com vendas e/ou prestação de serviços deduzidos os valores de devolução de vendas, abatimentos (descontos) ocorridos no período e os impostos sobre as vendas (IPI, ICMS, ISS, PIS, COFINS e etc.). E que o Resultado Líquido do Exercício ou **Lucro Líquido do Exercício** se constitui do valor das receitas deduzidas de todos os custos e despesas incorridas no período e também depois da provisão dos impostos e da distribuição de lucros aos acionistas e das devidas participações. Se refere a última linha do quadro 5.

2.4.4 Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC

Esta demonstração apresenta as movimentações do dinheiro em caixa da empresa, suas entradas e saídas, informando os recebimentos e pagamentos da empresa. Lunkes (2004, p. 97) explica que “as demonstrações do fluxo de caixa classifica os recebimentos e pagamentos monetários em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.”

A Lei que determina a elaboração da DFC é a Lei nº 6.404/76. O artigo 188 desta Lei menciona que a DFC deve indicar, no mínimo:

As alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos: a) das operações; b) dos financiamentos; e c) dos investimentos (BRASIL, Lei nº 6.404/76).

As atividades operacionais são aquelas inerentes ao objeto social da empresa. As atividades de investimentos são as que envolvem ativos financeiros ou participações em outras empresas e as atividades de financiamentos se tratam da captação de recursos através de aquisição de empréstimos e emissão de debêntures (BRAGA, 2003; LUNKES, 2004).

[As atividades operacionais] consistem no reconhecimento dos ingressos e desembolsos atrelados exclusivamente às atividades principais do empreendimento, tais como recebimentos de vendas à vista, ou a prazo, decorrentes do recebimento de duplicatas, contrapondo-se aos desembolsos com a compra de mercadorias para revenda, de matérias-primas, mão-de-obra, despesas com vendas, administrativas e outras. [...] As atividades de investimento incluem entradas de caixa pela venda de imóveis, veículos, equipamentos [...]. [Atividades de Financiamento] reúne todos os ingressos e desembolsos oriundos dos recursos de terceiros de curto e longo prazo (financiamentos, empréstimos bancários) e dos recursos dos proprietários (acionistas ou cotistas) (SZUSTER *et al*, 2009, p. 163-164)

O Fluxo de Caixa pode apresentar-se de duas formas: pelo método direto e pelo método indireto. Os quadros a seguir são exemplos destes métodos e são formados com exemplos de valores para facilitar a percepção de que o resultado obtido é o mesmo, o que se altera é a forma de se chegar a este resultado final.

Método Direto	Em mil \$
Dinheiro Recebido de clientes	10.000
Pagamentos a fornecedores	(6.000)
Pagamentos a empregados	(1.500)
Outros Pagamentos	(500)
Entrada líquida de caixa	\$ 2.000

Quadro 6: DFC – Método Direto
Fonte: BRAGA (2003, p. 119)

Braga (2003, p. 119) explica que: “O método direto demonstra o fluxo de caixa das atividades operacionais em termos de fluxo de caixa bruto, não distinguindo entre o lucro do período corrente e as mudanças do capital de giro.”

Cada lançamento corresponde a um acontecimento – entrada ou saída de recursos e ao final se fecha o total de acordo com o somatório destas entradas e saídas de valores do caixa.

Segundo Szuster *et al* (2009, p. 161) “o método direto é muito semelhante ao controle que as pessoas físicas fazem no canhoto de seu talão de cheques, onde, para cada entrada e saída de dinheiro, anotamos a data, sua causa e respectivo valor”.

Método Indireto	Em mil \$
Lucro Operacional	1.600
Depreciação	300
Aumento nos estoques	(150)
Aumento de créditos contra terceiros	(100)
Aumento de dívida com terceiros	350
Entrada líquida de caixa	\$ 2.000

Quadro 7: DFC – Método Indireto
Fonte: BRAGA (2003, p. 119)

Segundo Braga (2003, p. 119): “O método indireto deriva do fluxo de caixa das atividades operacionais, tomando-se o lucro operacional mais a depreciação e as mudanças nos itens de capital de giro.” No método indireto o fluxo de caixa é formado a partir do resultado (lucro ou prejuízo) e a partir daí acrescidos ou diminuídos valores que não afetaram o resultado.

Szuster *et al* (2009, p. 387) explicam que “o método indireto deve indicar, a partir do lucro líquido a variação do caixa. Em decorrência, a parcela que ainda não foi recebida é deduzida do valor do lucro”.

2.4.5 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A DVA demonstra a riqueza gerada pela empresa e como foi realizada a distribuição desta riqueza. Essa riqueza é calculada a partir da diferença entre o valor de sua produção e dos bens e serviços produzidos por terceiros durante o processo de produção da empresa.

Braga (2003, p. 126) nos informa que: “A riqueza gerada por qualquer empresa é o valor de suas vendas menos o custo de todos os bens e serviços por ela adquiridos (que é a riqueza gerada por outras empresas), empregados na produção de seus bens e serviços.”

A DVA deve ser estruturada da seguinte forma:

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
Receita Bruta (vendas e prestação de serviços)
(-) Insumos adquiridos de terceiros
(-) Serviços contratados de terceiros
(=) Valor Adicionado Bruto
(-) Despesa de Depreciação, Amortização e Exaustão
(=) Valor Adicionado Líquido
(+) Receitas Financeiras
(=) Valor Adicionado a Distribuir
Distribuição do Valor Adicionado:
• Empregados;
• Governo;
• Investidores e Financiadores
• Acionistas.

Quadro 8: Demonstração do Valor Adicionado - DVA
 Fonte: SZUSTER *et al* (2009, p. 398)
 Elaborado pelo autor

A DVA parte do conceito de Produto Interno Bruto utilizado pelos economistas.

Enquanto o PIB retrata a riqueza gerada por um país, durante determinado período, isto é, que o país produz menos o que ele compra pronto de outros países, a DVA retrata a riqueza gerada por uma entidade, durante determinado período, ou seja, o que ela gera de receitas menos o que ela compra pronto de outras empresas (SZUSTER *et al*, 2009, p. 398).

A DVA pode ser considerada como meio de avaliação de desempenho da própria empresa na geração de riqueza, comparando-se o valor das saídas e o valor das entradas.

3 ANÁLISE DE INVESTIMENTOS

Neste capítulo apresenta-se, inicialmente, a técnica de Análise das Demonstrações Contábeis e destaca-se a técnica de quocientes (índices financeiros) para verificação de retorno sobre investimentos. Em seguida, apresenta-se a metodologia utilizada pelo BACEN para a classificação dos 50 maiores bancos do Brasil.

A seguir, inicia-se a análise de retorno sobre investimentos acerca dos 4 maiores bancos de 2008 (Itaú Unibanco Holding S/A, Banco do Brasil S/A, Banco Bradesco S/A e Banco Santander Brasil S/A), que será realizada de duas formas: análise das demonstrações contábeis referente ao ano de 2008 através de quocientes (índices financeiros) e verificação da oscilação do valor das ações de cada uma das empresas na bolsa de valores ao longo do ano 2008.

Os quocientes escolhidos para a realização da análise das demonstrações contábeis foram: Margem Líquida (ML), Rentabilidade do Ativo (RA) e Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL).

Com relação à cotação das ações, utilizaram-se os valores tanto das ações ordinárias quanto das preferenciais negociadas na bolsa de valores BM&F BOVESPA no decorrer do ano de 2008.

3.1 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A técnica de análise das demonstrações contábeis (ou análise de balanço) é tão antiga quanto à existência das próprias demonstrações. Surgiu com a preocupação de se extrair informações das demonstrações apresentadas pelas empresas.

A análise de balanço ou análise financeira consiste em um processo meditativo sobre os números de uma entidade, para a avaliação de sua situação econômica, financeira e operacional e de rentabilidade. Da avaliação obtida pelos números publicados, o

analista financeiro extrairá elementos e fará julgamentos sobre o futuro da entidade (PADOVEZE, 2007, p. 133).

Ainda de acordo com Padoveze (2007, p. 133), “os principais eventos econômicos da empresa representam as principais atividades operacionais da empresa” e devem refletir em lançamentos contábeis. É através da técnica de análise das demonstrações contábeis que o analista poderá identificar a situação atual da empresa.

A análise das demonstrações contábeis é de grande interesse para os investidores, pois através desta análise é possível extrair informações com relação aos resultados da empresa e conseqüente retorno gerado aos seus investidores.

O relacionamento entre os vários itens do balanço e das demais peças contábeis publicadas também é de grande interesse para os investidores, de maneira geral. Numa economia de mercado bastante desenvolvida, uma razoável parcela dos motivos que levam o investidor a adquirir ações da empresa A e/ou B reside nos resultados da análise realizada com relação aos balanços das empresas (IUDÍCIBUS, 2008, p. 3).

A técnica de análise das demonstrações contábeis é importante não só para investidores, mas também credores, agências governamentais, funcionários e acionistas.

Iudícibus (2008, p. 5) conceitua análise de balanços como: “arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que tivermos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamentos, se for o caso.”

Pelo fato de as demonstrações contábeis se constituírem em uma reunião de dados complexos, a análise das demonstrações se faz necessária para decompor estes dados em informações úteis ao leitor de determinada demonstração.

Para que se obtenham interpretações confiáveis no processo de análise de balanços, alguns detalhes devem ser atentados. Os registros contábeis da empresa devem ser mantidos com cuidado extremo para que as informações lançadas sejam exatas e aconselha-se que os relatórios financeiros sejam auditados por um auditor independente, ou auditor interno (IUDÍCIBUS, 2008).

Matarazzo (1988, p. 24) menciona que se pode extrair as seguintes informações produzidas pela análise de balanços: “Situação financeira, situação econômica,

desempenho [...] causas das alterações na rentabilidade, evidência de erros da administração, providências que deveriam ser tomadas e não foram , [...]”.

A literatura sobre o assunto menciona diversas metodologias diferentes para a realização da análise das demonstrações contábeis. Braga (2003, p. 144) cita quatro principais métodos para análise de balanços: diferenças absolutas, percentagens horizontais, percentagens verticais e quocientes.

Cada tipo de análise está baseado no objetivo do analista. O método dos quocientes é amplamente utilizado nas análises de rentabilidade da empresa.

O método dos quocientes utiliza índices financeiros que relacionam duas ou mais variáveis das demonstrações contábeis, resultando em um índice, que deve ser interpretado como positivo ou negativo para aquela determinada análise. Explica-se a aplicação desta metodologia:

Necessita-se, pelo menos, de duas dessas quantidades [variáveis], aparecendo uma no numerador (dividendo) e outra no denominador (divisor) da razão. O método é denominado quocientes porque é o número que indica quantas vezes o ‘divisor’ está contido no ‘dividendo’, obedecendo, portanto, a todos os princípios da operação matemática ‘divisão’ (BRAGA, 2003, p. 147).

Os quocientes podem ser classificados em dois grandes grupos: quocientes estáticos que se referem aos extraídos do balanço patrimonial e refletem a situação da empresa em determinada data, como por exemplo: ativo imobilizado, patrimônio líquido e passivo circulante e os quocientes dinâmicos que tem suas variáveis retiradas da DRE ou dela e do balanço patrimonial e se relacionam com o resultado do período como, por exemplo: lucro operacional e receita de vendas ou custo operacional e receita operacional (BRAGA, 2003).

Iudícibus (2008) utiliza a técnica de quocientes e apresenta diversos índices financeiros. O autor expõe a possibilidade de se interpretar diversas informações das demonstrações da empresa utilizando tais índices, como por exemplo: grau de liquidez, grau de endividamento, rotatividade dos estoques, rentabilidade sobre o ativo e índices de retorno sobre investimentos. A seguir descreve-se os quocientes utilizados nesta pesquisa.

3.1.1 Margem Líquida

A Margem Líquida (ML) é um índice que relaciona o resultado econômico gerado (lucro ou prejuízo) e as receitas líquidas de vendas em determinado período. Mostra a eficiência da empresa de transformar receitas em lucros (ou prejuízos). Pode-se realizar uma comparação da margem líquida entre empresas do mesmo ramo e mesmo porte, para verificar se alguma destas empresas ficou fora da média do setor. (PLATT NETO, 2008).

No caso dos bancos o resultado operacional líquido será as receitas com intermediação financeira e prestação de serviços menos os custos com intermediação financeira e despesas operacionais.

O índice de margem líquida é calculado com a seguinte fórmula:

$$ML = LLE / ROL \times 100 \text{ onde,}$$

ML = Margem líquida

LLE = Lucro líquido do exercício (após provisão para IR e CSLL)

ROL = Resultado Operacional Líquido.

A leitura que pode-se realizar deste índice é: quanto a empresa obteve de retorno para cada R\$ 100,00 vendidos/auferidos, já descontados os custos e as despesas operacionais. Exemplo: em determinado período certa empresa teve R\$ 160.000,00 de resultado operacional líquido e R\$ 7.700,00 de lucro líquido.

$$ML = 7700 / 160000 \times 100 \longrightarrow ML = 4,8\%$$

Leitura: Nesta empresa, para cada R\$ 100,00 de resultado operacional líquido obteve R\$ 4,80 de lucro.

A interpretação deste dado é mais eficiente quando se compara o mesmo índice com outras empresas e assim, avaliar qual delas é mais eficiente na geração de lucros. Quanto maior este índice, mais eficiente a empresa se mostra em gerar lucros e reduzir despesas, visto que é utilizada a receita líquida, ou seja, a receita bruta deduzida das despesas incorridas com a obtenção destas receitas. Também, quanto maior o índice, maior o retorno para os investidores.

3.1.2 Rentabilidade do Ativo

O índice Rentabilidade do Ativo (RA) relaciona os lucros (ou prejuízos) gerados no período com o ativo a disposição da empresa. Permite que se perceba a relação entre a qualidade dos investimentos em ativos da empresa com a sua geração de lucro ou prejuízo (MATARAZZO, 1988). O índice obtido pode ser comparado, por exemplo, com o índice anual de rendimento da poupança. Exemplo: a empresa obteve rentabilidade superior aos 6% anuais concedidos pela poupança (PLATT NETO, 2008).

Para Matarazzo (1988, p.125), este quociente representa “uma medida da capacidade da empresa em gerar lucro líquido e assim poder capitalizar-se. É ainda uma medida do desempenho comparativo da empresa ano a ano.”

O índice de Rentabilidade do Ativo é calculado com a seguinte fórmula:

$$\mathbf{RA = LLE / TA \times 100}$$
 onde,

RA = Rentabilidade do Ativo

LLE = Lucro líquido do exercício (após provisão para IR e CSLL)

TA = Total do Ativo

A leitura que pode-se realizar deste índice é: quanto a empresa obteve de lucro para cada R\$ 100,00 de ativos a disposição. Exemplo: em determinado período certa empresa teve R\$ 75.000,00 de ativos a disposição e obteve R\$ 7.700,00 de lucro líquido.

$$RA = 7700 / 75000 \times 100 \longrightarrow RA = 10,3\%$$

Leitura: Nesta empresa, para cada R\$ 100,00 de ativos a disposição, obteve R\$ 10,30 de retorno (lucro).

Comparando-se este índice com os mesmos índices de empresas do mesmo ramo, pode-se definir qual das empresas está investindo melhor em seus ativos, de forma que estes proporcionem melhores retornos. Da mesma forma, quanto maior o índice, melhor para a empresa, pois indica maiores retornos sobre o mesmo valor investido.

3.1.3 Rentabilidade do Patrimônio Líquido

A Rentabilidade do Patrimônio Líquido relaciona os lucros ou prejuízos do ano com os recursos aplicados pertencentes aos sócios, que compõe o patrimônio líquido da empresa (PLATT NETO, 2008). O seu objetivo é apresentar a taxa de rendimento do capital próprio. Pode-se comparar este índice com os demais índices de rendimento fornecidos pelo mercado, como a poupança ou os investimentos de renda fixa. Espera-se que o índice encontrado nas empresas seja superior aos índices pagos no mercado em fundos de renda fixa, porque os investimentos em uma empresa possuem riscos, pois não se pode prever ou garantir sua rentabilidade, que pode ser inclusive negativa (MATARAZZO, 1988).

O índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido é calculado com a seguinte fórmula:

$$\mathbf{RPL = LLE / PL \times 100 \text{ onde,}}$$

RPL = Rentabilidade do Patrimônio líquido

LLE = Lucro líquido do exercício (após provisão para IR e CSLL)

PL = Patrimônio líquido

A leitura que pode-se realizar deste índice é: quanto a empresa obteve de lucro para cada R\$ 100,00 de capital próprio investido. Exemplo: em determinado período certa empresa teve R\$ 7.700,00 de lucro líquido e seu patrimônio líquido se encontrava no valor de R\$ 32.000,00

$$\mathbf{RPL = 7700 / 32000 \times 100 \longrightarrow RPL = 24,06\%}$$

Leitura: Nesta empresa, para cada R\$ 100,00 de capital próprio investido foi obtido R\$ 24,06 de lucro.

Quanto maior o índice for, melhor para a empresa, pois estará evidenciando maiores lucros sobre o capital próprio investido. Se o mesmo índice for comparado com o de outras empresas do mesmo ramo e mesmo porte, pode-se também inferir qual destas empresas está realizando mais investimentos e qual delas está conseguindo gerar maiores lucros sobre estes investimentos.

3.2 METODOLOGIA DO BACEN PARA CLASSIFICAÇÃO DOS 50 MAIORES BANCOS DO PAÍS

Trimestralmente, o Banco Central do Brasil, emite um relatório, informando quais são os 50 maiores bancos do país naquele período. O *ranking* é elaborado através das informações retiradas das últimas demonstrações contábeis disponíveis, levando em consideração o maior ativo das instituições, descontados os valores com intermediação financeira de títulos (posição financiada).

Uma primeira versão deste relatório é disponibilizada 60 dias após a publicação dos balancetes e outra definitiva, após 90 dias. O BACEN (2009) que as informações contábeis utilizadas são fornecidas pelas próprias instituições, sendo de inteira responsabilidade das mesmas e que podem “apresentar diferenças em relação aos dados divulgados na imprensa em atendimento à legislação societária pelas instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade anônima.”

A seguir, apresenta-se um quadro com algumas informações que são coletadas das instituições e divulgadas neste relatório que se intitula: 50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional.

Resumo							
Ranking	Instituições	Data balancete	Ativo total (-) intermediação	Ativo total	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Depósito total
1	ITAU	dez/08	560.342.330	631.326.674	44.795.700	3.683.646	222.637.246
2	BB	dez/08	443.646.697	507.348.206	29.937.553	4.811.294	271.121.700
3	BRADESCO	dez/08	357.593.164	397.343.348	34.666.580	3.533.530	166.655.842
4	SANTANDER	dez/08	333.138.011	344.681.912	49.238.218	781.597	124.619.433

Quadro 9: Resumo de dados dos 4 maiores bancos de 2008

Fonte: BACEN, 2009

Elaborado pelo autor.

Os relatórios são trimestrais, divulgados em março, junho, setembro e dezembro. Nos relatórios de março e setembro os dados contábeis referentes a receitas

e despesas correspondem aos saldos acumulados de janeiro a março e de julho a setembro, respectivamente. Os demonstrativos de resultado de junho e dezembro registram os valores acumulados de janeiro a junho e de julho a dezembro, respectivamente.

O lucro líquido é apresentado sem considerar o valor correspondente à despesa com pagamento de juros sobre o capital próprio (JSCP), em consonância com as normas contábeis aplicáveis para fins de publicação dos demonstrativos financeiros. Não são efetuados os ajustes relativos às receitas de juros sobre o capital próprio por conta de investimentos (BACEN, 2009).

Observando o Quadro 9, verifica-se que o primeiro colocado no *ranking* (Itaú) possui o maior valor de ativo (-) intermediação, no entanto, o segundo colocado (Banco do Brasil) possui menor quantidade de ativo (-) intermediação, mas possui o maior lucro líquido do período.

Estes dados corroboram a idéia de que nem sempre o maior banco em ativos é o que apresenta os maiores lucros, ou maiores retornos financeiros aos seus investidores.

3.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DE QUOCIENTES E ANÁLISE DA VARIAÇÃO DA COTAÇÃO DAS AÇÕES

A seguir, aplica-se a técnica de análise das demonstrações contábeis através de quocientes e verifica-se a variação da cotação das ações no período de 2008 entre os quatro maiores bancos de 2008. Em seguida, realiza-se análise geral para encontrar-se o melhor banco para investimento entre as quatro empresas analisadas.

Para realizar-se a análise das demonstrações contábeis, primeiramente os dados foram coletados das demonstrações contábeis disponíveis no site da BM&F BOVESPA (2009) referente ao exercício social de 2008 que se encontram nos anexos desta pesquisa e em seguida aplicam-se os quocientes margem líquida, rentabilidade do ativo e rentabilidade do patrimônio, para verificar o desempenho da empresa nestes pontos.

Salienta-se que as demonstrações publicadas pelas instituições referentes ao exercício 2008 não foram estruturadas de acordo com a Lei nº 6.404/76 que altera os grupos de contas do ativo, passivo e patrimônio líquido. A reclassificação das demonstrações não foi realizada, pois os grupos de contas utilizados nesta análise (por quocientes) não sofreriam alterações de valor.

Para analisar-se o desempenho da empresa na bolsa de valores e verificar a rentabilidade adquirida pelo investidor ao longo de 2008, foram coletados na BM&F BOVESPA os valores das ações ordinárias e preferenciais no primeiro dia útil do ano de negociações na bolsa (02/01/2008) e depois periodicamente, aproximadamente a cada três meses, de acordo com a disponibilidade de cada empresa até alcançar o último dia útil de negociações na bolsa de valores: 31/12/2008.

3.3.1 Análise de dados Itaú Unibanco Holding S/A

O Banco Itaú foi fundado em 23 de dezembro de 1937 por José Balbino Siqueira e Joaquim Mário Meirelles, sendo inaugurado em 7 de setembro de 1944. Itaú é o nome do distrito de Pratópolis em Minas Gerais local onde ocorreu a fundação do Banco (SIQUEIRA, 2007).

Atualmente, o banco conta com 3.752 agências e 103.768 funcionários, de acordo com informações fornecidas ao BACEN até junho deste ano.

Em 03 de novembro de 2008 o Itaú comprou o Unibanco, aquisição esta que lhe rendeu a primeira colocação no *ranking* dos maiores bancos do Brasil em 2008.

a) Análise das demonstrações contábeis através de quocientes: De acordo com o Relatório da Administração de 2008 do Itaú Unibanco Holding S/A, “as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2008 do Itaú Unibanco consideram as informações patrimoniais e de resultado do Unibanco a partir de 1º de outubro de 2008.”

Assim, as demonstrações contábeis do Itaú Unibanco Holding S/A consideram os dados de resultado das intermediações do antigo Unibanco a partir de 1º de outubro de 2008.

a.1) Coleta de dados do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício de 2008:

Total do Ativo	632.728.403
Patrimônio Líquido	43.664.036
Resultado Operacional Líquido	-692.122
Lucro Líquido do Exercício	7.803.483

Quadro 10: Dados contábeis Banco Itaú 2008 (em mil reais)
 Fonte: Balanço Patrimonial e DRE Itaú Unibanco Holding S/A 2008 (em anexo)
 Elaborado pelo autor

a.2) Cálculo dos quocientes:

$$ML = LLE / ROL \times 100 \longrightarrow ML = 7.803.483 / 0 \times 100$$

ML = 0%

$$RA = LLE / TA \times 100 \longrightarrow RA = 7.803.483 / 632.728.403 \times 100$$

RA = 1,23%

$$RPL = LLE / PL \times 100 \longrightarrow RPL = 7.803.483 / 43.664.036 \times 100$$

RPL = 17,87%

a.3) Interpretação dos dados: O cálculo da margem líquida neste caso foi considerado 0% pelo fato de o resultado operacional líquido desta empresa em 2008 ter resultado negativo. Não é possível relacionar o lucro líquido desta empresa com o resultado operacional líquido se este se apresentou negativo.

Como se pode observar na DRE 2008 deste banco, o lucro líquido no valor de R\$ 7.803.483.000,00 foi resultado principalmente de valores a compensar de Imposto de Renda e Contribuição Social. Se não houvesse esta compensação a realizar o resultado do banco seria negativo.

O retorno do ativo é de 1,23%, índice considerado baixo se comparado com o índice da poupança que concede retorno mínimo de 6% ao ano.

O retorno do patrimônio líquido, ou o retorno gerado pela aplicação dos sócios e acionistas foi 17,87%, índice considerado bom se comparado, por exemplo, com a taxa SELIC que remunera os títulos de dívida pública e em 2008 fechou em 11,82%.

No Banco Itaú, o melhor índice de rentabilidade foi o “Retorno do Patrimônio Líquido” que representa o lucro gerado através dos investimentos dos sócios e acionistas.

b) Cotação das ações na BM&F BOVESPA: O Itaú Unibanco Holding S/A negocia na BM&F BOVESPA ações ordinárias e preferenciais. Durante o ano de 2008, as ações do Itaú e do Unibanco ainda não estavam unificadas. Tal unificação ocorreu apenas em março deste ano, conforme noticiado em O Globo (2009): “Com a aprovação da fusão pelo Banco Central na quarta-feira, o Itaú Unibanco informou hoje que marcou para o dia 31 de março [2009] a unificação dos códigos de negociação das suas ações com as do Unibanco.”

b.1) Coleta de dados:

Ação / Data	02/01/08	31/03/08	30/06/08	30/09/08	30/12/2008
Ordinárias	28,78	25,78	26,50	27,70	18,99
Preferenciais	30,03	28,14	28,70	28,24	23,14

Quadro 11: Cotação do valor das ações Itaú ano 2008 (em R\$)

Fonte: BM&F BOVESPA

Elaborado pelo autor

b.2) Gráfico do comportamento das ações ao longo de 2008:

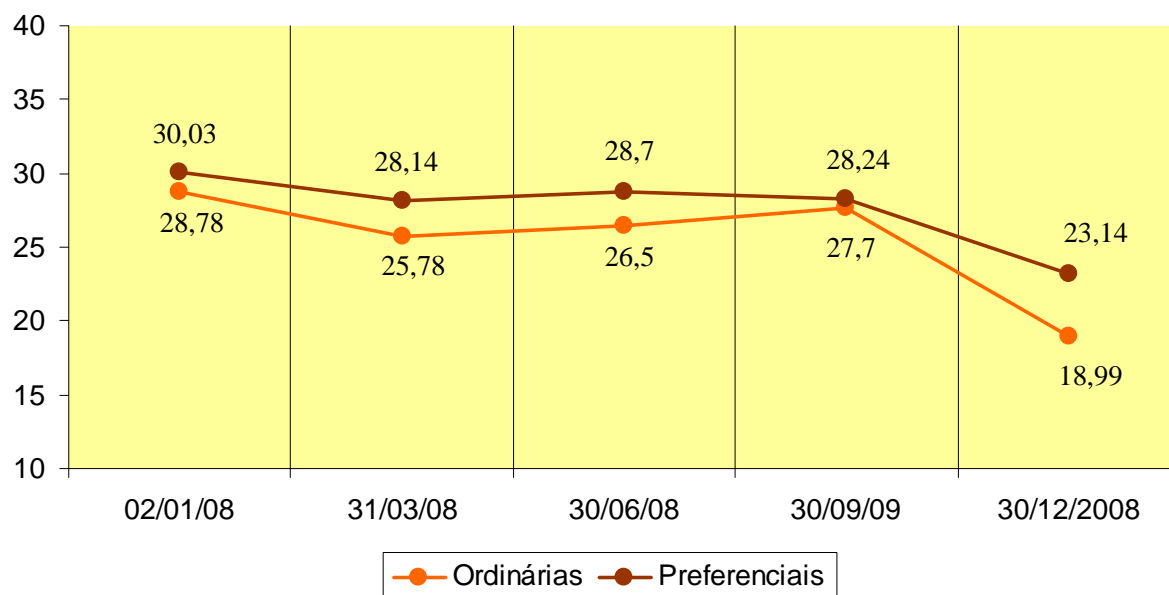


Gráfico 5: Comportamento das ações Itaú - 2008
 Fonte: BM&F BOVESPA
 Elaborado pelo autor

b.3) Interpretação do comportamento das ações:

Através do gráfico anterior, se percebe que as ações se mantiveram na média entre o período de janeiro a setembro e entre setembro e dezembro ocorreu queda no valor das ações.

No período de janeiro a setembro, entre as ações preferenciais, a queda foi de 5,96% e entre as ordinárias a queda foi de 3,75%.

No período de setembro a dezembro, a queda no valor das ações foi sensivelmente maior: entre as ações preferenciais a queda foi de 18,06% e entre as ações ordinárias a queda foi de 31,44%.

Se em 02/01/2008 um investidor tivesse adquirido ações preferenciais do Itaú Unibanco Holding S/A e permanecesse com estas ações até 30/12/2008, teria uma perda de 22,94% e se o investidor possuísse ações ordinárias, a perda seria de 34,02%.

3.3.2 Análise de dados – Banco do Brasil S/A

O Banco do Brasil foi o primeiro banco do país e de todo o império português. Fundado em 12 de outubro de 1808 após a mudança da corte portuguesa para o Brasil, o banco foi criado com o intuito de atuar como banco de desconto, de depósitos de emissão e de câmbio. Hoje, de acordo com o BACEN, baseadas nas informações de junho deste ano, o Banco do Brasil S/A conta com 4.986 agências e 120.929 funcionários.

Em 2008, o Banco do Brasil S/A incorporou o Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) em 01º de outubro e o Banco do Estado do Piauí (BEP) em 01º de dezembro. Em 19 de dezembro ocorreu a aquisição do controle acionário do Banco Nossa Caixa (BNC). Estas ações faziam parte da “estratégia de crescimento e expansão dos negócios” do Banco do Brasil S/A, conforme seu Relatório da Administração de 2008.

Em 11 de setembro de 2009 ocorreu a aprovação da aquisição do controle acionário do Banco Votorantim (BV) pelo Banco do Brasil S/A. Estas últimas aquisições devolveram, este ano, ao Banco do Brasil S/A o posto de maior Banco do país.

a) Análise das demonstrações contábeis através de quocientes: De acordo com as notas explicativas do Banco do Brasil de 2008, os valores expressos em suas demonstrações contábeis já incluem os valores dos bancos BESC e BEP desde as datas de suas incorporações, 01/10/08 e 01/12/08 respectivamente.

a.1) Coleta de dados do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício de 2008:

Total do Ativo	521.272.817
Patrimônio Líquido	29.937.250
Resultado Operacional Líquido	11.669.474
Lucro Líquido do Exercício	8.802.869

Quadro 12: Dados contábeis Banco do Brasil S/A 2008 (em mil reais)

Fonte: Balanço Patrimonial e DRE 2008 Banco do Brasil S/A

Elaborado pelo autor

a.2) Cálculo dos quocientes:

$$\text{ML} = \text{LLE} / \text{ROL} \times 100 \longrightarrow \text{ML} = 8.802.869 / 11.669.474 \times 100$$

ML = 75,43%

$$\text{RA} = \text{LLE} / \text{TA} \times 100 \longrightarrow \text{RA} = 8.802.869 / 521.272.817 \times 100$$

RA = 1,69%

$$\text{RPL} = \text{LLE} / \text{PL} \times 100 \longrightarrow \text{RPL} = 8.802.869 / 29.937.250 \times 100$$

RPL = 29,40%

a.3) Interpretação dos dados: Com relação ao resultado operacional líquido, o retorno foi de R\$ 75,43 para cada R\$ 100,00 de resultado (ou receita) operacional líquido, índice considerado elevado, pois a empresa consegue gerar um alto lucro sobre as receita, já sendo desconsideradas as despesas com intermediação financeira.

O retorno do ativo é de 1,69%, índice considerado baixo se comparado com o índice da poupança que concede retorno mínimo de 6% ao ano. O retorno do patrimônio líquido, ou o retorno gerado pela aplicação dos sócios e acionistas foi de 29,40%, índice considerado ótimo se comparado com a taxa SELIC que remunera os títulos de dívida pública e em 2008 fechou em 11,82%.

No Banco do Brasil S/A, o melhor índice de rentabilidade foi a “Margem Líquida” que relaciona o lucro com o resultado operacional líquido da empresa.

b) Cotação das ações na BM&F BOVESPA: O Banco do Brasil S/A negocia na BM&F BOVESPA apenas ações ordinárias. As ações do BESC e do BEP foram unificadas na data de suas incorporações, 01/10/2008 e 01/12/2008, respectivamente. No período de setembro a dezembro observa-se movimento de queda similar ao das ações do Itaú.

b.1) Coleta de dados:

Ação / Data	02/01/08	31/03/08	30/06/08	30/09/08	30/12/2008
Ordinárias	26,91	21,00	24,08	20,94	13,81

Quadro 13: Valor das ações Banco do Brasil 2008 (em R\$)

Fonte: BM&F BOVESPA.

Elaborado pelo autor

b.2) Gráfico do comportamento das ações ao longo de 2008:

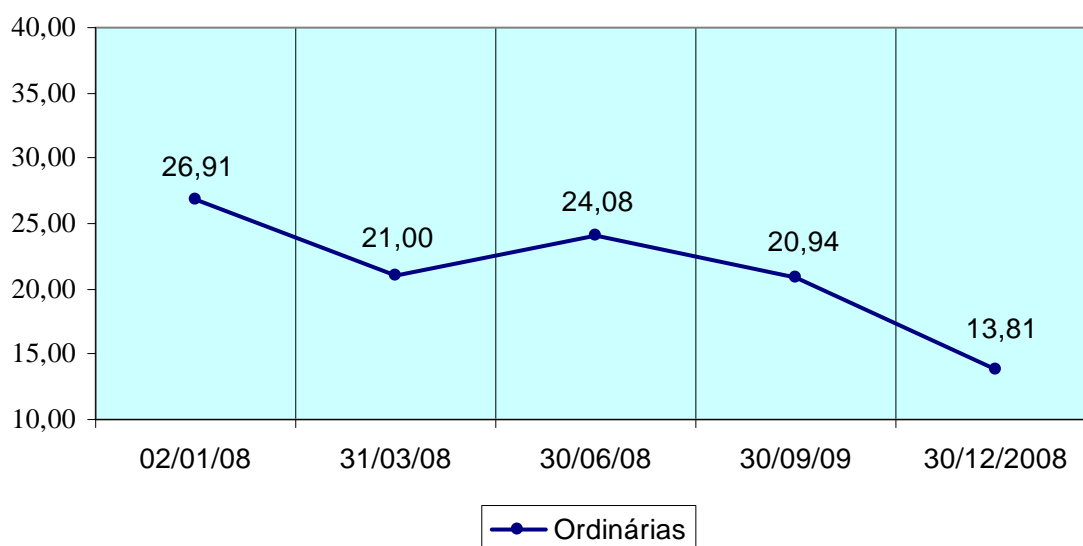


Gráfico 6: Comportamento das ações Banco do Brasil - 2008

Fonte: BM&F BOVESPA

Elaborado pelo autor

b.3) Interpretação do comportamento das ações:

Em geral, as ações do banco do Brasil se comportaram em queda em quase todo o ano de 2008. Apenas dos meses que compreendem o período de março a junho é que o movimento foi de valorização ou alta nas ações.

No período de setembro a dezembro a desvalorização das ações foi de 34,05%, desvalorização mais alta que as ações do Itaú, que entre as ações ordinárias teve desvalorização de 31,44% no mesmo período.

No caso do Banco do Brasil, a desvalorização das ações iniciou mais cedo, em julho. De 30/06/2008 a 30/12/2008 a desvalorização foi de 42,65%.

Se em 02/01/2008 um investidor tivesse adquirido ações ordinárias do Banco do Brasil S/A e permanecesse com estas ações até 30/12/2008, teria uma perda de 48,68%.

3.3.4 Análise de dados – Banco Bradesco S/A

O Bradesco foi fundado em 1943 no interior de São Paulo com o nome de Banco Brasileiro de Descontos com o objetivo inicial de atrair o pequeno comerciante, o funcionário público, pessoas de posses modestas e com apenas oito anos de vida, em 1951, o Bradesco torna-se o maior Banco privado do Brasil (BRADESCO, 2009a).

Durante muitos anos até o final de 2006, o Banco Bradesco sustentou o título de maior banco privado do país. Em 2007 foi ultrapassado pelo Itaú e permanece como segundo maior banco privado do país até os dias atuais. O Bradesco conta, atualmente, com 79.702 funcionários e 3.416 agências, de acordo com o relatório do BACEN de junho deste ano.

O Relatório da Administração do Bradesco de 2008 destaca os principais acontecimentos para a empresa no período e entre eles destacamos suas principais aquisições:

Em 21 de janeiro, o Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, por meio da Bradesco Seguros S.A., celebrou “Contrato de Cessão de Quotas” com a Marsh Corretora de Seguros Ltda., objetivando a aquisição do controle da Mediservice - Administradora de Planos de Saúde Ltda. Importante passo estratégico, que permitiu a expansão da base de clientes com ganhos de escala;

Em 6 de março, o Banco Bradesco BBI S.A. celebrou com os acionistas da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. "Instrumento Particular de Compromisso de Incorporação de Ações e Outras Avenças”, objetivando a aquisição da totalidade de seu capital. A Ágora Corretora é a maior corretora do País em transações de compra e venda de ações *on-line* para pessoas físicas (*home broker*), com cerca de 29 mil clientes ativos. A operação foi aprovada em 3 de setembro pelo Banco Central do Brasil (BRADESCO, 2009c).

Com as aquisições o Banco Bradesco S/A mostra que também busca consolidação no mercado bancário como seus concorrentes.

a) Análise das demonstrações contábeis através de quocientes: De acordo com as notas explicativas do Banco Bradesco S/A de 2008, as demonstrações contábeis do banco foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei no 6.404/76 e pela primeira vez foi adotada a Lei no

11.638/07 e Medida Provisória no 449/08, para a contabilização das operações. Ainda de acordo com as notas explicativas:

Foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários (Bradesco, 2009b).

Ao detalhar a forma da estruturação das demonstrações contábeis, o Banco Bradesco S/A mostra sua preocupação com a exatidão dos dados publicados e com a divulgação da real situação financeira da empresa.

a.1) Coleta de dados do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício de 2008:

Total do Ativo	454.413.043
Patrimônio Líquido	34.256.544
Resultado Operacional Líquido	7.788.840
Lucro Líquido do Exercício	7.620.238

Quadro 14: Dados contábeis Banco Bradesco S/A 2008 (em mil reais)

Fonte: Balanço Patrimonial e DRE 2008 Banco Bradesco S/A

Elaborado pelo autor.

a.2) Cálculo dos quocientes:

$$ML = LLE / ROL \times 100 \longrightarrow ML = 7.620.238 / 7.788.840 \times 100$$

$$ML = \mathbf{97,83\%}$$

$$RA = LLE / TA \times 100 \longrightarrow RA = 7.620.238 / 454.413.043 \times 100$$

$$RA = \mathbf{1,68\%}$$

$$RPL = LLE / PL \times 100 \longrightarrow RPL = 7.620.238 / 34.256.544 \times 100$$

$$RPL = \mathbf{22,24\%}$$

a.3) Interpretação dos dados: o índice margem líquida é o grande destaque neste banco. O retorno sobre o resultado operacional líquido foi de 97,83%, índice considerado alto se consideramos que para cada R\$ 100,00 de receita líquida o banco conseguiu gerar R\$ 97,83 de lucros. O índice foi bem superior ao do Banco do Brasil que teve o índice de margem líquida em 75,43%.

O retorno do ativo é de 1,68%, novamente um resultado considerado baixo se comparado com o índice da poupança que concede retorno mínimo de 6% ao ano. O resultado deste índice foi similar ao do Banco do Brasil que obteve resultado de 1,69%, ambos ligeiramente superiores ao mesmo índice do Itaú Unibanco Holding S/A que no mesmo período foi de 1,23%.

O retorno do patrimônio líquido, ou o retorno gerado pela aplicação dos sócios e acionistas foi de 22,24%, índice considerado ótimo se novamente comparado com a taxa SELIC que remunera os títulos de dívida pública e em 2008 fechou em 11,82%. Este índice se mostrou superior ao mesmo índice do Itaú Unibanco Holding S/A, que no mesmo período foi de 17,87%, no entanto abaixo do mesmo índice do Banco do Brasil que foi de 29,40%.

No Banco Bradesco S/A o destaque foi o índice margem líquida, onde o retorno foi de 97,83%. Este resultado demonstra a alta eficiência do banco em transformar receitas em lucros.

b) Cotação das ações na BM&F BOVESPA: O Banco Bradesco S/A negocia na BM&F BOVESPA tanto ações ordinárias como preferenciais. De acordo com seu site (www.bradesco.com.br), o Bradesco foi pioneiro no sistema de escrituração de ações e atende “a mais de 5,6 milhões de acionistas.”

b.1) Coleta de dados:

Ação / Data	02/01/08	31/03/08	30/06/08	30/09/08	30/12/2008
Ordinárias	31,21	27,83	28,8	26,46	19,66
Preferenciais	34,48	31,86	32,48	30,49	22,31

Quadro 15: Valor das ações Banco Bradesco S/A em 2008 (em R\$)

Fonte: BM&F BOVESPA

Elaborado pelo autor

b.2) Gráfico do comportamento das ações ao longo de 2008:

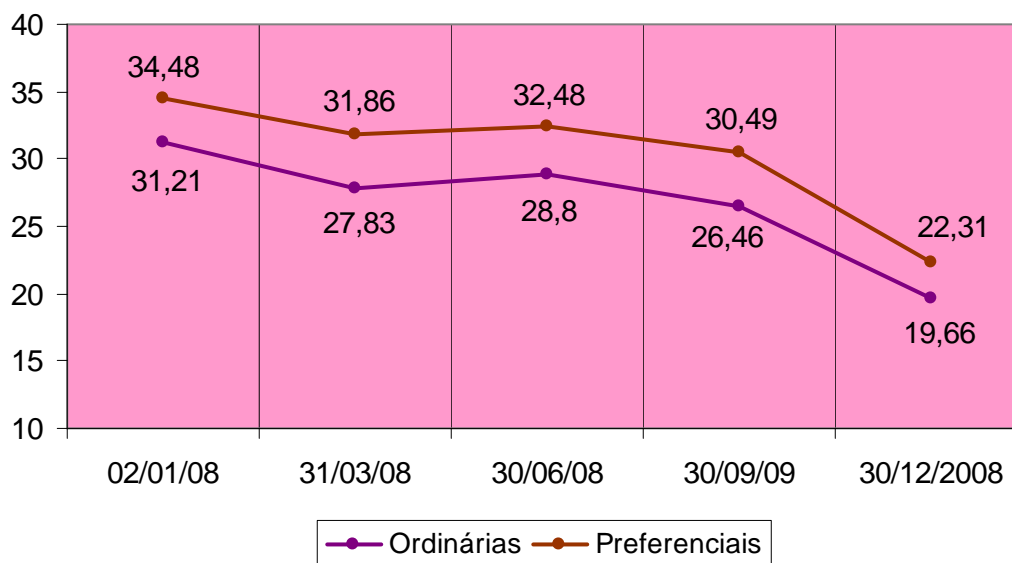


Gráfico 7: Comportamento das ações Bradesco - 2008

Fonte: BM&F BOVESPA

Elaborado pelo autor

b.3) Interpretação do comportamento das ações:

Através do gráfico anterior, se percebe claramente o movimento paralelo entre as ações ordinárias e preferenciais do Banco. A desvalorização das ações foi proporcional entre os dois tipos de ação.

As ações se mantiveram na média entre o período de janeiro a junho, mas no período de setembro e dezembro ocorreu brusca queda no valor das ações.

No período de junho a setembro, entre as ações preferenciais, a queda foi de 6,13% e entre as ordinárias a queda foi de 8,125%.

No período de setembro a dezembro, a queda no valor das ações foi sensivelmente maior: entre as ações preferenciais a queda foi de 26,83% e entre as ações ordinárias a queda foi de 25,70%.

Se em 02/01/2008 um investidor tivesse adquirido ações preferenciais do Banco Bradesco S/A e permanecesse com estas ações até 30/12/2008, teria uma perda de 35,30% e se o investidor possuísse ações ordinárias, a perda seria de 37,01%.

3.3.4 Análise de dados – Banco Santander Brasil S/A

O grupo Santander que é conhecido hoje é resultado da fusão do Banco Santander com o Banco Central Hispano que ocorreu em 1999. O Banco Santander foi fundado em 1857 na atual província de Cantabria antes conhecida como Santander e o Banco Central Hispano surgiu da fusão que ocorreu em 1991 entre o Banco Central e Hispanoamericano (SIQUEIRA, 2007).

No Brasil em 2007, o Banco Santander comprou o BANESPA por R\$ 7 bilhões, valor considerado muito elevado na época, pois no leilão o segundo a dar o lance, o Unibanco, ofereceu R\$ 2,1 bilhões e o terceiro, o Bradesco, ofereceu R\$ 1,8 bilhão (SIQUEIRA, 2007).

Em 29 de julho de 2008, foi aprovado o Protocolo de Incorporação das Ações onde o Banco Santander incorpora a totalidade das ações do ABN AMRO Real S.A. (Banco Real) e do ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par). O Banco Santander Brasil S/A que até então era o 7º maior banco do país, com esta operação passou para a 4ª posição no *ranking*, tornando-se o 3º maior banco privado do país.

De acordo com os relatórios do BACEN referentes a junho deste ano, o Banco Santander Brasil S/A conta, atualmente, com 50.290 funcionários e 2.298 agências.

a) Análise das Demonstrações Contábeis através de quocientes: O Relatório da Administração do Banco Santander Brasil S/A de 2008 menciona que:

As informações financeiras consolidadas do Santander, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, consideram as informações patrimoniais e de resultado do Banco Real a partir de 29 de agosto de 2008, ou seja, contemplam apenas o resultado apurado pelo Banco Real a partir do mês de setembro de 2008 (BANCO SANTANDER, 2009).

Apesar de o protocolo de incorporação de ações ser assinado em julho, os resultados do ABN AMRO Real S.A. (Banco Real) e do ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) são incorporados ao do Banco Santander Brasil S/A apenas a partir de setembro.

a.1) Coleta de dados do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício de 2008:

Total do Ativo	340.635.472
Patrimônio Líquido	48.756.557
Resultado Operacional Líquido	1.252.895
Lucro Líquido do Exercício	1.580.613

Quadro 16: Dados contábeis Banco Santander Brasil S/A 2008 (em mil reais)

Fonte: Balanço Patrimonial e DRE 2008 Banco Santander Brasil S/A.

Elaborado pelo autor

a.2) Cálculo dos quocientes:

$$ML = LLE / ROL \times 100 \longrightarrow ML = 1.580.613 / 1.252.895 \times 100$$

ML = 126,16%

$$RA = LLE / TA \times 100 \longrightarrow RA = 1.580.613 / 340.635.472 \times 100$$

RA = 0,5%

$$RPL = LLE / PL \times 100 \longrightarrow RPL = 1.580.613 / 48.756.557 \times 100$$

RPL = 3,24%

a.3) Interpretação dos dados: o índice margem líquida é o grande destaque neste banco e entre os quatro bancos analisados. O retorno sobre o resultado operacional líquido foi de 126,16%, que significa que o banco conseguiu gerar R\$ 126,16 de lucro para cada R\$ 100,00 de resultado operacional líquido, ou seja, a empresa conseguiu gerar um valor maior de lucro do que foi obtido de resultado.

O menor índice desta empresa e entre os quatro bancos analisados foi o retorno do ativo que se apresentou em 0,5%. Novamente um resultado considerado baixo se comparado com o índice da poupança que concede retorno mínimo de 6% ao ano.

O retorno do patrimônio líquido, ou o retorno gerado pela aplicação dos sócios e acionistas foi de 3,24%, índice considerado baixo se novamente comparado com a taxa SELIC, que remunera os títulos de dívida pública e em 2008 fechou em 11,82%. O índice é também menor que o da poupança, que em um ano remunera pelo menos 6%. No Banco Santander Brasil S/A o destaque foi o índice margem líquida, onde o retorno foi de 123,16%. Este resultado demonstra a alta eficiência do banco em transformar receitas em lucros.

b) Cotação das ações na BM&F BOVESPA: Somente este ano que o Banco Santander Brasil S/A lançou ações no mercado. Em outubro realizou uma oferta recorde de ações na BM&F BOVESPA. E arrecadou R\$ 14,1 bilhões. No entanto, no ano passado já negociava ações ordinárias e preferenciais que pertenciam ao Banespa e trocaram de nomenclatura depois que o banco foi comprado pelo Santander (UOL ECONOMIA, 2009).

b.1) Coleta de dados:

Ação / Data	02/01/08	18/03/08	23/06/08	30/09/09	26/12/2008
Ordinárias	0,23	0,20	0,23	0,16	0,15
Preferenciais	0,24	0,21	0,19	0,15	0,13

Quadro 17: Valor das ações Banco Santander Brasil S/A em 2008 (em R\$)

Fonte: BM&F BOVESPA

Elaborado pelo autor

b.2) Gráfico do comportamento das ações ao longo de 2008:

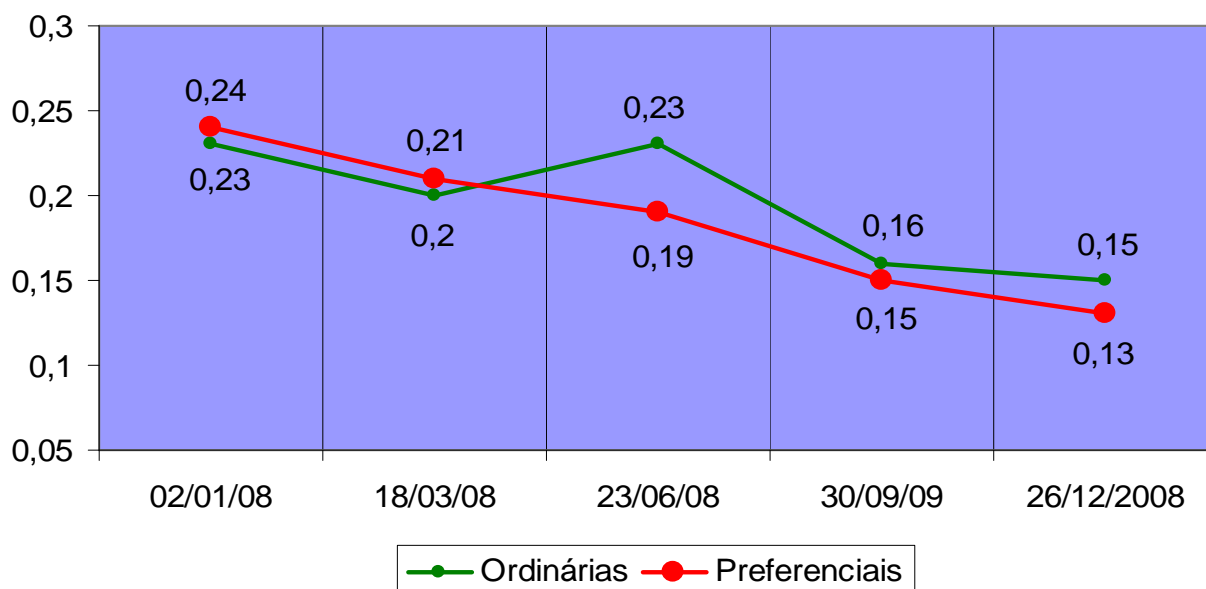


Gráfico 8: Comportamento das ações Santander - 2008

Fonte: BM&F BOVESPA, 2009

Elaborado pelo autor

b.3) Interpretação do comportamento das ações:

Através do gráfico anterior, se percebe claramente o movimento constante de desvalorização das ações preferenciais deste banco. Entre janeiro e dezembro a desvalorização foi de 45,84%.

As ações ordinárias obtiveram recuperação apenas no período entre março e junho onde a valorização foi de 15%. Mas entre julho e dezembro a desvalorização foi de 34,78%.

Se em 02/01/2008 um investidor tivesse adquirido ações preferenciais do Banco Santander Brasil S/A (valores referentes ao antigo Banespa) e permanecesse com estas ações até 30/12/2008, teria uma perda de 45,84% e se o investidor possuísse ações ordinárias, a perda seria de 34,78%.

Salienta-se ainda, que, as ações eram pertencentes ao antigo Banespa e por isso apresentam valores baixos. Atualmente, as ações do Santander (SANB11) têm valor muito maior no mercado: em 30/10/2009 fechou em R\$ 20,83 (BM&F BOVESPA, 2009).

Mesmo com porcentagem de desvalorização aproximada aos demais bancos, deve-se levar em consideração que o volume de negócios com ações que valem R\$ 0,20 devem ser muitíssimo superiores ao volume de negócios com ações que valem entre R\$ 20,00 e R\$ 30,00.

3.4 ANÁLISE GERAL

Após análise individual do desempenho dos quatro bancos em cada um dos critérios adotados para análise, realiza-se uma análise geral a título de comparação de dados e identificar o melhor banco para investimento entre os quatro maiores bancos do quarto trimestre de 2008. No Quadro 18, os valores destacados em negrito demonstram os melhores resultados de cada critério entre as quatro empresas analisadas.

Critérios / Bancos	Itaú	Banco Brasil	Bradesco	Santander
Margem Líquida	0%	75,43%	97,83%	126,16%
Rentabilidade Ativo	1,23%	1,69%	1,68%	0,5%
Rentabilidade PL	17,87%	29,40%	22,24%	3,24%
Ações Preferenciais	-22,94%	-	-35,30%	-45,84%
Ações Ordinárias	-34,02%	-48,68%	-37,01%	-34,78%

Quadro 18: Resumo de desempenho dos 4 maiores bancos do país de 2008.
Elaborado pelo autor.

Os quatro maiores bancos do Brasil, apresentaram resultados diferentes a cada critério analisado. A seguir, analisam-se os quatro bancos pelos resultados obtidos, primeiramente, pela análise das demonstrações contábeis através de quocientes e em seguida pelos resultados obtidos no desempenho das ações de cada uma das empresas.

3.4.1 Desempenho geral pela análise das demonstrações contábeis

Cada índice escolhido para realizar a análise das demonstrações contábeis dos quatro bancos traz um tipo de informação diferente acerca de cada uma das empresas.

Ao apresentar índice de margem líquida de 126,16%, o Banco Santander Brasil S/A mostrou-se o banco mais eficiente em transformar vendas/prestações de serviços em lucros. Este índice mostra que a empresa é eficiente em realizar intermediações financeiras e prestação de serviços gerando menos custos e despesas, apesar de ser a empresa que obteve menor receita bruta no período.

O índice rentabilidade do ativo relaciona a qualidade dos investimentos em ativos da empresa com a sua geração de lucro ou prejuízo. Os três maiores bancos (Itaú, Banco do Brasil e Bradesco) apresentaram índices similares. O Banco Santander Brasil S/A ficou fora da média apresentando índice inferior aos demais: 0,5%. O melhor índice apresentando foi do Banco do Brasil S/A com 1,69%, índice bem próximo ao do Banco Bradesco S/A que apresentou índice de 1,68%. Neste critério, o Banco do Brasil S/A se destaca mostrando melhores investimentos em seus ativos.

A rentabilidade do patrimônio líquido é o índice mais informativo para os objetivos desta pesquisa. Ele revela o quanto a empresa está conseguindo conceder de retorno financeiro sobre os investimentos dos sócios e acionistas em termos de dividendos. Aqui, levamos em consideração os maiores acionistas ou proprietários das empresas, como por exemplo, o Governo Federal, que detém 51% das ações do Banco do Brasil S/A.

O destaque neste critério foi justamente o Banco do Brasil S/A, classificado como segundo maior banco, com índice de 29,40%. Conforme já esclarecido na sua análise individual, este índice é considerado elevado se compararmos com a taxa SELIC que em 2008 fechou em 11,82%. O índice do Banco do Brasil S/A apresentou-se 32,19% maior que o índice do segundo colocado, o Banco Bradesco S/A, o terceiro maior banco, que apresentou índice de 22,24%. O índice foi 64,52% maior que o índice do maior banco do país, o Itaú Unibanco Holding S/A, que apresentou retorno sobre o patrimônio líquido de 17,87%.

Esta análise esclarece que nem sempre o maior banco do país (assim classificado pelo BACEN) é o banco que concede maiores retornos sobre os investimentos.

Os índices revelam também que empresas de ativos menores podem apresentar eficiência em critérios diferentes como foi o caso do Banco Santander, que mostrou alto nível de eficiência em transformar receitas em lucros líquidos (margem líquida).

3.4.2 Desempenho geral pela oscilação no valor das ações na BM&F BOVESPA

O ano de 2008 não foi um período interessante para os investidores das bolsas de valores. Isto devido à chegada da crise mundial ao Brasil que derrubou os valores das ações de empresas de todos os ramos de atividade.

O Relatório da Administração do Banco Bradesco S/A de 2008 explica que:

O exercício de 2008 ficará marcado pela inflexão no ciclo de expansão robusta do crescimento global, iniciado em 2004, período de muitas transformações estruturais que favoreceram os países emergentes, como o Brasil. Essa mudança ocorreu pelo

surgimento da mais severa crise dos últimos setenta anos, caracterizada essencialmente por um forte processo de desalavancagem que, **intensificado a partir de setembro**, atingiu vários mercados interligados. As consequências mais relevantes desse processo se fizeram sentir pela volatilidade financeira e desestabilização do sistema bancário de vários países, restrições de crédito e redução de fluxos de capitais, alterações nas cotações dos preços de ativos e de commodities e maior aversão ao risco (grifo nosso) (BRADESCO, 2009b).

Analisando as negociações das ações do ano de 2008, é fácil perceber a desvalorização geral das ações negociadas na bolsa. Para visualizar melhor esta redução nos valores gerais das ações de empresas de todos os mercados, analisa-se o comportamento do índice IBOVESPA durante o ano de 2008.

A BM&F BOVESPA (2009) esclarece o que o índice IBOVESPA: “é o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado de ações brasileiro. Sua relevância advém do fato do Ibovespa retratar o comportamento dos principais papéis negociados na BOVESPA [...]”.

O Gráfico 9 mostra a oscilação do índice IBOVESPA durante o ano de 2008.

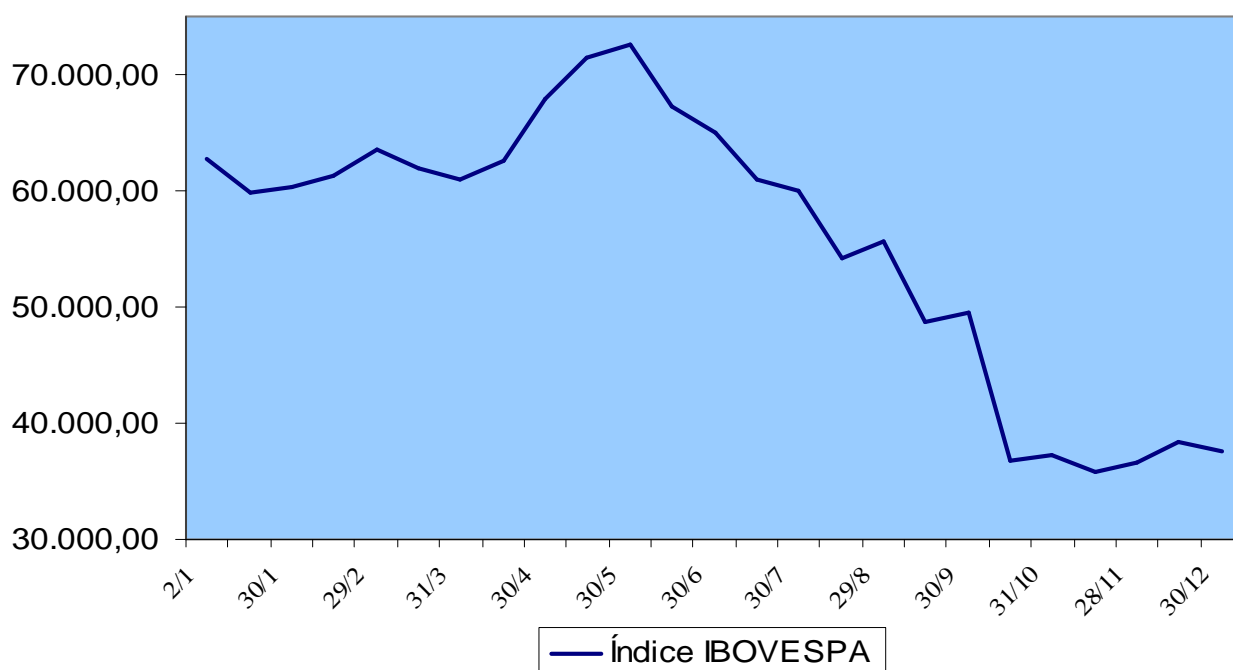


Gráfico 9: Índice IBOVESPA 2008
 Fonte: BM&F BOVESPA
 Elaborado pelo autor

O gráfico mostra claramente a queda constante do índice desde o mês de maio. Entre os meses de setembro e outubro a queda foi ainda mais brusca, não permitindo que o índice se recuperasse até o final do ano.

Este fenômeno explica a desvalorização de todas as ações das empresas analisadas nesta pesquisa. Todas elas tiveram prejuízos nas negociações de suas ações durante o ano de 2008, principalmente de setembro a dezembro. Apesar de o índice IBOVESPA apresentar queda constante a partir do mês de maio, as empresas alvo de nossa pesquisa passaram a apresentar prejuízo apenas a partir de setembro.

A empresa que mostrou melhor desempenho neste critério foi o Itaú Unibanco Holding S/A, o maior banco do quart trimestre de 2008, pois, no período de janeiro a dezembro, foi a empresa que mostrou menor desvalorização tanto das ações ordinárias como das preferenciais.

A compra do Unibanco pelo Itaú pode ter sido fundamental neste período. A compra foi efetivada em 03 de novembro, no entanto as notícias com relação ao negócio já vinham sendo vinculadas meses antes. Os resultados obtidos pelo Unibanco passaram a figurar nas demonstrações do Itaú desde 01º de outubro apesar de a unificação das ações ocorrerem apenas este ano.

O mercado pode ter entendido como excelente negócio a compra do Unibanco pelo Itaú, o que refletiu na menor desvalorização de suas ações perante as outras empresas do mesmo segmento e porte similares.

Aos acionistas que investiram em ações ordinárias ou preferenciais no início do ano e permaneceram com as ações até o final de 2008, a melhor opção entre os quatro bancos analisados seria o Itaú Unibanco Holding S/A, que foi o maior banco do quarto trimestre de 2008. No entanto, a segunda melhor opção para investimento em ações, não foi o segundo maior banco do ano (Banco do Brasil) e sim o Banco Bradesco S/A, o terceiro colocado no *ranking* dos maiores bancos do país.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Este capítulo é destinado às considerações finais e à explanação da conclusão alcançada com a pesquisa, bem como às recomendações para futuros trabalhos.

4.1 QUANTO AOS OBJETIVOS

Com relação aos objetivos específicos, foram todos alcançados, com as explicações realizadas no Capítulo 2. A pesquisa realizada para a fundamentação teórica trouxe esclarecimentos acerca de assuntos relativos ao sistema bancário atual, mostrando as características principais do setor bancário brasileiro. A fundamentação teórica também esclareceu o funcionamento do sistema financeiro nacional, apresentando as características das diversas instituições financeiras existentes e de seus órgãos normativos. Foram apresentadas também as demonstrações contábeis e as informações nelas registradas, mostrando a importância destes relatórios para a realização de análises de empresas em geral.

O objetivo geral foi alcançado através do Capítulo 3, onde foram coletados os dados dos bancos e interpretados. Foi possível concluir que a metodologia do BACEN para classificação dos maiores bancos não define qual é o melhor banco para investimento. Concluiu-se também que definir qual é o melhor banco para investir depende do ponto de vista do investidor.

Se o investidor analisa a empresa através da relação receita x despesa x lucro e acredita que a melhor empresa para investimento é a que consegue gerar muita receita ao passo que possui excelente controle sobre suas despesas, o melhor banco para investimento para este investidor seria o Banco Santander Brasil S/A, que apresentou o melhor índice de “margem líquida”.

Quando o investidor se preocupa com a longevidade da empresa e acredita que a melhor empresa é aquela que tem um excelente patrimônio em ativos e que a

qualidade deste ativos é determinante para duração das atividades da empresa, o melhor banco para este investidor seria o Banco do Brasil S/A, que mostrou melhor índice de rentabilidade do ativo.

Para os investidores que procuram uma empresa que concede excelente retorno sobre os investimentos de seus sócios e acionistas e esperam retorno em dividendos da empresa, a melhor opção para este investidor também seria o Banco do Brasil S/A, que apresentou o melhor índice de retorno do patrimônio líquido.

Aos investidores que procuram as ações da empresa para especulação, ou seja, procuram comprar ações com valor menor para vender com valor maior e assim obter lucro rápido, nenhum dos bancos ofereceria lucro dentro do ano analisado, visto que todas as empresas operaram em queda em 2008, principalmente após o mês de setembro. No entanto, o Itaú Unibanco Holding S/A apresentou os menores índices de desvalorização das ações no período.

4.2 QUANTO AO PROBLEMA

Através desta pesquisa foi possível observar que a metodologia do BACEN para classificar os maiores bancos do país não é determinante para definir os melhores bancos para investimento em termos de retorno financeiro. É necessária análise mais criteriosa para decidir em qual empresa investir.

O maior banco de 2008, o Itaú Unibanco Holding S/A, não foi o banco que apresentou, por exemplo, o melhor índice de rentabilidade do patrimônio líquido, o índice mais importante na verificação de retorno financeiro aos investidores.

As quatro empresas analisadas demonstraram desempenhos diversos, como o Banco Santander Brasil S/A, que com a quarta colocação no *ranking*, apresentou o melhor índice de margem líquida, demonstrando eficiência na transformação de receitas em lucros.

Com relação ao desempenho das ações, o maior banco de 2008 (Itaú) se confirmou como sendo a melhor opção para investimento, por demonstrar menores

desvalorizações das suas ações perante a crise financeira em 2008, mas o segundo colocado (Banco do Brasil) não foi a segunda melhor opção para investimento em ações, o que corrobora com o fato de que o *ranking* dos maiores bancos não é decisivo na escolha dos melhores investimentos em termos de retorno financeiro.

4.3 SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

Com esta pesquisa se confirma a maior utilidade da técnica de análise das demonstrações contábeis: transformar dados em informações valiosas. Através dos dados das demonstrações contábeis dos bancos analisados foi possível extrair informações importantes para que se chegasse a conclusão de qual das empresas ofereceu melhor retorno sobre os investimentos realizados.

A técnica de análise das demonstrações contábeis oferece outras metodologias de análise e também diversos outros quocientes que permitem extraírem-se outras informações das empresas. Esta pesquisa pode ser continuada realizando-se análise através de quocientes que informem a liquidez e o endividamento dos bancos, por exemplo.

A classificação dos maiores bancos do país, fornecida pelo BACEN, altera-se constantemente. Outra sugestão de continuação desta pesquisa seria verificar a permanência de determinado banco como maior banco do país ao longo de vários trimestres e analisar seu próprio desempenho em critérios como eficiência, lucratividade, endividamento, liquidez e valorização das ações na bolsa de valores, qual maior banco do país.

Outra sugestão seria desenvolver a mesma pesquisa envolvendo os maiores e menores bancos, analisando os índices de eficiência e lucratividade e verificar os diversos desempenhos entre bancos de portes diferentes.

REFERÊNCIAS

AÇÕES de Itaú e Unibanco serão unificadas no dia 31 de março. **O Globo**, São Paulo, 20 fev. 2009. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/economia>>. Acesso em 29 out. 2009.

AMARAL, Marcio A. C. **A sociedade simples no novo código civil**. 2009. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/legislacao-artigos>>. Acesso em 20 out. 2009.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 5 ed. São Paulo. Atlas, 2001.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**. Um enfoque Econômico-financeiro. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BANCO BRADESCO S/A. Disponível em: < <http://www.bradesco.com.br>>. Acesso em 03 out. 2009.

BANCO BRADESCO S/A. **Notas Explicativas 2008**. Disponível em: < <http://www.bovespa.com.br/Principal.asp>>. Acesso em: 03 out. 2009.

BANCO BRADESCO S/A. **Relatório da Administração 2008**. Disponível em: < <http://www.bovespa.com.br/Principal.asp>>. Acesso em: 03 out. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em 01 ago. 2009.

BANCO SANTANDER BRASIL S/A. **Relatório da Administração 2008**. Disponível em: < <http://www.bovespa.com.br/Principal.asp>>. Acesso em: 03 out. 2009.

BARBACHAN, José S. Fajardo; FONSECA, Marcelo M. **Concentração Bancária Brasileira: Uma Análise Microeconômica**. São Paulo, 2004. Disponível em:<www.ibmecsp.edu.br>. Acesso em: 18 abr. 2009.

BM&F BOVESPA BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/Pdf/merccap.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2009.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO (BOVESPA). **Mercado de capitais**. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/Pdf/merccap.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2009.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis. Estrutura, Análise e Interpretação**. 5. Ed. São Paulo. Atlas, 2003.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 278, de 28 de fevereiro de 1967**. Altera a denominação do Banco Central da República do Brasil, dispõe sobre suas contas, orçamentos, balanços, atos e contratos, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0278.htm#art1>. Acesso em: 30 set. 2009.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 759 de 12 de agosto de 1969**. Autoriza o Poder Executivo a constituir a empresa pública Caixa Econômica Federal e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0759.htm>. Acesso em: 10 out. 2009.

BRASIL. **Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964**. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4595.htm>. Acesso em: 30 set. 2009.

BRASIL. **Lei nº 4.728 de 14 de julho de 1965**. Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4728.htm>. Acesso em: 02 out. 2009.

BRASIL. **Lei nº 5.710 de 7 de outubro de 1971**. Dá nova redação ao artigo 25 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, aos artigos 60 e 61 da Lei 4.728, de 14 de julho de 1965, e ao artigo 69 do Decreto-lei nº 32, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103481/lei-5710-71>>. Acesso em 01 out. 2009.

BRASIL. **Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 10 out. 2009.

BRASIL. **Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/104201/lei-6385-76>>. Acesso em 02 out. 2009.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por ações. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6404consol.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2009.

BRASIL. **Lei nº 6.422 de 8 de junho de 1977**. Altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128397/lei-6422-77>>. Acesso em: 11 out. 2009.

BRASIL. **Lei nº 9.457 de 05 de maio de 1997.** Altera dispositivos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários.

Disponível em: <

<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=146088>>. Acesso em: 01 set. 2009.

BRASIL. **Lei nº 10.303 de 31 de outubro de 2001.** Altera e acrescenta dispositivos na Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10303.htm>. Acesso em 01 out. 2009.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/2002/L10406.htm>>. Acesso em: 30 set. 2009.

BRASIL. **Lei nº 10.411 de 26 de fevereiro de 2002.** Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em:

<<http://www.cnb.org.br/CNBV/leis/lei10411-2002.htm>>. Acesso em: 01 out. 2009.

BRASIL. **Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007.** Altera e revoga dispositivos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em <

http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 20 jun. 2009.

BRASIL. **Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009.** Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm>. Acesso em: 04 out. 2009.

BRASIL tem a supervisão bancária mais eficaz do mundo, diz relatório. **O Estadão On line**, 08 out. 2009. Disponível em: <

<http://www.estadao.com.br/noticias/economia>>. Acesso em 11 out. 2009.

CABRAL, Marcelo. **Pesquisa mostra aumento da concentração bancária no país.** 2008. Disponível em:< <http://www.administradores.com.br>>. Acesso em 13 out. 2009.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF). Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br>>. Acesso em 10 out. 2009.

CARVALHO, Maria Christina. **Concentração cresce 50% no Brasil.** São Paulo. 2009. Disponível em: <www.valoronline.com.br>. Acesso em 16 ago.2009.

COLLI, José A. FONTANA, Marino. **Contabilidade Bancária**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

COM oferta recorde de ações, Santander passa a ser a 5ª maior empresa do Brasil. **UOL Economia**. 07/10/2009. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultnot/2009/10/07/ult4294u3014.jhtm>>. Acesso em 07 out. 2009.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 01 out. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 737 de 27 de novembro de 1992**. Aprova a NBTC 6 – Das Divulgação das Demonstrações Contábeis. 6.1 – Da Forma da Apresentação 6.2 – Do Conteúdo das Notas Explicativas 6.3 – Das Republicações. Disponível em <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_737.doc>. Acesso em 02 out. 2009.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. **Resolução nº 1.524 de 21 de setembro de 1988**. Faculta financiamento e investimento a organização opcional em uma única instituição financeira, com personalidade jurídica própria, nas condições que específica. Disponível em: <<http://www.fiscosoft.com.br/indexsearch.php?PID=102174>>. Acesso em: 30 set. 2009.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. **Resolução nº 2.099 de 17 de agosto de 1994**. Aprova regulamentos que dispõem sobre as condições relativamente ao acesso ao Sistema Financeiro Nacional, aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado, à instalação de dependências e à obrigatoriedade da manutenção de patrimônio líquido ajustado em valor compatível com o grau de risco das operações ativas das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Disponível em: <<http://www.cnb.org.br/CNBV/resolucoes/res2099-1994.htm>>. Acesso em 30 set. 2009.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. **Resolução nº 2.788 de 30 de novembro de 2000**. Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de bancos comerciais e bancos múltiplos sob controle acionário de cooperativas centrais de crédito. Disponível em: <<http://www.fiscosoft.com.br/indexsearch.php?PID=90428>>. Acesso em: 01 out. 2009.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA (CRC-SC). **Demonstrações Contábeis**. Aspectos práticos e conceitos técnicos. 2004. Disponível em: <www.crcsc.org.br>. Acesso em 21 out. 2009.

CUNHA, Karen Húngaro. **A regulamentação das sociedades anônimas na Lei 6.404/76**. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br>>. Acesso em 02 out. 2009.

CURADO, Marcelo. **Gigante bancário**. 2008. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo>>. Acesso em 11 out. 2009.

DUARTE, Alexandre U. O. **Administração da Sociedade Limitada**. Responsabilidade dos administradores. Deliberação dos Sócios, 2009. Disponível em: <www.administradores.com.br/artigos>. Acesso em 20 out. 2009.

ELDER, Alexander. **Aprenda a operar no mercado de ações**. 11. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

FERREIRA, Ricardo J. **Comentários à Lei nº 11.638/07, que altera a Lei nº 6.404/76**. Disponível em: <www.editoraferreira.com.br>. Acesso em: 15 de fevereiro 2008.

FERREIRA, Ricardo J. **Sistema Financeiro Nacional**. 2007. Disponível em: <www.editoraferreira.com.br>. Acesso em: 16 de out. 2009.

FORTES, José Carlos. **Sociedades não personificadas**. 2004. Disponível em: <<http://www.fortesadvogados.com.br/artigos>>. Acesso em 20 out. 2009.

FORTES, José Carlos. **Sociedade anônima e Sociedade em Comandita por ações**. 2003. Disponível em: <<http://www.fortesadvogados.com.br/artigos>>. Acesso em 20 out. 2009.

FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. **Resumo de Direito Comercial (Empresarial)**. 30. Ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

GODOY, Denise. **“Spread” Bancário no Brasil é 11 vezes o dos países ricos**. São Paulo. 2009. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br>. Acesso em 24 mai. 2009.

GOMEZ, Maria Nélide Gozález de. **Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação**. Revista da Ciência da Informação. V. 1, nº 6. 2000. Disponível em: <http://dgz.org.br/dez00/Art_03.htm>. Acesso em 19 set.2009.

HISSA, Maurício. **Sobreviva na Bolsa de Valores**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Transformações na indústria bancária brasileira e o cenário de crise**. Comunicado nº 20. 2009. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 9. Ed. São Paulo. Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 4. Ed. São Paulo. Atlas, 1995.

JUNG, Salete. **SOCIEDADE ANÔNIMA: Noção histórica. Breve visão sobre Ações e a Responsabilidade Civil**. Buenos Aires, 2007. Disponível em: <<http://www.soartigos.com/articles/211/1/SOCIEDADE-ANONIMA-Nocao-historica-Breve-visao-sobre-Acoes-e-a-Responsabilidade-Civil-/Page1.html>>. Acesso em: 01 out. 2009.

LABOISSIÈRE, Paula. **Redução do número de bancos e agências gerou sistema bancário incompleto, diz IPEA**. 2009. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 14 out. 2009.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2. Ed. São Paulo. Atlas, 1987.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LUNKES, Rogério João. **Manual de Contabilidade Hoteleira**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LYRA, Diego M. **A Solidez do Sistema Bancário Nacional**. 2009. Disponível em: <<http://progeb.blogspot.com>>. Acesso em: 10 out. 2009.

MARION, Jose Carlos. **Contabilidade empresarial**. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Fran. **Comentários à Lei das Sociedades Anônimas**. 3. Ed. Rio de Janeiro. Forense, 1989.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços. Abordagem Básica**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1988.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Conselho Monetário Nacional**. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 01 out. 2009.

MONTEIRO, Viviane. **Brasil é campeão em juros altos**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br>>. Acesso em 11 out. 2009.

PADOVEZE, Luis Clovis; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das Demonstrações Financeiras**. 2. Ed. São Paulo. Thomson Heinle, 2007.p.133.

PARA Mantega, juros altos dos bancos podem aumentar inadimplência. **Globo Notícias**, 30 jan 2009. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias>>. Acesso em: 16 ago. 2009.

PAUL, Gustavo. **Concentração impede queda de juros**. O Globo. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 13 out. 2009.

PLATT NETO, Orion Augusto. **Comentários às alterações na lei das S.A. conforme a Lei nº 11.638/07**. Material didático da disciplina Análise das demonstrações Contábeis. Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Edição do autor, 2008.

PLATT NETO, Orion Augusto. **Conjunto de textos da disciplina Análise das Demonstrações Contábeis**. Material didático da disciplina Análise das Demonstrações Contábeis. Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Edição do autor, 2008.

POCHMANN, Marcio. **Inclusão e bancos no Brasil**. 2009. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso: 12 out. 2009.

RODRIGUES, Azelma. **Estudo do Ipea revela crédito caro e atendimento precário em bancos**. 2009. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2009.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência de estudos**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3 ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.

SIQUEIRA, Alexis C. T. **A história dos bancos no Brasil**. 1. Ed. Rio de Janeiro: COP, 2007.

SZUSTER, Natan et al. **Contabilidade Geral: Introdução à Contabilidade Societária**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TRISOTTO, Fernanda. **Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) é mecanismo de proteção ainda pouco conhecido pelos brasileiros**. 2007. Disponível em: www.jornalcomunicacao.ufpr.br. Acesso em 20 out. 2009.

ANEXOS

Anexo A – Legenda Organograma CVM

LEGENDA:	
• COLEGIADO (COL)	• SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS (SMI)
◦ PRESIDÊNCIA (PTE) Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana	◦ Gerência de Estrutura de Mercado e Sistemas Eletrônicos (GME)
◦ DIRETORIA (DOZ); (DEL); (DMP); (DEM)	◦ Gerência de Acompanhamento de Mercado 1 (GMA-1)
◦ CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA (CGP)	◦ Gerência de Acompanhamento de Mercado 2 (GMA-2/SP)
◦ Secretaria Executiva (EXE)	◦ Gerência de Análise de Negócios (GMN/SP)
• ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (ASC)	• SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EXTERNA (SFI)
• ASSESSORIA ECONÔMICA (ASE)	◦ Gerência de Fiscalização Externa 1 (GFE-1)
• AUDITORIA INTERNA (AUD)	◦ Gerência de Fiscalização Externa 2 (GFE-2)
• PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA (PFE)	◦ Gerência de Fiscalização Externa 3 (GFE-3/SP)
◦ Subprocuradoria Jurídica 1 (GJU-1)	◦ Gerência de Fiscalização Externa 4 (GFE-4/SP)
◦ Subprocuradoria Jurídica 2 (GJU-2)	• SUPERINTENDÊNCIA DE PROTEÇÃO E ORIENTAÇÃO AOS INVESTIDORES (SOI)
◦ Subprocuradoria Jurídica 3 (GJU-3)	◦ Centro de Estudos em Mercado de Capitais (COE)
◦ Subprocuradoria Jurídica 4 (GJU-4)	◦ Gerência de Orientação aos Investidores 1 (GOI-1)
• SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA (SAD)	◦ Gerência de Orientação aos Investidores 2 (GOI-2/SP)
◦ Gerência de Arrecadação (GAC)	• SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (SRI)
◦ Gerência de Documentação (GAD)	◦ Gerência de Relações Internacionais (GRI)
◦ Gerência de Contabilidade e Finanças (GAF)	• SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE MERCADO (SDM)
◦ Gerência de Compras e de Serviços Gerais (GAG)	◦ Gerência de Aperfeiçoamento de Normas – (GDN)
◦ Gerência de Recursos Humanos (GAH)	• SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA (SNC)
◦ Gerência Administrativa Regional de São Paulo (GAR/SP)	◦ Gerência de Normas de Auditoria (GNA)
• SUPERINTENDÊNCIA GERAL (SGE)	◦ Gerência de Normas Contábeis (GNC)
◦ Gerência Geral de Processos (GGE)	• SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMÁTICA (SSI)
• SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM EMPRESAS (SEP)	◦ Gerência de Sistemas (GSI)
◦ Gerência de Acompanhamento de Empresas 1 (GEA-1)	◦ Gerência de Tecnologia (GST)
◦ Gerência de Acompanhamento de Empresas 2 (GEA-2)	• SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO (SPL)
◦ Gerência de Acompanhamento de Empresas 3 (GEA-3)	◦ Gerência de Projetos (GPE)
◦ Gerência de Acompanhamento de Empresas 4 (GEA-4)	◦ Coordenação de Planejamento (CPA)
• SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO DE VALORES MOBILIÁRIOS (SRE)	• SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES (SPS)
◦ Gerência de Registros 1 (GER-1)	◦ Coordenação de Controle de Processos Administrativos (CCP)
◦ Gerência de Registros 2 (GER-2)	◦ Gerência de Processos Sancionadores 1 (GPS-1)
• SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS (SIN)	◦ Gerência de Processos Sancionadores 2 (GPS-2)
◦ Gerência de Apuração de Irregularidades (GIA)	◦ Gerência de Processos Sancionadores 3 (GPS-3/SP)
◦ Gerência de Registros e Autorizações (GIR)	• SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE BRASÍLIA (SRB)
◦ Gerência de Acompanhamento de Fundos (GIF)	◦ Coordenação Administrativa (CRB)
◦ Gerência de Acompanhamento de Fundos Estruturados (GIE)	

Anexo B – Balanço Patrimonial Consolidado 2008 - Itaú Unibanco Holding S/A

ITAU UNIBANCO HOLDING S/A - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO 2008		
Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2008
1	Ativo Total	632.728.403
1.01	Ativo Circulante	481.075.635
1.01.01	Disponibilidades	15.847.047
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	120.269.009
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	95.476.978
1.01.02.02	Aplicações no Mercado Aberto - Rec.Garan	73.868
1.01.02.03	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	24.718.163
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	109.272.725
1.01.03.01	Carteira Própria	36.896.405
1.01.03.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	3.187.485
1.01.03.03	Vinculados a Prestação de Garantias	15.123.730
1.01.03.04	Vinculados ao Banco Central	6.163.072
1.01.03.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	14.019.378
1.01.03.06	Cotas de Fundos de PGBL/VGBL	30.023.746
1.01.03.07	Recursos Garantidores Outros Títulos	3.858.909
1.01.03.08	Títulos Objeto de Oper.Comprom.Livre Mov	0
1.01.04	Relações Interfinanceiras	13.570.569
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	80.328
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	13.407.747
1.01.04.03	SFH-Sistema Financeiro da Habitação	14.371
1.01.04.04	Correspondente	61.247
1.01.04.05	Repasses Interfinanceiros	6.876
1.01.05	Relações Interdependências	41.254
1.01.06	Operações de Crédito	147.156.032
1.01.06.01	Operações c/charact. Concessão de Crédito	157.139.095
1.01.06.02	Provisão p/Créditos de Liq. Duvidosa	-9.983.063
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	0
1.01.08	Outros Créditos	72.355.674
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	49.473.902
1.01.08.02	Rendas a Receber	2.121.350
1.01.08.03	Prêmios de Seguros a Receber	2.046.289
1.01.08.04	Negociação e Intermediação Valores	2.146.053
1.01.08.05	Diversos	16.568.080
1.01.09	Outros Valores e Bens	2.563.325
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	141.494.778
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.277.079
1.02.01.01	Aplicações no Mercado Aberto	896.124
1.02.01.02	Aplicações no Mercado Aberto - SUSEP	2.091.711
1.02.01.03	Aplicações em Depósito Interfinanceiros	1.289.244
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	29.071.150
1.02.02.01	Carteira Própria	12.083.753
1.02.02.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	3.246.332
1.02.02.03	Vinculados a Prestação de Garantias	2.282.005
1.02.02.04	Vinculados ao Banco Central	3.786.890
1.02.02.05	Instrumento Financeiro Derivativos	3.585.157
1.02.02.06	Recursos Garant.Prov.Técnica Outros Tit	4.087.013

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2008
1.02.03	Relações Interfinanceiras	655.867
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	655.867
1.02.04	Relações Interdependências	0
1.02.05	Operações de Crédito	73.914.951
1.02.05.01	Operações c/Caract.Concessão de Crédito	83.904.043
1.02.05.02	(Provisão p/Créditos de Liquid.Duvidosa	-9.989.092
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	0
1.02.07	Outros Créditos	31.488.885
1.02.07.01	Câmbio	2.354.776
1.02.07.02	Rendas a Receber	70.106
1.02.07.03	Diversos	29.064.003
1.02.08	Outros Valores e Bens	2.086.846
1.03	Ativo Permanente	10.157.990
1.03.01	Investimentos	2.258.091
1.03.01.01	Dependências no Exterior	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0
1.03.01.03	Participações em Coligadas e Equiparadas	1.354.055
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.081.310
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-177.274
1.03.02	Imobilizado de Uso	4.047.338
1.03.02.01	Imóveis de Usos	4.361.404
1.03.02.02	Outras Imobilizações	6.010.350
1.03.02.03	Depreciação Acumuladas	-6.324.416
1.03.03	Imobilizado de Arrendamento	9.335
1.03.04	Intangível	3.843.226
1.03.05	Diferido	0
2	Passivo Total	632.728.403
2.01	Passivo Circulante	351.726.216
2.01.01	Depósitos	125.327.596
2.01.01.01	A Vista	26.932.947
2.01.01.02	De Poupança	39.296.239
2.01.01.03	Interfinanceiros	2.517.959
2.01.01.04	A Prazo	55.442.244
2.01.01.05	Outros Depósitos	1.138.207
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	86.321.785
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	10.844.659
2.01.04	Relações Interfinanceiras	399.167
2.01.05	Relações Interdependências	2.608.978
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	17.964.771
2.01.06.01	Empréstimos no País	252.068
2.01.06.02	Empréstimo no Exterior	17.712.703
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	5.457.505
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	45.570
2.01.09	Outras Obrigações	102.756.185
2.01.09.01	Cobrança e Arrec.Trib.e Assemelhados	665.785
2.01.09.02	Carteira de Câmbio	47.720.106
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	3.659.789
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	6.830.641
2.01.09.05	Negociação e Intermediação de Valores	2.729.484
2.01.09.06	Operações com Cartões de Crédito	14.584.368
2.01.09.07	Securitização Ordens de Pgto Exterior	215.500

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2008
2.01.09.08	Dividas Subordinadas	1.249.445
2.01.09.09	Instrumentos Financeiros Derivativos	11.224.033
2.01.09.10	Prov.Téc. de Seguros, Previd.e Capitaliz	7.050.805
2.01.09.11	Diversos	6.826.229
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	234.588.318
2.02.01	Depósitos	80.861.802
2.02.01.01	Interfinanceiros	403.176
2.02.01.02	A Prazo	80.458.626
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	38.036.677
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	8.750.986
2.02.04	Relações Interfinanceiras	0
2.02.05	Relações Interdependências	0
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	6.215.726
2.02.06.01	Empréstimos no País	11.990
2.02.06.02	Empréstimos no Exterior	6.203.736
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	12.621.347
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	331.497
2.02.09	Outras Obrigações	87.770.283
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	12.672.011
2.02.09.02	Securitização Ordens Pgto Exterior	3.613.233
2.02.09.03	Dividas Subordinadas	21.215.171
2.02.09.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	3.583.423
2.02.09.05	Prov.Téc.de Seguros, Previd e Capitaliz.	34.522.738
2.02.09.06	Câmbio	3.041.056
2.02.09.07	Sociais e Estatutárias	10.648
2.02.09.08	Diversos	9.112.003
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	231.105
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	2.518.728
2.05	Patrimônio Líquido	43.664.036
2.05.01	Capital Social Realizado	29.000.000
2.05.01.01	De Domiciliados no País	24.697.674
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	4.302.326
2.05.02	Reservas de Capital	597.706
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0
2.05.04	Reservas de Lucro	14.066.330
2.05.04.01	Legal	2.354.570
2.05.04.02	Estatutária	13.661.172
2.05.04.03	Para Contingências	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-1.949.412
2.05.04.07.01	(Ações em Tesouraria)	-1.525.695
2.05.04.07.02	Ajuste ao Valor de Mercado TVM e Derivat	-423.717
2.05.05	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0

**Anexo C – Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado 2008 –
Itaú Unibanco Holding S/A**

ITAU UNIBANCO HOLDING S/A - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO CONSOLIDADO 2008		
Código da Conta	Descrição da Conta	01/01/2008 a 31/12/2008
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	64.740.522
3.01.01	Operações de Crédito	43.407.789
3.01.02	Resultado de Títulos Valores Mobiliários	16.607.471
3.01.03	Resultado Financeiro Oper.Seg.Prev.e Cap	2.321.376
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	986.858
3.01.05	Resultado de Aplicações Compulsórias	1.417.028
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-54.298.501
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-33.269.740
3.02.02	Despesas Financeiras Prov.Tec.Prev e Cap	-1.841.417
3.02.03	Operações de Empréstimos e Repasses	-6.196.129
3.02.04	Despesas Prov p/Créd.Liquidação Duvidosa	-14.330.381
3.02.05	Receita Recup.Créditos Baixados Prejuízo	1.339.166
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	10.442.021
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-11.134.143
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	8.884.501
3.04.02	Despesas de Pessoal	-7.639.250
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-8.353.594
3.04.04	Despesas Tributárias	-2.345.649
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	5.393.998
3.04.05.01	Resultado Oper.Seg/Prev/Cap	1.307.241
3.04.05.02	Outras Receitas Operacionais	1.531.979
3.04.05.03	Rendas e Tarifas Bancárias	2.554.778
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-7.427.911
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	353.762
3.05	Resultado Operacional	-692.122
3.06	Resultado Não Operacional	205.206
3.06.01	Receitas	205.206
3.06.02	Despesas	0
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	-486.916
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	9.411.670
3.08.01	Devidos s/Operações do Período	-2.654.568
3.08.02	A Compensar Ref.Adições Temporárias	12.066.238
3.09	IR Diferido	0
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-854.882
3.10.01	Participações	-854.882
3.10.01.01	Empregados	-747.750
3.10.01.02	Administradores - Estatutárias	-107.132
3.10.02	Contribuições	0
3.11	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0
3.12	Part. de Acionistas Não Controladores	-266.389
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	7.803.483

Anexo D – Balanço Patrimonial Consolidado 2008 – Banco do Brasil S/A

BANCO DO BRASIL S/A - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO 2008		
Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2008
1	Ativo Total	521.272.817
1.01	Ativo Circulante	299.739.881
1.01.01	Disponibilidades	5.544.850
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	107.237.194
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	95.159.368
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.077.826
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	42.346.332
1.01.03.01	Carteira Própria	29.695.948
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	8.576.649
1.01.03.03	Vinculados ao Banco Central	1.810.537
1.01.03.04	Vinculados à Prestação de Garantias	272.710
1.01.03.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.990.488
1.01.03.06	Tít. Obj. de Op. Comp. com Livre Movim.	0
1.01.04	Relações Interfinanceiras	21.286.986
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	178.230
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	20.882.124
1.01.04.03	Tesouro Nacional - Rec. do Crédito Rural	10.826
1.01.04.04	SFH - Sistema Financeiro de Habitação	61.217
1.01.04.05	Repasses Interfinanceiros	325
1.01.04.06	Correspondentes	154.264
1.01.05	Relações Interdependências	228.102
1.01.05.01	Transferências Internas de Recursos	228.102
1.01.06	Operações de Crédito	78.872.784
1.01.06.01	Setor Público	7.363.384
1.01.06.02	Setor Privado	77.363.963
1.01.06.03	(Provisões para Operações de Crédito)	-5.854.563
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	1.235.592
1.01.07.01	Setor Público	36.670
1.01.07.02	Setor Privado	1.902.574
1.01.07.03	(Rendas a Apropriar de Arren. Mercantil)	-672.508
1.01.07.04	(Provisão para Op. de Arrend. Mercantil)	-31.144
1.01.08	Outros Créditos	42.070.999
1.01.08.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	24.135
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	20.913.621
1.01.08.03	Rendas a Receber	384.803
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	345.819
1.01.08.05	Operações Especiais	28
1.01.08.06	Diversos	20.799.150
1.01.08.07	(Provisão para Outros Créditos)	-838.869
1.01.08.08	Créditos Específicos	1.701
1.01.08.09	Créd. de Op. de Seg., Prev. e Capitaliz.	440.611
1.01.09	Outros Valores e Bens	917.042
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	308.329
1.01.09.02	Despesas Antecipadas	779.007
1.01.09.03	Participações Societárias	3
1.01.09.04	(Provisões para Desvalorizações)	-170.297
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	212.021.299
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.171.103

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2008
1.02.01.01	Aplicações no Mercado Aberto	242
1.02.01.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.170.861
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	44.562.242
1.02.02.01	Carteira Própria	16.651.310
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	14.061.216
1.02.02.03	Vinculados ao Banco Central	12.196.175
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	1.367.991
1.02.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	285.550
1.02.03	Relações Interfinanceiras	274
1.02.03.01	Repasses Interfinanceiros	274
1.02.04	Relações Interdependências	0
1.02.05	Operações de Crédito	112.008.779
1.02.05.01	Setor Público	5.108.083
1.02.05.02	Setor Privado	114.225.218
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito)	-7.324.522
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	1.731.979
1.02.06.01	Setor Público	18.061
1.02.06.02	Setor Privado	2.922.917
1.02.06.03	(Rendas a Apropriar de Arren. Mercantil)	-1.169.012
1.02.06.04	(Provisão para Op. de Arren. Mercantil)	-39.987
1.02.07	Outros Créditos	41.207.799
1.02.07.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	47.038
1.02.07.02	Rendas a Receber	28.242
1.02.07.03	Créditos Específicos	844.186
1.02.07.04	Diversos	40.825.473
1.02.07.05	(Provisão para Outros Créditos)	-537.843
1.02.07.06	Negociação e Intermediação de Valores	691
1.02.07.07	Créd. de Op. de Seg., Prev. e Capital.	12
1.02.08	Outros Valores e Bens	339.123
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	339.123
1.03	Ativo Permanente	9.511.637
1.03.01	Investimentos	966.237
1.03.01.01	Dependências no Exterior	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0
1.03.01.03	Participações em Coligadas e Equiparadas	163.276
1.03.01.03.01	No País	163.276
1.03.01.04	Outros Investimentos	870.707
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-67.746
1.03.02	Imobilizado de Uso	3.338.941
1.03.02.01	Imóveis de Uso	2.668.282
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	5.610.352
1.03.02.03	(Depreciação Acumulada)	-4.939.693
1.03.03	Imobilizado de Arrendamento	3.869
1.03.03.01	Bens Arrendados	8.215
1.03.03.02	(Depreciação Acumulada)	-4.346
1.03.04	Intangível	4.598.248
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	4.600.450
1.03.04.02	(Amortização Acumulada)	-2.202
1.03.05	Diferido	604.342
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	1.845.801
1.03.05.02	(Amortização Acumulada)	-1.241.459

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2008
2	Passivo Total	521.272.817
2.01	Passivo Circulante	378.074.414
2.01.01	Depósitos	212.058.474
2.01.01.01	Depósitos à Vista	51.949.022
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	54.965.370
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	3.136.771
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	101.764.043
2.01.01.05	Outros Depósitos	243.268
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	86.501.235
2.01.02.01	Carteira Própria	20.962.640
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	65.538.595
2.01.02.03	Carteira de Livre Movimentação	0
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.167.593
2.01.03.01	Obr. por Tít. e Val. Mobil. no Exterior	919.438
2.01.03.02	Rec. de Let. Imo., Hip., de Créd. e Sim.	248.155
2.01.04	Relações Interfinanceiras	21.161
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	781
2.01.04.02	Correspondentes	20.380
2.01.05	Relações Interdependências	2.495.853
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.495.480
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	373
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	5.845.958
2.01.06.01	Empréstimos no Exterior	2.986.756
2.01.06.02	Emprést. no País - Instituições Oficiais	2.750.087
2.01.06.03	Emprést. no País - Outras Instituições	109.115
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	13.749.287
2.01.07.01	Tesouro Nacional	3.485.066
2.01.07.02	BNDES	6.365.619
2.01.07.03	Finame	2.699.965
2.01.07.04	Outras Instituições	1.198.637
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	95
2.01.09	Outras Obrigações	56.234.758
2.01.09.01	Cobrança e Arre. de Trib. e Assemelhados	252.368
2.01.09.02	Carteira de Câmbio	15.964.485
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	1.838.048
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	14.345.530
2.01.09.05	Negociação e Intermediação de Valores	376.629
2.01.09.06	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	428.517
2.01.09.07	Dívidas Subordinadas	0
2.01.09.08	Instrum. Híbridos de Capital e Dívida	16.817
2.01.09.09	Instrumentos Financeiros Derivativos	3.155.962
2.01.09.10	Diversas	16.534.493
2.01.09.11	Prov. Téc. de Seg., Prev. e Capitaliz.	3.321.909
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	113.261.257
2.02.01	Depósitos	58.782.622
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	10.928.174
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	47.854.448
2.02.01.03	Outros Depósitos	0
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	4.629.129
2.02.02.01	Carteira Própria	964.256
2.02.02.02	Carteira de Terceiros	3.664.873

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2008
2.02.02.03	Carteira de Livre Movimentação	0
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.311.307
2.02.03.01	Obri. por Tít. e Val. Mobil. no Exterior	2.290.287
2.02.03.02	Recursos de Debêntures	21.020
2.02.04	Relações Interfinanceiras	0
2.02.05	Relações Interdependências	0
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	1.780.855
2.02.06.01	Empréstimos no Exterior	1.780.855
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	8.687.137
2.02.07.01	BNDES	4.802.134
2.02.07.02	Finame	3.884.811
2.02.07.03	Outras Instituições	192
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	97.984
2.02.09	Outras Obrigações	36.972.223
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	3.224.798
2.02.09.02	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	2.029.282
2.02.09.03	Negociação e Intermediação de Valores	24.843
2.02.09.04	Operações Especiais	2.335
2.02.09.05	Dívidas Subordinadas	11.772.177
2.02.09.06	Instrum. Híbridos de Capital e Dívida	1.168.461
2.02.09.07	Diversas	8.657.911
2.02.09.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	739.098
2.02.09.09	Prov. Téc. de Seg., Prev. e Capitaliz.	9.353.318
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	-104
2.05	Patrimônio Líquido	29.937.250
2.05.01	Capital Social Realizado	13.779.905
2.05.01.01	De Domiciliados no País	12.458.740
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	1.321.165
2.05.02	Reservas de Capital	5.188
2.05.03	Reservas de Reavaliação	7.286
2.05.03.01	Ativos Próprios	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0
2.05.04	Reservas de Lucro	15.946.142
2.05.04.01	Legal	1.788.916
2.05.04.02	Estatutária	9.419.711
2.05.04.03	Para Contingências	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	4.737.515
2.05.04.07.01	Reservas para Expansão	4.768.706
2.05.04.07.02	Ações em Tesouraria	-31.191
2.05.05	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	198.729
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	198.729
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0

**Anexo E – Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado 2008 –
Banco do Brasil S/A**

BANCO DO BRASIL S/A - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO CONSOLIDADO 2008		
Código da Conta	Descrição da Conta	01/01/2008 a 31/12/2008
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	57.115.713
3.01.01	Operações de Crédito	33.220.577
3.01.02	Operações de Arrendamento Mercantil	1.165.857
3.01.03	Res. de Op. de Tít. e Val. Mobiliários	20.692.255
3.01.04	Res. de Instrum. Financeiros Derivativos	-1.283.280
3.01.05	Resultado de Operações de Câmbio	464.154
3.01.06	Resultado das Operações Compulsórias	1.909.802
3.01.07	Res. Fin. das Op. com Seg., Prev. e Cap.	946.348
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-44.296.320
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-25.531.725
3.02.02	Oper. de Empréstimos, Cessões e Repasses	-8.684.551
3.02.03	Operações de Arrendamento Mercantil	-852.352
3.02.04	Prov. Téc. de Segur., Prev. e Capital.	-621.884
3.02.05	Prov. para Créd. de Liquid. Duvidosa	-8.605.808
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	12.819.393
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-1.149.919
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	11.810.793
3.04.02	Despesas de Pessoal	-8.870.069
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-7.917.260
3.04.04	Despesas Tributárias	-2.634.872
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	12.672.429
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-7.605.173
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	1.394.233
3.05	Resultado Operacional	11.669.474
3.06	Resultado Não Operacional	412.544
3.06.01	Receitas	561.088
3.06.02	Despesas	-148.544
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	12.082.018
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-5.689.867
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-3.608.692
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-2.081.175
3.09	IR Diferido	3.544.751
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-1.134.068
3.10.01	Participações	-1.134.068
3.10.02	Contribuições	0
3.11	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0
3.12	Part. de Acionistas Não Controladores	35
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	8.802.869

Anexo F – Balanço Patrimonial Consolidado 2008 – Banco Bradesco S/A

BANCO BRADESCO S/A - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO 2008		
Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2008
1	Ativo Total	454.413.043
1.01	Ativo Circulante	344.543.102
1.01.01	Disponibilidades	9.295.541
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	73.462.439
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	61.434.616
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.030.642
1.01.02.05	Provisões para Perdas	-2.819
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	118.548.453
1.01.03.01	Carteira Própria	92.838.502
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	3.677.132
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.986.876
1.01.03.04	Vinculados ao Banco Central	13.183.184
1.01.03.06	Vinculados à Prestação de Garantias	6.820.705
1.01.03.07	Títs. Objeto de Op.Comprom. c/Livre Mov.	42.054
1.01.04	Relações Interfinanceiras	13.286.710
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	71.077
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	13.200.677
1.01.04.04	Tesouro Nacional - Recursos Créd. Rural	578
1.01.04.05	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	5.317
1.01.04.07	Correspondentes	9.061
1.01.05	Relações Interdependências	55.960
1.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	55.960
1.01.06	Operações de Crédito	76.636.185
1.01.06.01	Setor Público	83.725
1.01.06.02	Setor Privado	83.244.110
1.01.06.03	Prov.p/ Operações Créd. de Liq. Duvidosa	-6.691.650
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	6.918.300
1.01.07.01	Setor Público	71.308
1.01.07.02	Setor Privado	12.141.973
1.01.07.03	Rendas a Apropriar de Arrend. Mercantil	-4.988.418
1.01.07.04	Prov.p/ Créd.de Arrend.Merc.de Liq. Duv.	-306.563
1.01.08	Outros Créditos	44.932.764
1.01.08.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	40.513
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	24.836.825
1.01.08.03	Rendas a Receber	385.232
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	1.244.975
1.01.08.07	Prêmios de Seguros a Receber	1.362.825
1.01.08.08	Diversos	17.360.172
1.01.08.09	Prov. p/Outros Créditos de Liq. Duvidosa	-297.778
1.01.09	Outros Valores e Bens	1.406.750
1.01.09.03	Outros Valores e Bens	544.401
1.01.09.04	Provisões para Desvalorizações	-204.877
1.01.09.05	Despesas Antecipadas	1.067.226
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	102.259.226
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	728.786
1.02.01.01	Aplicações no Mercado Aberto	0
1.02.01.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	729.110
1.02.01.05	Provisões para Perdas	-324

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2008
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	13.049.220
1.02.02.01	Carteira Própria	11.213.621
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	588.238
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	377.264
1.02.02.04	Vinculados ao Banco Central	0
1.02.02.05	Moedas de Privatização	99.658
1.02.02.06	Vinculados à Prestação de Garantias	770.439
1.02.02.07	Tít. Objeto de Op.Comprom. c/Livre Mov.	0
1.02.03	Relações Interfinanceiras	461.372
1.02.03.05	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	461.372
1.02.04	Relações Interdependências	0
1.02.05	Operações de Crédito	54.089.629
1.02.05.01	Setor Público	756.042
1.02.05.02	Setor Privado	55.878.581
1.02.05.03	Prov.p/ Operações Créd. de Liq. Duvidosa	-2.544.994
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	12.901.443
1.02.06.01	Setor Público	30.149
1.02.06.02	Setor Privado	22.529.125
1.02.06.03	Rendas a Apropriar de Arrend. Mercantil	-9.246.275
1.02.06.04	Prov.p/ Créd.de Arrend.Merc.de Liq. Duv.	-411.556
1.02.07	Outros Créditos	20.636.782
1.02.07.03	Rendas a Receber	111
1.02.07.04	Negociação e Intermediação de Valores	1.752.147
1.02.07.08	Diversos	18.894.584
1.02.07.09	Prov. p/Outros Créditos de Liq. Duvidosa	-10.060
1.02.08	Outros Valores e Bens	391.994
1.02.08.03	Outros Valores e Bens	1.188
1.02.08.04	Provisões para Desvalorizações	0
1.02.08.05	Despesas Antecipadas	390.806
1.03	Ativo Permanente	7.610.715
1.03.01	Investimentos	1.048.497
1.03.01.01	Dependências no Exterior	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	592.655
1.03.01.02.01	No País	592.655
1.03.01.03	Participações em Coligadas e Equiparadas	0
1.03.01.04	Outros Investimentos	806.042
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-350.200
1.03.02	Imobilizado de Uso	3.236.644
1.03.02.01	Imóveis de Uso	1.042.890
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	6.466.671
1.03.02.04	Depreciações Acumuladas	-4.272.917
1.03.03	Imobilizado de Arrendamento	12.741
1.03.03.01	Bens Arrendados	22.691
1.03.03.02	Depreciações Acumuladas	-9.950
1.03.04	Intangível	3.312.833
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	5.832.703
1.03.04.02	Amortização Acumulada	-2.519.870
1.03.05	Diferido	0
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	0
1.03.05.02	Amortização Acumulada	0

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2008
2	Passivo Total	454.413.043
2.01	Passivo Circulante	248.474.344
2.01.01	Depósitos	91.745.343
2.01.01.01	Depósitos à Vista	27.610.162
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	37.768.508
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	674.711
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	24.689.254
2.01.01.05	Outros Depósitos	1.002.708
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	48.510.998
2.01.02.01	Carteira Própria	6.752.535
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	39.359.625
2.01.02.03	Carteira Livre Movimentação	2.398.838
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.590.402
2.01.03.01	Recursos de Aceites Cambiais	249
2.01.03.03	Rec.de Letras Imob.Hipot.Créd.Similares	2.148.189
2.01.03.04	Recursos de Debêntures	31.283
2.01.03.05	Obrig. por Tít. e Val. Mob. no Exterior	410.681
2.01.04	Relações Interfinanceiras	12.920
2.01.04.04	Correspondentes	12.920
2.01.05	Relações Interdependências	2.900.799
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.900.799
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	13.123.735
2.01.06.01	Emprést. no País - Instituições Oficiais	39
2.01.06.02	Emprést. no País - Outras Instituições	439
2.01.06.03	Empréstimos no Exterior	13.123.257
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	6.740.688
2.01.07.01	Tesouro Nacional	114.608
2.01.07.03	BNDES	2.822.971
2.01.07.04	CEF	16.118
2.01.07.05	FINAME	3.786.978
2.01.07.06	Outras Instituições	13
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	182
2.01.09	Outras Obrigações	82.849.277
2.01.09.01	Cobr. e Arrecad. de Trib. e Assemelhados	256.155
2.01.09.02	Carteira de Câmbio	13.538.239
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	1.791.868
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	2.770.595
2.01.09.05	Negociação e Intermediação de Valores	792.180
2.01.09.08	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	7.031
2.01.09.11	Dívidas Subordinadas	12.147
2.01.09.12	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.794.281
2.01.09.13	Prov. Técn.de Seg.,Prev. e Capitalização	47.009.072
2.01.09.14	Diversas	14.877.709
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	171.087.150
2.02.01	Depósitos	72.748.010
2.02.01.03	Depósitos Interfinanceiros	23.483
2.02.01.04	Depósitos a Prazo	72.724.527
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	31.466.155
2.02.02.01	Carteira Própria	31.466.155
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	6.421.269
2.02.03.03	Rec.de Letras Imob.Hipot.Créd.Similares	174.226

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2008
2.02.03.04	Recursos de Debêntures	1.455.360
2.02.03.05	Obrig. por Tít. e Val. Mob. no Exterior	4.791.683
2.02.04	Relações Interfinanceiras	0
2.02.05	Relações Interdependências	0
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	1.080.870
2.02.06.01	Emprést. no País - Instituições Oficiais	75
2.02.06.03	Empréstimos no Exterior	1.080.795
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	11.001.648
2.02.07.01	Tesouro Nacional	0
2.02.07.03	BNDES	4.317.915
2.02.07.04	CEF	83.079
2.02.07.05	FINAME	6.599.912
2.02.07.06	Outras Instituições	742
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	0
2.02.09	Outras Obrigações	48.369.198
2.02.09.04	Fiscais e Previdenciárias	8.712.002
2.02.09.11	Dívidas Subordinadas	19.236.419
2.02.09.12	Instrumentos Financeiros Derivativos	247.645
2.02.09.13	Prov. Técn.de Seg.,Prev. e Capitalização	17.578.060
2.02.09.14	Diversas	2.595.072
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	273.506
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	321.499
2.05	Patrimônio Líquido	34.256.544
2.05.01	Capital Social Realizado	23.000.000
2.05.01.01	De Domiciliados no País	21.665.186
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	1.334.814
2.05.02	Reservas de Capital	62.614
2.05.02.01	Incentivos Fiscais do Imposto de Renda	2.103
2.05.02.02	Outras	60.511
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0
2.05.04	Reservas de Lucro	11.193.930
2.05.04.01	Legal	1.853.688
2.05.04.02	Estatutária	10.006.599
2.05.04.03	Para Contingências	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-666.357
2.05.04.07.01	Ajuste ao Valor de Merc.- Próprias	-53.961
2.05.04.07.02	Ajuste ao Vlr. de Merc.-Colig.e Control.	-607.543
2.05.04.07.03	Ações em Tesouraria	-4.853
2.05.05	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0

**Anexo G - Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado 2008 –
Banco Bradesco S/A**

BANCO BRADESCO S/A - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO CONSOLIDADO 2008		
Código da Conta	Descrição da Conta	01/01/2008 a 31/12/2008
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	57.610.974
3.01.01	Operações de Crédito	29.862.392
3.01.02	Operações de Arrendamento Mercantil	2.398.185
3.01.03	Resultado de Oper. c/Tít.e Valores Mob.	14.606.733
3.01.04	Resultado com Instrum.Financ.Derivativos	-899.822
3.01.05	Resultado de Operações de Câmbio	3.639.003
3.01.06	Resultado das Aplicações Compulsórias	1.527.331
3.01.07	Res.Financ.de Seg., Prev.e Capitalização	6.477.152
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-41.838.694
3.02.01	Operações de Captações no Mercado	-22.761.960
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-7.179.517
3.02.03	Operações de Arrendamento Mercantil	-5.434
3.02.04	Prov.p/Créditos de Liquidação Duvidosa	-7.884.099
3.02.05	At.e Jrs. Prov. Técn.Seg., Prev.e Capit.	-4.007.684
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	15.772.280
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-7.983.440
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	11.215.095
3.04.02	Despesas de Pessoal	-7.166.253
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-8.144.272
3.04.04	Despesas Tributárias	-1.948.768
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	24.541.996
3.04.05.01	Prêmios Ret.de Seg.,Planos Prev.e Capit.	22.823.750
3.04.05.02	Outras	1.718.246
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-26.616.594
3.04.06.01	Var. de Prov. Técn.de Seg., Prev. e Cap.	-10.532.671
3.04.06.02	Sinistros Retidos	-7.391.196
3.04.06.03	Sorteios e Resgates de Títulos de Capit.	-1.466.045
3.04.06.04	Desp.de Com.de Pl.de Seg., Prev.e Cap.	-1.178.195
3.04.06.05	Desp. c/Benefícios e Resg.de Pl.de Prev.	0
3.04.06.07	Amortização Integral de Ágios	-53.030
3.04.06.08	Outras	-5.995.457
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	135.356
3.05	Resultado Operacional	7.788.840
3.06	Resultado Não Operacional	383.970
3.06.01	Receitas	1.054.759
3.06.02	Despesas	-670.789
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	8.172.810
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-518.751
3.09	IR Diferido	0
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	0
3.10.01	Participações	0
3.10.02	Contribuições	0
3.11	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0
3.12	Part. de Acionistas Não Controladores	-33.821
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	7.620.238

**Anexo H – Balanço Patrimonial Consolidado 2008 – Banco Santander
Brasil S/A**

BANCO SANTANDER BRASIL S/A - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO 2008		
Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2008
1	Ativo Total	340.635.472
1.01	Ativo Circulante	194.149.492
1.01.01	Disponibilidades	5.087.316
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	34.076.639
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	18.108.018
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.223.532
1.01.02.03	Aplicações em Moeda Estrangeira	8.745.089
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	26.509.181
1.01.03.01	Carteira Própria	11.952.040
1.01.03.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	423.700
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	6.032.676
1.01.03.04	Títulos Obj. de Oper. Compr. Livre Mov.	0
1.01.03.05	Vinculados ao Banco Central	3.448.475
1.01.03.06	Moedas de Privatização	0
1.01.03.07	Vinculados à Prestação de Garantias	4.652.290
1.01.04	Relações Interfinanceiras	7.365.547
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	19.502
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	6.949.629
1.01.04.03	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	106.597
1.01.04.04	Repasses Interfinanceiros	270.342
1.01.04.05	Correspondentes	19.477
1.01.05	Relações Interdependências	12.736
1.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.709
1.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	11.027
1.01.06	Operações de Crédito	68.299.297
1.01.06.01	Setor Público	73.447
1.01.06.02	Setor Privado	69.257.668
1.01.06.03	(Provisão p/ Créditos Liq. Duvidosa)	-1.031.818
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	4.949.455
1.01.07.01	Setor Público	896
1.01.07.02	Setor Privado	5.094.557
1.01.07.03	(Prov. p/ Cred. de Arr. Merc. Liq. Duv.)	-145.998
1.01.08	Outros Créditos	47.152.948
1.01.08.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	4.318
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	31.365.346
1.01.08.03	Rendas a Receber	274.589
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	2.071.093
1.01.08.05	Créditos Tributários	4.700.703
1.01.08.06	Diversos	8.986.484
1.01.08.07	(Prov. p/ Outros Créditos de Liq. Duv.)	-249.585
1.01.09	Outros Valores e Bens	696.373
1.01.09.01	Investimentos Temporários	2.474
1.01.09.02	Outros Valores e Bens	290.723
1.01.09.03	(Provisões para Desvalorizações)	-178.178
1.01.09.04	Despesas Antecipadas	581.354
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	114.256.621

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2008
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.190.624
1.02.01.01	Aplicações no Mercado Aberto	18.122
1.02.01.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.707.061
1.02.01.03	Aplicações em Moeda Estrangeira	465.641
1.02.01.04	(Provisões para Perdas)	-200
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	29.315.292
1.02.02.01	Carteira Própria	2.178.105
1.02.02.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	347.347
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	3.492.854
1.02.02.04	Vinculado ao Banco Central	14.522.342
1.02.02.05	Moedas de Privatização	1.395
1.02.02.06	Vinculados à Prestação de Garantias	8.773.249
1.02.03	Relações Interfinanceiras	315.392
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	68.492
1.02.03.02	Repasse Interfinanceiros	246.900
1.02.04	Relações Interdependências	0
1.02.05	Operações de Crédito	41.527.556
1.02.05.01	Setor Público	268.797
1.02.05.02	Setor Privado	46.547.322
1.02.05.03	(Prov. p/ Outros Créditos Liq. Duvidosa)	-5.288.563
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	7.373.056
1.02.06.01	Setor Público	1.398
1.02.06.02	Setor Privado	7.610.208
1.02.06.03	(Prov. p/ Cred. de Arr. Merc. Liq. Duv.)	-238.550
1.02.07	Outros Créditos	32.193.749
1.02.07.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	9.812
1.02.07.02	Carteira de Câmbio	16.181.345
1.02.07.03	Rendas a Receber	36.876
1.02.07.04	Créditos Tributários	7.294.389
1.02.07.05	Diversos	8.811.045
1.02.07.06	(Prov. p/ Outros Créditos Liq. Duvidosa)	-139.718
1.02.08	Outros Valores e Bens	340.952
1.02.08.01	Investimentos Temporários	9.696
1.02.08.02	(Provisões para Perdas)	-655
1.02.08.03	Despesas Antecipadas	331.911
1.03	Ativo Permanente	32.229.359
1.03.01	Investimentos	129.117
1.03.01.01	Dependências no Exterior	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	21.186
1.03.01.03	Participações em Coligadas e Equiparadas	0
1.03.01.04	Outros Investimentos	145.677
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-37.746
1.03.02	Imobilizado de Uso	3.650.334
1.03.03	Imobilizado de Arrendamento	0
1.03.04	Intangível	28.449.908
1.03.05	Diferido	0
2	Passivo Total	340.635.472
2.01	Passivo Circulante	177.036.042
2.01.01	Depósitos	72.138.582
2.01.01.01	Depósitos a Vista	14.729.644
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	20.642.679

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2008
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	1.528.177
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	34.758.295
2.01.01.05	Outros Depósitos	479.787
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	23.284.879
2.01.02.01	Carteira Própria	10.525.907
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	11.666.815
2.01.02.03	Carteira de Livre Movimentação	1.092.157
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	7.878.175
2.01.03.01	Recursos de Aceites Cambiais	26.098
2.01.03.02	Recursos Letr. Imob., Hip. Cred. Simil.	6.834.968
2.01.03.03	Obrigações por TVM no Exterior	1.017.109
2.01.04	Relações Interfinanceiras	49.517
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1.910
2.01.04.02	Correspondentes	47.607
2.01.05	Relações Interdependências	2.516.657
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.512.498
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	4.159
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	12.212.876
2.01.06.01	Empréstimos no País Outras Instituições	352.314
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	11.860.562
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	2.983.867
2.01.07.01	Tesouro Nacional	8.238
2.01.07.02	BNDES	1.130.147
2.01.07.03	CEF	6.132
2.01.07.04	FINAME	1.535.081
2.01.07.05	Outras Instituições	304.269
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	746.733
2.01.09	Outras Obrigações	55.224.756
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	7.763.795
2.01.09.02	Cobrança e Arrec. de Tributos e Assem.	86.625
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	27.263.121
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	1.852.488
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	1.414.571
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	2.092.179
2.01.09.07	Dívidas Subordinadas	97.391
2.01.09.08	Prov. Tec. p/ Op. Seg. Prev. Priv. Cap.	3.830.060
2.01.09.09	Diversas	10.824.526
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	114.280.194
2.02.01	Depósitos	51.848.721
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	376.139
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	51.472.582
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	7.647.425
2.02.02.01	Carteira Própria	7.647.425
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.680.540
2.02.03.01	Recursos de Aceites Cambiais	122.350
2.02.03.02	Recursos Letr. Imob. Hip. Cred. Simil.	50.416
2.02.03.03	Obrigações por TVM no Exterior	2.507.774
2.02.04	Relações Interfinanceiras	0
2.02.05	Relações Interdependências	0
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	2.194.326
2.02.06.01	Empréstimos no País Outras Instituições	232.181

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2008
2.02.06.02	Empréstimos no Exterior	1.962.145
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	4.856.375
2.02.07.01	Tesouro Nacional	11.032
2.02.07.02	BNDES	2.029.498
2.02.07.03	CEF	7.820
2.02.07.04	FINAME	2.805.106
2.02.07.05	Outras Instituições	2.919
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	2.536.011
2.02.09	Outras Obrigações	42.516.796
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	3.851.488
2.02.09.02	Carteira de Câmbio	15.686.369
2.02.09.03	Sociais e Estatutárias	177.641
2.02.09.04	Fiscais e Previdenciárias	8.150.053
2.02.09.05	Negociação e Intermediação de Valores	125
2.02.09.06	Dívidas Subordinadas	9.091.051
2.02.09.07	Diversas	5.560.069
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	162.269
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	400.410
2.05	Patrimônio Líquido	48.756.557
2.05.01	Capital Social Realizado	47.152.201
2.05.01.01	De Domiciliados no País	1.008.603
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	46.143.598
2.05.02	Reservas de Capital	922.130
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0
2.05.04	Reservas de Lucro	693.275
2.05.04.01	Legal	679.416
2.05.04.02	Estatutária	0
2.05.04.03	Para Contingências	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	13.859
2.05.05	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-13.920
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-13.920
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	2.871

**Anexo I – Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado 2008 –
Banco Santander Brasil S/A**

BANCO SANTANDER BRASIL S/A - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2008		
Código da Conta	Descrição da Conta	01/01/2008 a 31/12/2008
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	30.354.954
3.01.01	Operações de Crédito	21.082.871
3.01.02	Operações de Arrendamento Mercantil	717.653
3.01.03	Resultado de Op com Tit e Val Mob	7.737.760
3.01.04	Resultado com Instr Financ Derivativos	-3.563.643
3.01.05	Resultado Financ de Seg, Prev e Capital	106.762
3.01.06	Resultado de Operações com Câmbio	3.597.395
3.01.07	Resultado das Aplicações Compulsórias	676.156
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-23.449.635
3.02.01	Operações de Captação de Mercado	-12.677.687
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-6.323.541
3.02.03	Atual. Jrs Prov Tec de Seg. Prev e Cap.	-77.667
3.02.04	Prov para Cred de Liquidação Duvidosa	-4.370.740
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	6.905.319
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-5.652.424
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	5.374.232
3.04.02	Despesas de Pessoal	-3.004.485
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-5.416.887
3.04.04	Despesas Tributárias	-1.172.912
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	1.666.092
3.04.05.01	Outras Receitas Operacionais	1.612.317
3.04.05.02	Rec Liq de Premio, Rendas de Prev e Capi	53.775
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-3.104.104
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	5.640
3.05	Resultado Operacional	1.252.895
3.06	Resultado Não Operacional	11.586
3.06.01	Receitas	0
3.06.02	Despesas	0
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	1.264.481
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-1.345.485
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-864.636
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-480.849
3.09	IR Diferido	2.318.826
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-639.172
3.10.01	Participações	-639.172
3.10.02	Contribuições	0
3.11	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0
3.12	Part. de Acionistas Não Controladores	-18.037
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	1.580.613